

*Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em História Comparada
Orientador: Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira da Silva*

**As Estratégias de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América,
Rússia e China: uma comparação dos documentos publicados
no alvorecer do século XXI**

Roberto Loiola Machado

Rio de Janeiro

2008

*Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em História Comparada
Orientador: Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira da Silva*

**As Estratégias de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América,
Rússia e China: uma comparação dos documentos publicados
no alvorecer do século XXI**

Dissertação apresentada à Coordenação do
Programa de Pós-Graduação em História
Comparada da UFRJ visando obtenção do
título de Mestre em História Comparada.

*Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em História Comparada
Orientador: Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira da Silva*

Examinadores:

.....

.....

.....

.....

Rio de Janeiro

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

MACHADO, Roberto Loiola. As Estratégias de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, Rússia e China: uma comparação dos documentos publicados no alvorecer do século XXI. Rio de Janeiro, 2008, 146 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- 1 – Estados Unidos da América
- 2 – Rússia
- 3 – China
- 4 – Estratégia
- 5 – Segurança
- 6 – Ameaças

MACHADO, Roberto Loiola. **As Estratégias de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, Rússia e China: uma comparação dos documentos publicados no alvorecer do século XXI**. Rio de Janeiro, 2008, 142 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

A escrituração do trabalho apresentado objetivou comparar três documentos tornados públicos no alvorecer do século XXI e que foram considerados emblemáticos no que diz respeito às estratégias de segurança nacional referentes aos Estados Unidos da América (EUA), da Rússia e da China.

O desenvolvimento da pesquisa dos temas pertinentes às estratégias foi baseado em vários conceitos originados de diversas áreas do conhecimento, mas aquele que foi o principal, aquele que propiciou o seu desenvolvimento de maneira consistente e inovadora diz respeito à História Comparada e ao método comparativo.

Foi possível observar, no entanto, que o emprego do referido método e desta tipologia de História por si só não bastava. À base teórica necessária para a consecução do estudo foi preciso, devido ao universo de análise, adicionar mais um conceito: o da História do Tempo Presente.

Objetivou-se, após uma breve introdução, expor e clarificar alguns conceitos que dissesse respeito à estratégia, à segurança e às novas ameaças e suas percepções, e que, de alguma forma, estivessem relacionados ao conteúdo dos documentos analisados. Finda esta parte, procurou-se descrever o que norte-americanos, russos e chineses relataram em seus textos. Nesta descrição foi possível perceber, pois não estava transcrito em ponto algum dos documentos, as principais motivações de suas confecções.

Foi necessário, antes da realização da comparação entre o que cada texto contém, expor alguns aspectos geopolíticos relacionados aos países analisados que propiciassem um melhor conhecimento das percepções de ameaças à segurança que EUA, Rússia e China possuem.

A exibição dos temas ao longo de todo o trabalho comporta uma idéia que é recorrente, a de que estratégia, a segurança e as novas ameaças e suas percepções são conceitos dinâmicos, havendo uma constante evolução e alteração em seus sentidos cognitivos. Conforme será possível verificar, eles possuem no século XXI um entendimento muito mais amplo. Isto inclui o fato de a estratégia não se restringir exclusivamente ao universo militar, se configurando em algo de domínio estatal e a segurança poder ser pensada até mesmo em termos individuais, e ainda, as

ameaças passarem a ser percebidas de forma diferente, assumindo conformações inovadoras e até mesmo surpreendentes.

Palavras-chave: Estados Unidos da América, Rússia, China, Estratégia, Segurança Nacional e Ameaças.

ABSTRACT

The writing of the presented work objectified to compare three documents become public in the dawn of century XXI and that they had been considered emblematic in what says respect to the strategies of referring national security to the United States of America (U.S.A.), Russia and China.

The development of the research of the pertinent subjects to the strategies was based on some originated concepts of diverse areas of the knowledge, but that one that was the main one, that one that propitiated its development in consistent and innovative way says respect to Comparative History and the comparative method.

It was possible to observe, however, that the use of the related method and this kind of History by itself was not enough. To the necessary theoretical base for the achievement of the study it was necessary, by the analysis universe, to add plus a concept: of the History of the Present Time.

It was objectified, after one brief introduction, to display and to show some concepts that said respect to the strategy, the security and the new threats and its perceptions, and that, of some form, they were related to the content of analyzed documents. At the end of this part, was looked to describe what North Americans, Russians and Chinese had told in its texts. In this description it was possible to realized the main motivations of its confections that was not transcribed in any point of documents.

It was necessary, before the accomplishment of the comparison among what each text contains, displaying some geopolitical aspects related to the countries analyzed that propitiated one better knowledge of the perceptions of threats to the security that U.S.A., Russia and China have.

The exhibition of the subjects throughout all the work holds an idea that is recurrent, of that strategy, the security and the new threats and its perceptions are dynamic concepts, having a constant evolution and changing in its meanings. As it will be possible to verify, they have in century XXI a much more ample agreement. This includes the fact of the strategy not to restrict exclusively to the military universe, configuring in something of state domain and the security

even though to be able to be thought about individual terms, and still, the threats to become to be realized of different form, assuming innovative and even though surprising conformations.

Key-words: United States of America, Russia, China, Strategy, National Security and Threats.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira da Silva pela confiança que demonstrou ter na minha capacidade de desenvolver o tema e pela contribuição intelectual dada durante o todo o tempo de realização deste trabalho.

Ao Contra-Almirante Reginaldo Gomes Garcia dos Reis pela atenção e orientação dispensada. Sua clara preocupação com a qualidade da dissertação a ser produzida serviu de motivação e de incentivo para a sua confecção.

**AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA NACIONAL DOS ESTADOS
UNIDOS DA AMÉRICA, RÚSSIA E CHINA: uma comparação
dos documentos publicados no alvorecer do século XXI**

Introdução	01
Capítulo 1 – A Estratégia, a Segurança e as Novas Ameaças e suas Percepções no Século XXI	09
1.1 – A Estratégia	
1.2 – A Segurança	
1.3 – As novas ameaças e suas percepções	
Capítulo 2 – As Estratégias de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, Rússia e China: os documentos publicados no alvorecer do século XXI.....	58
2.1 – A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América	
2.2 – A Estratégia de Segurança Nacional da Rússia	
2.3 – A Estratégia de Segurança Nacional da China	
Capítulo 3 – Comparação das Estratégias de Segurança Nacional publicadas pelos Estados Unidos da América, Rússia e China	91
3.1 – Considerações Preliminares	
3.2 – A Comparação dos Documentos	
Considerações Finais	123

Introdução

“... o processo do método comparativo é justamente o que permite estabelecer o estranhamento, a diversificação, a pluralização e a singularidade daquilo que parecia empiricamente diferente ou semelhante, posto pelo *habitus* e reproduzido pelo senso comum”.¹

Com a constatação de que o método comparativo aplicado aos estudos históricos serviria ao propósito de realizar uma abordagem capaz de proporcionar a discussão entre conceitos do passado e do presente e que também fosse capaz de propiciar o surgimento de novas interações argumentativas, foi ele utilizado como alicerce de análise das estratégias de segurança nacional publicadas pelos EUA (2002), Rússia (2004) e China (2004).

Chamou atenção na fase inicial de pesquisa a interessante reflexão de Kula com relação ao emprego da comparação. Segundo este autor nenhum trabalho científico, por mais limitado e monográfico que seja, pode dispensar totalmente o método comparativo, pois é impossível a introdução de novos elementos em um terreno qualquer do conhecimento sem compará-los com os já conhecidos; e esta comparação, embora às vezes não explícita, é absolutamente necessária.²

Segundo Cardoso e Brignoli o método comparativo possui vantagens, e a mais importante é a possibilidade de exercer o controle efetivo sobre as hipóteses e generalizações explicativas. De outra forma, a comparação pode diminuir, confirmar, ou ainda, refutar a crença em determinados fatores hipotéticos e/ou generalizados. Assim, ela permite não só eliminar certas hipóteses explicativas como, também, às vezes, enriquecer ou matizar as generalizações admitidas, ou mesmo esboçar novas explicações e problemáticas dantes insuspeitas.³

Ainda segundo estes autores, podemos distinguir duas formas de aplicação do método comparativo às pesquisas históricas. Uma se dá quando da comparação de sociedades aproximadamente contemporâneas e que, portanto, compartilham de um grande número de traços estruturais análogos; e a outra forma, que exige uma acurácia bem maior, realiza comparação com sociedades francamente heterogêneas, ou muito afastada no tempo.⁴

Optou-se por realizar o exercício da comparação tendo como base a primeira forma, pois ela permite um manejo mais fácil e seguro do método.

¹ Neide THEML; Regina BUSTAMANTE, *História Comparada: olhares plurais*, p. 22.

² Witold KULA, *Problemas y método de la historia económica*, p. 501.

³ Ciro Flamarion CARDOSO; Hector Pérez BRIGNOLI, *Os Métodos da História*, p. 412.

⁴ Ciro Flamarion CARDOSO; Hector Pérez BRIGNOLI, *op. cit.*, p. 415.

Marc Bloch, um dos principais autores a utilizar a História Comparada, escreveu que aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análogas, tomadas em meios distintos.⁵

De fato, a comparação foi realizada tomando-se por base meios distintos, mas envolveu não duas, mas três naturezas/estratégias análogas, e semelhanças e diferenças embasaram firmemente a sua consecução.

Outro aspecto de significativa relevância em relação ao método comparativo foi considerado: a possibilidade de descobrir singularidades irreduzíveis de determinado momento histórico. Ou seja, por meio da comparação foi possível perceber traços peculiares e essenciais de cada estratégia de segurança nacional analisada, bem como permitiu distinguir os traços que não eram comuns aos outros casos, e ainda, possibilitou discernir os que foram meramente incidentais.

Procurou-se, em relação ao método comparativo, alcançar os quatro propósitos estabelecidos por Kocka. São eles: os heurísticos, os descritivos, os analíticos e os paradigmáticos. O primeiro propósito permite identificar questões e problemas que de outro modo poderiam se perder, negligenciar, ou apenas não inventar. O segundo ajuda a esclarecer os perfis de casos singulares, freqüentemente de apenas um caso, ao contrastá-lo com outros. Analiticamente, a abordagem comparativa é indispensável para se levantar e responder questões de causa, e ainda, a comparação analítica pode exercer o papel de um experimento indireto facilitando o testar de hipóteses. Paradigmaticamente a comparação ajuda o sujeito a se distanciar do caso que conhece intimamente, e a enxergar o caso com o qual é mais familiar como apenas uma possibilidade entre outras.⁶

A fim de obter uma melhor compreensão do método e assim facilitar o seu emprego foi requerido estudar ainda as dificuldades descritas por Kocka. Ele aborda três razões metodológicas que dificultam a comparação. A primeira diz que quanto mais casos um estudo comparativo inclui, mais se torna dependente da literatura secundária, e, portanto, mais difícil fica se aproximar das fontes e lê-las na língua original. Outra razão é que a abordagem comparativa pressupõe que as unidades de comparação possam ser separadas uma das outras. Dessa forma, não é necessariamente a continuidade entre fenômenos nem suas influências mútuas que constituem os casos de comparação, o que mais importa é encontrar similaridades e diferenças entre eles, e isso requer um trabalho intelectual mais cuidadoso. A terceira razão diz

⁵ Marc BLOCH, *Revue de Synthèse Historique* LXIX, p. 31-39.

⁶ Jürgen KOCKA, *History and Theory*, p. 40-41.

respeito à impossibilidade de se comparar totalidades, e, portanto, compara-se somente certos aspectos. É preciso, pois, decidir quais os pontos de vista e quais questões se deseja comparar, e, quanto mais casos incluídos, mais importante se torna essa decisão seletiva. A comparação implica, portanto, em se fazer uma adequada seleção, abstração e descontextualização.⁷

Especial atenção foi dada aos problemas passíveis de ocorrência quando da aplicação da comparação na história. O problema inicial consiste na determinação de um objeto que permita agrupar exclusivamente fatos de parentesco suficiente que possam ser comparados, e que possuam ao mesmo tempo uma diversidade significativa para dar origem à confecção de uma lei estrutural que passe da mera descrição de um fato individual. De outra forma, existe ainda a possibilidade de se cometer anacronismos. Isso se dá quando se confunde analogia superficial com similitudes profundas, especialmente ao se tomar para comparação estruturas diversas ou muito afastadas no tempo. É preciso ainda conhecer bem o que se pretende comparar, conhecer suas individualidades e suas características específicas sob pena de não se conseguir realizar um trabalho que reflita - de forma verdadeira - a situação analisada.⁸

A descrição pura e simples de fatos e/ou idéias não foi de forma alguma aplicada, e foi evitado o cometimento de anacronismos. Em relação aos documentos tornados públicos que contém as estratégias de segurança nacional dos EUA, Rússia e China procurou-se de forma consistente encontrar aspectos relevantes e significativos para a realização de uma adequada comparação. A seleção de questões e de pontos de vistas objetivou mostrar precipuamente como os três países entendem o conceito de segurança nos dias atuais, e como estão se preparando para enfrentar as ameaças hoje existentes.

Devido à moldura temporal do estudo realizado foi necessário juntar à História Comparada um outro conceito, o da História do Tempo Presente. Este, assim como a História Comparada, possui características próprias.

Segundo Hobsbawm, quando da confecção de documentos do nosso próprio tempo, é inevitável que a experiência própria e pessoal desse tempo exerça grande influência na maneira como o vemos e, ainda, o nosso tempo influencia a maneira como avaliamos as evidências à qual devemos recorrer e apresentar, não obstante, obviamente, nossas opiniões singulares.⁹

Hobsbawm vai mais além e expõe outro interessante conceito relacionado à História do Tempo Presente: “até mesmo o passado registrado muda à luz da história subsequente”.¹⁰ Um exemplo de fácil compreensão deste axioma diz respeito ao colapso do bloco soviético, fato

⁷ Jürgen KOCKA, *op. cit.*, p. 41.

⁸ Ciro Flamarion CARDOSO; Hector Pérez BRIGNOLI, *op. cit.*, p. 413-415.

⁹ Eric HOBBSAWM, *Sobre História*, p. 245.

¹⁰ *Ibid.*, p. 250.

que provocou uma mudança no fluxo histórico. Quem quer que sejamos não podemos deixar de enxergar o século XX como um todo diferente de como o teríamos analisado e descrito antes que o 1991 se inserisse em seu fluxo. Por certo, a história do século XX escrita nos anos 90 é qualitativamente diferente de qualquer história do mesmo século escrita antes deste período.¹¹

Le Goff afirmou também, e de maneira explicativa, que o passado é reconstituído em função do presente, da mesma forma que o presente é explicado em função do passado. Portanto, mesmo a análise do passado está comprometida com o presente, e recordações reconstituídas em um dado contexto são feitas em função do seu presente e muito influenciadas por este mesmo presente.¹²

Mais ainda, segundo Bloch, ao historiador cabe, como método, um duplo movimento: compreender o presente através do passado e compreender o passado através do presente. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez seja igualmente inútil procurar compreender o passado, se nada se souber do presente.¹³

De outra forma Jacques Le Goff relata:

“... esta concepção das relações passado/presente, que teve grande importância na revista *Annales* – fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch – inspirou e deu nome à revista britânica *Past and Present*, que no seu primeiro número em 1952 declarava: a história não pode, logicamente, separar o estudo do passado do estudo do presente e do futuro”.¹⁴

Tendo em vista, portanto, a possibilidade de realizar uma discussão de fatos históricos sob a ótica da História do Tempo Presente e da História Comparada objetivou-se comparar os documentos formulados e publicados oficialmente no século XXI que expuseram as estratégias de segurança nacional de determinados Estados, no caso os confeccionados pelos Estados Unidos da América (EUA), Rússia e China. Foram estes países escolhidos em função da projeção que possuem no cenário internacional e também devido à constatação de que em várias e importantes classificações entre os Estados estavam eles sempre presentes.

Os Estados, além dos EUA, Rússia e China, e dependendo de suas características - físicas, econômicas, políticas etc – podem ser agrupados e classificados de diferentes formas. Segundo George F. Kennan em todo o globo terrestre existem alguns países que reúnem algumas

¹¹ *Ibid.*, p. 250.

¹² Jacques LE GOFF, *História e Memória*, p. 187.

¹³ Marc BLOCH, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, p. 189.

¹⁴ Jacques LE GOFF, *op. cit.*, p. 190.

similitudes próprias e que podem ser chamados de *monster countries* (países monstros).¹⁵ São eles: os Estados Unidos, a Rússia, a China, a Índia e o Brasil. Todos possuem vasta população, grande território e uma imensidão de recursos naturais. Mais recentemente um famoso banco de investimento dos EUA, o Goldman Sachs, estabeleceu, com base em estudos econômicos realizados, um acrônimo para designar algumas nações que podem alcançar no futuro uma posição de destaque no cenário econômico internacional. A sigla é conhecida por BRIC e os países são o Brasil, a Rússia, a Índia e a China. Os EUA evidentemente já possuem este destaque.

Um outro grupo de países considerados capazes de ter voz ativa nas questões de segurança internacional - área de interesse deste estudo - integra o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) de forma permanente: EUA, Rússia, China, França e Reino Unido. Todos possuem armas nucleares e que os diferencia dos demais integrantes eventuais do Conselho é seu poder de veto quanto às questões analisadas. Ademais, EUA, Rússia e China podem ser considerados países que formam um grupo à parte por possuírem uma projeção internacional de relevo em vários campos e áreas, e por exercerem uma significativa influência geopolítica nas regiões onde estão inseridos, e, ainda que indiretamente, em quase todo o planeta.

Dessa forma, o comportamento de cada um deles quanto à implementação de medidas que objetivem promover a segurança é capaz de alterar as relações estatais mundiais, e a comparação de suas estratégias de segurança formuladas no século XXI permite entender as principais “percepções de ameaças” que hoje aflige os Estados.

Apesar dos textos dos três países analisados possuírem títulos e determinados enfoques diferentes, há similitudes de objetivos. Foi possível observar que a segurança nacional está no cerne de desenvolvimento de todos os temas. Assim, foram considerados, *de facto*, como textos de divulgação de estratégias de segurança nacional e passíveis de serem comparados. Além disso, são capazes de propiciar uma visão real de como ela, a segurança e suas estratégias pertinentes, devem ser tratadas por todos aqueles que desejam manter ou alcançar projeção internacional.

O trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro contém digressões acerca da estratégia, da segurança e das novas ameaças e suas percepções. Em relação aos três conceitos foram realizados comentários sobre seus novos sentidos cognitivos consideradas de relevância e que servissem para clarificar e facilitar o exercício da comparação entre os documentos

¹⁵ O norte-americano George Frost Kennan (1904 – 2005) foi considerado o pai da estratégia da contenção e cunhou o termo *monster countries* em seu livro *Around the Cragged Hill* (1993).

estudados. O objetivo principal foi sedimentar conceitos que possibilitassem uma melhor compreensão dos temas contidos nos documentos que descrevem as estratégias nacionais de EUA, Rússia e China. Procurou-se também demonstrar que as novas tipologias de ameaças existem e que os documentos principais de análise contém a descrição de ações que objetivam aplacá-las. O capítulo dois procurou mostrar o conteúdo dos textos publicados.

O capítulo três é aquele em que o método comparativo é mais insistentemente posto em prática. Inicialmente procurou-se mostrar alguns aspectos geopolíticos inerentes aos três países. A comparação, realizada com base no que está contido em documentos procurou, ademais, agregar digressões que, colocadas justapostas às comparações, permitissem ao leitor uma melhor compreensão do objeto comparado.

Em que pese a aplicação do referido método no último capítulo estar mais presente, nos outros dois e nas considerações finais procurou-se, sempre que possível, também empregá-lo a fim de facilitar a exposição de idéias.

Como será possível observar a análise realizada buscou não ser de forma alguma estanque, ou seja, que possuísse capítulos que tivessem um fim em si mesmo. No primeiro deles houve sempre a preocupação de realizar abordagens que pudessem interagir e se inter-relacionar com os temas expostos no capítulo dois e, por conseguinte, com as exposições do capítulo três, aquele em que a comparação se dá de forma mais consistente. No segundo, a exposição do contido nos três documentos já pode ser considerada o início da comparação entre eles, e também serve de alicerce para a confecção do terceiro capítulo.

É certo que a fase de escrituração foi precedida de uma fase de pesquisa, e nesta foi possível identificar o surgimento de uma alteração no cenário internacional que teve significativas repercussões no desenvolvimento dos temas expostos: a construção de uma Nova Ordem Mundial. A partir desta nova ordem mudanças em relação ao Estado-Nação também ocorreram. Ele é hoje um ator das Relações Internacionais (RI) que possui um novo papel, bem como novas obrigações, e isso inclui assuntos afetos à segurança.

O final do século XX foi, no entanto, palco da consolidação da adição de vários atores considerados capazes de alterar as RI. Porém, de maneira proposital, eles deixaram de ser analisados. O Estado-Nação foi considerado o mais representativo dos atores e somente ele foi o estudado. Um estudo parcial é verdade, mas que possibilitou o entendimento de alguns importantes conceitos, tais como “Estado-Mercado”, “Estados-falidos”, “Estados-redes”, “Estados-deliqüentes”, “Estados-núcleo”, e ainda outros ligados de alguma forma com sua sobrevivência e seu *modus operandi*, tais como equilíbrio de poder e ordem anárquica.

É certo também que no século XXI ocorreram mudanças em vários campos do conhecimento, e isso também se deu em relação à estratégia, à segurança e às “percepções de ameaças”, temas abordados no primeiro capítulo.

A discussão sobre a estratégia começou com a exposição de sua origem etimológica, do conceito de “povo/nação em armas” e uma brevíssima abordagem sobre a história de sua extrapolação do meio militar. Foram feitos também comentários sobre os dois grandes teóricos que a decodificaram, Sun Tzu e Clausewitz.

Quanto a este último foram analisadas algumas de suas idéias consideradas de maior relevância: o ataque, a defesa, o centro de gravidade, a trindade paradoxal (maravilhosa), a diferença entre guerra absoluta e guerra real, e o axioma “a guerra é uma continuação da política por outros meios”. Procurou-se mostrar mais alguns teóricos ao longo de todo o capítulo. Luigi Bonanate com seu livro “A Guerra”, publicado ao final do século XX, mereceu atenção devido à sua maneira didática de apresentação dos temas. Várias foram as suas abordagens que elucidaram de maneira concisa e objetiva assuntos pertinentes à estratégia e à guerra, ademais realizou uma feliz comparação entre Sun Tzu e Maquiavel.

Ainda sobre a estratégia foi discutido Mao Tse-Tung, seu livro “*On Guerrilla Warfare*”, e o conceito de guerra assimétrica. Foi possível mostrar, por meio do que dissera Meira Mattos, a apropriação realizada por Mao de axiomas e idéias de Sun Tzu, bem como a apropriação, via Lênin, de preceitos externados por Clausewitz.

Quanto à segurança procurou-se inserir uma abordagem que possibilitasse perceber que ela hoje tem um novo entendimento e que hoje há uma visão abrangente de segurança, que considera, inclusive, o indivíduo como uma unidade significativa de análise. Foram também abordados o “dilema da segurança”, o término da Guerra Fria e suas implicações na nova forma de pensar a segurança, o conceito MAD (Destrução Mútua Assegurada), o novo papel a ser desempenhado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a globalização e sua interação com a segurança, a relação entre tecnologia e segurança, a segurança coletiva e o surgimento da Liga das Nações e da ONU.

Quanto às novas ameaças e suas percepções foi preciso ser criterioso na sua exposição, pois o número daquilo que é considerado como tal está em constante expansão, havendo inclusive a discussão sobre o que realmente pode ser considerado como ameaça e o que pode ser visto somente como um problema que suscita sua solução. É mostrado também que as formas de combatê-las sofreram modificações. Armas e exércitos, por exemplo, tiveram seus espectros de atuação e utilização expandidos, não mais existindo somente poder militar amigo *versus* poder militar oponente. É possível observar o estabelecimento das Operações Militares de Não-

Guerra que visam combater ameaças de naturezas diversas. Mais ainda, o poder militar não é o único capaz de enfrentar as novas ameaças, movimentos sinérgicos envolvendo vários setores da sociedade são criados e postos em prática a fim de proporcionar um eficiente e eficaz combate.

Podemos abordar mais uma importante modificação ocorrida no universo de ameaças: as relacionadas à integridade territorial. As que abrangem este tema podem ser hoje consideradas apenas como parte do que pode ser ameaçado.

Alguns temas – e aspectos correlatos – que foram percebidos como ameaças nos documentos estudados foram expandidos e abordados de maneira mais específica. Assim, o poder militar, a guerra, o terrorismo, a instabilidade demográfica, a degradação ambiental, a busca pela auto-suficiência energética, a corrida armamentista, a máfia e os crimes transnacionais mereceram comentários mais aprofundados.

De outra forma, novos conceitos, como o que diz respeito às vulnerabilidades estratégicas, passaram a ser estudados a fim de possibilitar a consecução de um incremento na sensação de segurança. No âmago da questão está a sobrevivência humana, e, assim, qualquer óbice que venha a se concretizar como inibidor da manutenção desta sobrevivência pode ser percebido como ameaça.

CAPÍTULO I

A Estratégia, a Segurança e as Novas Ameaças e suas Percepções no Século XXI

1.1 – A Estratégia

“... embora praticamente sinônimo de política, que tem a seu cargo a direção da guerra, a grande estratégia se diferencia da política que define seu objeto. O termo grande estratégia serve para dar um sentido de execução de uma política, pois seu papel é o de coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação ou de um grupo de nações, para a consecução de objeto político, visado com a guerra, que é definido pela política”.¹⁶

Existe um conceito pertinente à estratégia que contribuiu para a expansão do seu sentido cognitivo e que permitiu perceber sua crescente importância, o da “grande estratégia”. Seu emprego se dá, entre outros atos, por meio da avaliação e fortalecimento dos recursos nacionais, tais como os econômicos e os humanos.

Durante muito tempo, no entanto, o estudo da estratégia, bem como a utilização e a aplicação de conceitos correlatos e corolários ficaram circunscritos ao ambiente militar. Estratégia é um termo oriundo do grego *strategos*, palavra que era utilizada para definir o comandante da batalha, o general, ou melhor, o *stratego*.

No entanto, após o surgimento do conceito de o “povo/nação em armas” durante a Revolução Francesa, o domínio da estratégia, antes restrito aos militares, começa a fugir do controle exclusivo destes e passa a ser algo pertencente à nação, passa a ser uma questão de Estado.

Verifica-se que a primeira vez que alguém se interessou, de forma organizada, em conjecturar a respeito de atos e/ou atitudes estratégicas foi há cerca de 2500 anos. Nesta época um sábio chinês chamado Sun Tzu elaborou um compêndio - A Arte da Guerra - estabelecendo vários procedimentos e/ou axiomas os que o governante da China deveria conhecer para que pudesse obter sucesso em suas empreitadas guerreiras. O mundo ocidental, no entanto, só veio a tomar conhecimento deste documento a partir de 1772.

No início do século XIX surgiu outro pensador que viria a se tornar famoso, o militar prussiano Carl Von Clausewitz.¹⁷ Seu livro “Da Guerra” (“*Von Kriege*”), estruturado e

¹⁶ Basil Henry LIDDELL HART, *As Grandes Guerras da História*, p. 406.

¹⁷ Carl von Clausewitz foi um general e estrategista militar prussiano (a Prússia hoje faz parte da Alemanha). Foi diretor da Escola Militar de Berlim nos últimos treze anos de sua vida, período em que escreveu a sua obra “*Von Kriege*” (“Da Guerra”). É considerado um grande mestre da arte da guerra. Suas lições de tática e estratégia vão,

publicado após sua morte, foi, e em alguns casos continua sendo, um referencial de estudos estratégicos, e muitos militares já o usaram como fonte de “cabeceira”. Hoje o “Da Guerra” ultrapassou os muros da caserna e é utilizado com certa frequência no meio acadêmico.

No século XX surgiram outros estudiosos: Liddell Hart com o seu livro “As Grandes Guerras da História” (“*Strategy*”) e André Beaufre com o “*An Introduction to Strategy*”.¹⁸ Há ainda outros. Houve inclusive brasileiros como o Almirante João Carlos Gonçalves Caminha com o seu “Delineamentos da Estratégia”. Nele Caminha discorre sobre a amplitude do conceito estratégico hoje existente:

“... A estratégia deixou de definir meramente a arte do comando militar em alto escalão. Tornou-se, também, instrumento permanente do estadista, para o preparo e emprego dos recursos da nação na busca de objetivos suscetíveis de provocar antagonismos. Decorreram daí conceitos mais amplos para a estratégia”.¹⁹

Consolida-se a partir do século XX então a idéia holística da estratégia: de palavra intimamente ligada a guerras e a batalhas militares transforma-se em expressão universal sujeita a várias interpretações e com uso em diversas culturas, sociedades, instituições, governos e nações. Governos preocupados com a defesa e/ou expansão de territórios, preocupados em subjugar habitantes alhures, e até mesmo interessados em propagar suas idéias, procuram nutrir-se de sua essência, e cada um aplicando a estratégia à sua maneira.

O termo estratégia transforma-se, portanto, em lugar-comum em todas as sociedades, ou em quase todas, se considerarmos as mais primitivas. Conceitos ligados à palavra definidos no passado são novamente estudados, apropriados e aplicados, e países e/ou nações passam a empreender estratégias político-militares apossando-se de aforismos estratégicos. A estratégia passa inclusive a ser discutida em diversos fóruns estranhos à sua essência: o meio corporativo empresarial, por exemplo.²⁰

Interessa-nos a discussão da estratégia como ferramenta na condução de ações visando proporcionar segurança e se contrapor às ameaças, e também a sua forma de aplicabilidade em conflitos.

porém, além dos exercícios militares propriamente ditos, para se constituírem, inclusive, numa profunda reflexão sobre a filosofia da guerra.

¹⁸ Liddell Hart, militar inglês, falava da existência da “Grande Estratégia” enquanto Beaufre, militar francês, definia a estratégia como sendo “a arte da dialética das vontades que empregam a força para resolver seus conflitos (...) a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela política, utilizando da melhor forma os meios de que se dispõe”.

¹⁹ João Carlos Gonçalves CAMINHA, *Delineamentos da Estratégia*, p. 52.

²⁰ Este meio, no entanto, foge ao escopo deste trabalho.

Estratégias de combate às ameaças, tema recorrente deste estudo, são uma das grandes preocupações dos Estados. Elas suscitam um planejamento que deve abrangar várias áreas do conhecimento e impõe que seja precedido de uma análise dos próprios pontos fracos e fortes de quem o realiza. Deve-se procurar identificar as chamadas vulnerabilidades estratégicas, que podem ser de natureza militar, política, econômica etc.

Vulnerabilidade estratégica pode ser entendido como tudo aquilo que fragiliza a posição de um Estado diante de um outro; são os pontos fracos, é onde mais facilmente a ameaça percebida como tal pode ser consolidada. Esse conceito é hoje muito importante, pois são as vulnerabilidades que se devem defender, são elas que servirão de alvo para o inimigo, e em nome delas é que muito provavelmente conflitos serão travados no século XXI. Todas as nações as possuem. É preciso então reconhecê-las e obter também o conhecimento das ameaças que podem se concretizar sobre elas. Assim, reconhecendo-as e tomando ciência das possíveis ameaças, a segurança poderá ser adequadamente implementada. Então, conhecer e saber onde estão os pontos fracos, ou seja, as vulnerabilidades estratégicas de uma Nação, e ter consciência de que é necessário prover-lhes - de forma antecipada - uma adequada proteção torna-se imperativo para que a “sensação de segurança” seja mantida em níveis aceitáveis.

Quando do estudo mais acurado sobre a estratégia observamos que a guerra sempre serviu de inspiração no estabelecimento de seus conceitos e corolários. Isto desde milhares de anos atrás até os nossos dias, e no decorrer da história, esses dois conceitos, seus princípios, seus valores, suas formas, suas amplitudes e uma série de outros aspectos foram, e continuam sendo, objeto de atenção daqueles responsáveis pela sobrevivência dos Estados. Foram também estudados por serem capazes de proporcionar segurança aos indivíduos sob tutela estatal.

Basicamente, o estudo da Estratégia e da Guerra exige quase sempre uma associação a um momento histórico e, a partir daí, procura-se estabelecer relações, verificar o *quantum* do desenvolvimento e aplicação da estratégia influencia ou interfere na condução da guerra. Alguns autores, quando abordam o tema, privilegiam o estudo da estratégia ou, de outra forma, privilegiam o estudo da guerra. Esta opção, no entanto, torna-se às vezes desnecessária e sem efeito, pois quase sempre é impossível estabelecer uma clara separação entre o que diz respeito às lides da estratégia ou às lides da guerra.

O campo de estudo da estratégia é muito grande. Ela pode, por exemplo, ser classificada como sendo indireta ou direta. A de natureza indireta aspira, por meio de manobras e não de combates, modificar a relação de forças antes de entrar em batalha. A direta busca o confronto, e ataque e defesa são atos próprios. Algumas vezes é melhor atacar, outras, defender.

Essa opção estratégica entre atacar e defender atormenta a todos que, em determinado momento, são obrigados a fazê-la. Clausewitz, percebendo a importância dessa opção nos campos de batalha dedicou-se a um estudo exclusivo sobre a defesa e sobre o ataque, e conclui que a forma defensiva da guerra é em si mais forte do que a ofensiva. É mais forte porque a defesa implica também, quando necessário, em uma resposta ao atacante, uma contra-ofensiva. Clausewitz argumenta ainda que a defesa possui três elementos decisivos: a surpresa; a vantagem oferecida pelo terreno; e o ataque proveniente de qualquer direção. Mais ainda, a guerra não se consubstancia quando é encetada uma ação de ataque, e sim, quando é empreendido um ato de defesa, haja vista este último ter por objetivo direto o combate, e aplicar a defesa desferindo ataque, ou combater, são a mesma coisa.

Corroborando com a idéia de que a guerra só se inicia quando uma ação de defesa é deflagrada podemos citar a Segunda Guerra Mundial, que teve seu início formal encetado não por Hitler – o atacante – e, sim, por aqueles que, em resposta a seus atos, procuraram se defender.

Além do que já foi dito acerca da teoria clausewitziana, pode-se afirmar que o seu trabalho publicado *post-mortem* em 1832 teve mais uma grande contribuição aos estudos estratégicos: a inclusão da variável política. É dele o famoso axioma que reforça a idéia da relação existente entre a guerra e a política: “a guerra é a continuação da política por outros meios”. E, da mesma forma que é quase impossível dissociar estratégia da guerra, é também quase impossível dissociar, historiograficamente, a estratégia e a guerra dentro de um contexto político.

Influenciado pelas Guerras Napoleônicas, ele estabeleceu uma série de outros conceitos. Por exemplo: a diferença entre guerra absoluta e a guerra real, o centro de gravidade, e a trindade paradoxal (maravilhosa).

A guerra absoluta é pensada como sendo um conflito violento onde são desenvolvidas ações de caráter impositivo, e ao planejá-la deve-se buscar, pelo uso do poder disponível, a vitória. Já a guerra real ocorre de maneira diversa das condições imaginadas pelos combatentes. Clausewitz, na sua intenção de melhor esclarecer a diferença entre a guerra absoluta e a guerra real, estabeleceu inclusive um conceito o qual chamou de “fricção”. “Fricção” pode ser considerado como um conjunto de fatores, tais como acontecimentos fortuitos, o acaso e a incerteza que, estando presentes na concepção da guerra real, a torna diferente da guerra absoluta.

Centro de gravidade é um ponto inserido na estrutura do inimigo que, se atacado e eliminado, provocará o desmoronamento de todo o seu poder nacional, e esse ponto não

precisa ser necessariamente de natureza militar. Na guerra do Vietnã, por exemplo, a opinião pública norte-americana teve todas as características de um centro de gravidade, e inúmeras ações implementadas pelos inimigos dos EUA visavam, de certa forma, atingir este ponto.

A trindade paradoxal (maravilhosa) significa dizer, em poucas palavras, que a guerra e a sua condução sofre influência de três fatores considerados de suma importância: os relacionados ao exército, ao povo e ao governo.

Sobre Clausewitz é interessante abordar também que sua obra provocou, e ainda provoca, importantes debates sobre determinados aspectos da guerra. Ele foi certamente um grande intelectual e divulgador de idéias novas e de grande repercussão, haja vista os diversos seguidores que teve, inclusive os de concepção ideológica marcante, tais como Lênin e Mao-Tsé-Tung. Teve críticos também, tais como Liddel Hart, Keegan e Fuller.

Na verdade, Clausewitz influenciou Mao Tse-Tung indiretamente, pois Mao se apropriou do conceito marxista-lenista, e Lênin, por sua vez, havia se apropriado de conceitos clausewitzianos. J. F. C. Fuller em seu livro “A Conduta da Guerra” dedica inclusive um capítulo inteiro a discutir a relação entre Lênin e o militar prussiano. Diz que, tal qual Engels e Marx, Lênin ficou fascinado pelo “Da Guerra”.

“... sob o título “A Guerra é a Continuação da Política por Outros (isto é, violentos) Meios”, escreveu Lênin: Esta famosa definição pertence a um dos mais profundos escritores militares – Clausewitz. Os marxistas têm sempre considerado, justificadamente, este axioma como o fundamento teórico para sua compreensão da significação de todas as guerras”.²¹

Ainda sobre Mao Tse-Tung pode-se dizer que ele teve significativa participação na vida política e militar da China do século XX. Destacou-se por ter liderado o Partido Comunista, o movimento conhecido por “longa marcha”²² e a Revolução Cultural chinesa. Meira Mattos em seu “Estratégias Militares Dominantes” tece comentários sobre Mão Tse-Tung e afirma que ele não praticou suas ações sob inspiração divina: “Mao Tse-Tung, partindo dos conceitos básicos de Sun Tzu, desenvolveu uma estratégia, uma tática e uma logística para a guerra”.²³

Meira Mattos vai mais além e afirma que Mao Tse-Tung, 2400 anos depois de Sun Tzu, apropriou-se da mecânica da estratégia do seu mestre e nela incluiu o ingrediente marxista-leninista, ou seja, o fanatismo ideológico e a revolução de massa.²⁴

²¹ John Frederick Charles FULLER, *A Conduta da Guerra*, p. 198-199.

²² Longa Marcha é um movimento que reuniu 300 mil homens e que, para escapar do cerco das forças de Chiang Kai-chek, percorreu 32 mil quilômetros pelo interior da China.

²³ Carlos de MEIRA MATTOS, *Estratégias Militares Dominantes*, p. 14.

²⁴ *Ibid.*, p. 40.

Com o desenvolvimento de teoria própria sobre estratégia e guerra a fama de Mao ultrapassou a fronteira chinesa. Com o seu livro “*On Guerrilla Warfare*”, o ocidente teve oportunidade de conhecer os preceitos e princípios estratégicos dessa nova modalidade de guerra usada inicialmente contra o Japão: a guerra de guerrilha. Um preceito maoísta merece citação por sua relevância e significado: “É uma arma (*a guerra de guerrilha*) que uma nação inferior em armas e equipamentos militares pode empregar contra uma nação mais poderosa”.²⁵ Mais adiante: “quando a guerrilha engaja um inimigo mais forte, devemos recuar enquanto eles avançam, importunar quando eles param, atacar quando eles estão cansados, e perseguir quando eles recuam”.²⁶

O estabelecimento da guerra de guerrilha pode ser considerado um dos maiores símbolos da guerra assimétrica que, segundo a Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX, trata-se:

“... de uma tentativa de organização de um conjunto de formas de enfrentamento não-convencionais visando confrontar com um poder militar, técnico e econômico superior. Trata-se, assim, de uma escolha estratégica por parte de um Estado, organização ou partido dos meios de combate capazes de infligir um grande dano a um poder superior, sendo por isso mesmo considerada a forma por excelência da luta do fraco e pobre contra o forte”.²⁷

Outro autor, Bonanate, também conseguiu discorrer sobre guerra, política e estratégia com grande perspicácia. No seu “A Guerra” ele procurou parametrizar a guerra, relacionando tipos, modos de se travá-la, objetivos e dimensões. Afirmou também que estratégias já existiam desde a Antigüidade, e que elas ainda continuam a influenciar o ambiente de guerra. Neste ponto ele corrobora, em seu âmago, com idéias expostas por Martin Van Creveld em seu livro “*Command in War*”.

Creveld afirma que a estratégia sempre existiu. Relata, no entanto, que as técnicas, as transformações táticas e as inovações organizacionais fizeram surgir um ponto de inflexão na história da estratégia: o início do século XIX. Napoleão foi o grande responsável pela ocorrência deste momento. Além disso, Creveld afirma que transformações tecnológicas ocorridas no século XIX e posteriormente no século XX influenciaram os ditames da estratégia e da guerra moderna.²⁸

²⁵ MAO TSE-TUNG, *On Guerrilla Warfare*, p. 70.

²⁶ *Ibid.*, p. 73.

²⁷ Francisco Carlos TEIXEIRA DA SILVA, *A Enciclopédia das Guerras e Revoluções do Século XX: as transformações do mundo contemporâneo*, p. 7.

²⁸ Martin Van CREVELD, *Command in War*, p. 18.

De volta a Bonanate, é pertinente mostrar uma interessante comparação por ele realizada entre dois autores que estudaram a estratégia: Sun Tzu e Maquiavel.²⁹ Maquiavel escreveu no século XVI um trabalho considerado similar ao de Sun Tzu, porém mais extenso, e é possível observar vários pontos em comum entre as obras. Segundo Bonanate:

“... Sun Tzu e Maquiavel refletem sobre realidades, pelo menos em parte, análogas, mas o que parece mais significativo (mas também assombroso) é que entre os dois escritos é possível encontrar assonâncias e consistências extraordinárias, que usaremos como prova da objetividade das condições estratégicas dos conflitos”.³⁰

Esta última assertiva retirada do livro de Bonanate é emblemática. Ele ao fazê-la está analisando Sun Tzu e Maquiavel sob a ótica da História Comparada. Além disso, o emprego da comparação permite verificar que determinados elementos fundamentais da lógica estratégica permanecem válidos mesmo havendo diferenças de tempo e de espaço.

Ainda sobre autores, existem os que descreveram e estudaram o assunto história, guerras e estratégia em único livro. John Keegan em “Uma História da Guerra” fez análise histórica de alguns povos e suas atitudes perante a guerra. Em relação aos gregos teceu um comentário sobre o legado estratégico naval deixado por esse povo quando da realização da campanha de 480-479 a. C. (gregos *versus* persas):

“... o poderio das frotas (...) estabeleceu o estilo para um novo método de guerrear, verdadeiramente estratégico em seu caráter, que dominou a luta por posições no Mediterrâneo oriental pelo resto do século; seus princípios acabaram entrando para o cabedal de todos os povos marítimos”.³¹

Por fim, estratégia e guerra foram conceitos que ao longo da história foram compreendidos e/ou tomaram formas diferentes, embora haja certas particularidades intrínsecas a cada um deles que têm validade perene.

A junção das palavras estratégia e guerra formam na verdade um binômio -“Estratégia & Guerra”- que, se bem entendido, estudado e trabalhado, permite, entre outros aspectos, empreender a execução de políticas de segurança nacional adequadas, assegurando a sobrevivência do Estado e a defesa de seus interesses contra possíveis ameaças.

²⁹ Maquiavel, além de escrever “O Príncipe”, é autor de uma obra que tem o mesmo título da confeccionada por Sun Tzu: “A Arte da Guerra”.

³⁰ Luigi BONANATE, *A Guerra*, p. 70.

³¹ John KEEGAN, *Uma História da Guerra*, p. 270.

1.2 - A Segurança

O início do século XXI tem sido um período profícuo em mudanças ocorridas em vários campos do conhecimento, e quanto às mudanças que dizem respeito à segurança dos Estados não tem sido diferente. Sobre aspectos a ela relacionados há hoje um entendimento diferente do que era no passado. Apesar de a segurança e a sua manutenção em níveis satisfatórios ter se constituído sempre em objeto de apreciação e atenção de qualquer governo, ela é hoje muito mais presente e marcante que no passado.

Podemos afirmar que ameaças à segurança dos Estados sempre existiram e sempre se configuraram em preocupação de governos, e que antes do final da Guerra Fria existiam três diferentes visões em relação aos estudos de segurança e suas ameaças: a abrangente, a tradicionalista e a crítica.

A visão abrangente, que serviu de base para a realização do presente estudo, entende que a segurança internacional, sua manutenção em níveis satisfatórios e seus estudos pertinentes não devem levar em conta somente os Estados e seus aspectos militares. A sensação de segurança é, na verdade, afetada por múltiplas ameaças, e estas podem ter diversas origens: militar, política, econômica, ambiental etc, e que questões basicamente domésticas acabam por refletir nas relações internacionais, sendo então justificável a inclusão desses tópicos quando da realização dos estudos de segurança. A perspectiva abrangente considera ainda o indivíduo como a unidade básica das análises de segurança, o que implica em considerar a segurança individual como uma questão legítima presente nas RI. A tradicionalista, por sua vez, considera a dimensão militar ainda como o objeto central dos estudos da segurança e sustenta que é um erro expandi-lo para outras áreas, pois tudo poderia vir a ser securitizado.

A crítica assevera que à segurança é dada uma posição supervalorizada. Para os críticos, liberdade e igualdade são, em muitas situações, aspectos mais importantes ao Estado, pois contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.³²

Conceitualmente podemos afirmar que no cenário internacional a segurança teve o seu sentido cognitivo alterado e ampliado. A transformação nesse campo é notória. Isto não quer dizer que preceitos cunhados e postos em prática no passado devem ser totalmente descartados, bem como não devem ser vistos como dogmas e/ou princípios imutáveis. Eles devem ser revistos para depois serem mantidos, modificados ou abandonados. Segundo Vidigal “os

³² Armando Ferreira VIDIGAL, *As Relações Internacionais sob a perspectiva da segurança*, p. 133-134.

estudos sobre segurança ganharam impulso pelos fatos ocorridos ao se aproximar o fim da Guerra Fria e as conseqüências deles”.³³

Desde o final do século XX novos temas que dizem respeito à segurança surgiram e ganharam trans-nacionalidade, tais como os relacionados à demografia, ao meio ambiente, à escassez energética, ao crime organizado, ao terrorismo, ao narcotráfico e às máfias. Ademais, estudos de segurança passaram a não mais se restringir somente a aspectos militares como vinha acontecendo. A possibilidade de desmilitarizar parte das relações de segurança internacionais passou a fazer parte do debate.

Vários são os fatos e transformações surgidas no cenário internacional que obrigam a realização de uma revisão e expansão do sentido cognitivo que cerca a palavra segurança. O Instituto de Pesquisas para o Desarmamento da Organização das Nações Unidas apresentou um amplo conceito:³⁴

“... segurança é uma condição na qual os Estados consideram que não há perigo de ataque nuclear, pressão política e coerção econômica, de modo que possam, livremente, buscar o seu próprio desenvolvimento e progresso. A segurança dos indivíduos e das comunidades que compõem os Estados é assegurada pela garantia do exercício da liberdade e dos direitos políticos, sociais, e econômicos individuais, bem como pela preservação ou restauração de um meio ambiente saudável para as gerações presentes e futuras”.³⁵

A segurança e o seu correto entendimento exige, portanto, que se realizem estudos mais acurados e que se penetre em outras áreas do conhecimento. É necessário realizar estudos multidisciplinares para alcançar o seu correto entendimento. Como exemplo desta necessidade, podemos citar a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (RSCT) desenvolvida por Barry Buzan e Olé Waever. A teoria diz que os respectivos complexos são formados:

“... por um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independente”.³⁶

Além disso, o método comparativo aplicado à história parece ser também um bom exemplo de um ramo da ciência que, se aplicado à segurança, permitiria ampliar seu entendimento.

³³ *Ibid.*, p. 133.

³⁴ Sob a sigla UNIDIR este Instituto, criado em 1982, tem a função de realizar pesquisa sobre questões de desarmamento e problemas afetos à segurança nacional dos Estados.

³⁵ Luiz Sérgio da Silveira COSTA, *Política, Estratégia, Defesa e a Segurança: usos e abusos*, p. 77.

³⁶ Barry BUZAN; Olé WAEVER, *Regions and Power: the structure of international security*, p. 44.

Sarfati corrobora com este último pensamento. Ele diz que quando da análise da política internacional, as capacidades relativas entre os Estados devem ser analisadas comparativamente, especialmente quando lidamos com a questão de segurança.³⁷

No século XXI observa-se que o estudo e o desenvolvimento de ações objetivando aumentar a sensação de segurança são uma constante preocupação dos Estados. Usa-se até mesmo de eufemismos para se designar ações típicas de guerra implementadas com este objetivo. São os chamados ataques preventivos e os ataques preemptivos.

O ataque preventivo não se configura em fato novo na história. O ataque aéreo de Israel contra o reator nuclear Osirak do Iraque em 1981 pode ser considerado como um ato tipicamente preventivo. A destruição do reator visava impedir o desenvolvimento da capacidade nuclear iraquiana e um possível desvio desta capacidade para produção de bombas atômicas. Em artigo publicado em 1999 Jorge Castro³⁸ já dizia que “a prevenção é, diante do conflito contemporâneo, o que a dissuasão foi perante o enfrentamento militar direto”.³⁹

Já o ataque do tipo preemptivo foi teorizado com a Estratégia de Segurança Nacional de 2002 elaborada pelo Governo George W. Bush. Os EUA, segundo este referido documento, “têm mantido há muito a opção das ações preemptivas para conter uma ameaça significativa à segurança nacional”.⁴⁰ E ainda: “quanto maior a ameaça, maior é o risco de inação – e mais obrigados somos a realizar e desenvolver uma ação antecipada em defesa própria, mesmo que haja incerteza quanto à hora e ao local do ataque inimigo”.⁴¹ Dessa forma, este tipo de ataque, da forma com que foi concebido pelo governo dos EUA, serve de justificativa para a perpetração de qualquer ato de repressão e/ou agressão. Estamos, portanto, diante de um novo paradigma de segurança.

Há, no entanto, um paradigma que, ao que tudo indica, ainda permanece válido: aquele descrito por John Herz. Mais especificamente, Herz enunciou o conceito do “dilema da segurança”, que reflete o desejo dos Estados em buscar implementar ações com o objetivo de incrementar sua segurança ante a possíveis ameaças que possam alterar o seu *status quo* de securitização. Mas, como consequência destas ações, Estados passam a se sentir inseguros e ameaçados e tentam equiparar-se ao nível de segurança atingido pelo outro implementando atos ou tomando decisões que possibilitem também um incremento de sua sensação de segurança. Conforme explicitado por Sarfati a idéia do dilema é que “os Estados, ao agir em

³⁷ Gilberto SARFATI, *Teoria de Relações Internacionais*, p. 148.

³⁸ Jorge Castro foi Secretário de Planejamento Estratégico da Presidência da Argentina no governo Carlos Menem.

³⁹ Jorge CASTRO, *Kosovo e o novo sistema de segurança internacional*, p. 107.

⁴⁰ Cf. *The National Security of The United States of America - 2002*. p. 15.

⁴¹ *Ibidem*.

interesse próprio, devem se preocupar com a defesa de sua segurança independentemente da ação dos outros Estados, mas, ao agir dessa forma, levam insegurança aos outros Estados”.⁴²

No século XXI nota-se também que a mudança do *status quo* da segurança foi percebida em todo o mundo, mas existem Estados que por motivos diversos se sentiram, e ainda se sentem, mais afetados pelas novas formas de ameaças à segurança. EUA, Rússia e China são exemplos desta afirmativa anterior. Seus vastos territórios, suas grandes populações e seus vários e imensos recursos naturais, além de fatores geopolíticos justificam essa preocupação.

A “sensação de segurança” hoje existente começou a tomar forma ao final do século passado, e no século XXI esta nova percepção está se consolidando. Vários foram as transformações que contribuíram para que ela se tornasse um significativo motivo de preocupação dos Estados.

Há muitos aspectos que caracterizam e diferenciam o atual momento histórico daqueles já vividos e dissecados por historiadores. As diferenças são tão marcantes que há inclusive a percepção de que vivemos em uma Nova Ordem Mundial, gestada após o fim da Guerra Fria.

Esta nova ordem teria como ponto de inflexão, segundo alguns estudiosos, a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em dezembro de 1991. Existe, no entanto, quem diga que não há um ponto de inflexão claramente definido a partir do qual ela tomou sua forma. Segundo Condoleeza Rice, secretária de Estado do Governo Bush, “a queda do muro de Berlim e a queda do *World Trade Center* representam o início e o fim de um longo período de transição”.⁴³ Dessa forma, não existe um ponto, mas sim um período de cerca de 12 anos – 1989 a 2001.

Com relação aos atores das ordens mundiais podemos considerar que o ator principal de toda ordem sempre foi, desde Westfália (século XVII), o Estado-Nação.⁴⁴ Hoje, no entanto, existe uma profusão de novos atores a influenciar as Relações Internacionais: Organizações Não-Governamentais, Organizações Supra-Estatais, Empresas Transnacionais, etc. Em que pese a existência destes novos atores, para o melhor desenvolvimento deste trabalho e entendimento do conceito de segurança nacional foi o Estado-Nação conforme já mostrado, considerado como o elemento fulcral de análise.

É preciso, pois, realizar um pequeno estudo sobre os Estados e sobre alguns de seus aspectos pertinentes a fim de poder notar-se similitudes e diferenças entre a sua atual forma e a

⁴² Gilberto SARFATI, *op. cit.*, p. 98.

⁴³ Cf. Condoleeza Rice, “Por um Equilíbrio de Forças que Favoreça a Liberdade”, *Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos*, p. 5.

⁴⁴ A chamada Paz de Westfália, estabelecida por meio dos Tratados de *Münster* e *Osnabrück*, inaugurou o moderno sistema internacional ao acatar princípios tais como o de soberania estatal e o de Estado-Nação.

que existia antes de 1989, e assim, melhor entender a imbricação existente entre os conceitos referentes ao Estado-Nação e à segurança.

Nesta nova ordem em que vivemos, tal qual outras ocorridas em tempos passados, novos paradigmas estatais emergiram e estabeleceram-se. Alguns deles influenciaram, e continuam a influenciar – e isso é a área de interesse deste trabalho - o estabelecimento de estratégias de segurança nacional dos Estados. Pode-se afirmar que certos preceitos estatais permanecem imutáveis e têm validade perene: aquele que aborda a questão da sobrevivência do Estado, por exemplo. Hoje, tal qual ontem, todo governo se sente obrigado a agir para que seu Estado tenha continuidade no tempo e no espaço, e medidas de segurança são, em última instância, implementadas para garantir essa sobrevivência. Carr afirma inclusive que “a preocupação central dos Estados é a sua sobrevivência”.⁴⁵

A busca da manutenção da sobrevivência estatal pode, no entanto, e em determinadas situações, causar um desequilíbrio nas relações entre os Estados e afetar o que convencionou-se chamar de equilíbrio de poder.

Para Morgenthau, os países que em princípio e por definição são iguais, entram em equilíbrio de poder quando ensejam ações procurando manter o seu *status quo* ou derrubar o de *outrem* no cenário internacional. Olhando a história podemos afirmar que quando países se sentem inseguros e ameaçados pelo crescente poder do outro teriam a tendência de buscar equilibrar o poder, e isso está claro desde um passado distante, como foi o caso de Esparta e Atenas durante a Guerra do Peloponeso.⁴⁶

A ocorrência do equilíbrio de poder é, dessa forma, comum e antigo no cenário internacional e, estabelecida uma relação instável, ações serão encetadas visando restabelecer um novo ponto de equilíbrio, e esse novo ponto atingido não terá necessariamente as mesmas características do anteriormente existente.

Sarfati relata que na busca do equilíbrio de poder a primeira preocupação dos Estados não seria a de maximizar o seu poder e, sim, garantir a sua posição no sistema internacional, e que os requisitos para que a equilíbrio de poder possa ocorrer são uma ordem anárquica e o desejo, no mínimo, de sobrevivência estatal.⁴⁷

⁴⁵ Edward Hallett CARR, *The twenty years crisis, 1919-1939*, p. 119.

⁴⁶ Hans MORGENTHAU, *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*, p. 321.

⁴⁷ Gilberto SARFATI, *op. cit.*, p. 150.

Ordem anárquica no contexto das Relações Internacionais significa a “inexistência de autoridade central com legitimidade para criar leis e poder para fazer com que as leis sejam cumpridas”.⁴⁸

Bobbitt quando analisou a ordem anárquica conseguiu fazer uma interessante comparação entre o que escreveu Hobbes e Bull:⁴⁹ “tanto Hobbes quanto Bull descreviam um mundo desprovido de lei – um mundo de cada um por si e todos contra todos”.⁵⁰

Apesar do caráter simplista da comparação de Bobbitt, ela permite verificar mais uma vez o valor intrínseco do método comparativo como um vetor facilitador de exposição de novas abordagens históricas.

Hoje é lícito afirmar que o conceito de equilíbrio de poder e seus aspectos correlatos ainda permanecem válidos e influenciam de maneira significativa tomadas de decisões no campo da segurança nacional. A ordem anárquica ainda existe e a sobrevivência dos Estados ainda é um dos objetivos principais dos governos.

Há, de outra forma, inúmeros aspectos e características dos Estados que sofreram modificações. Isso incitou estudiosos a tentar entender o arranjo estatal do século XXI levando em conta variados aspectos. Em sua maioria estes estudiosos objetivaram caracterizar o atual momento histórico, realçando diferenças significativas e, em seguida, analisaram as ações humanas desenvolvidas diante dos novos arranjos surgidos.

Ao final do século XX houve quem dissesse que a insegurança havia diminuído por conta do fim da Guerra Fria e que a democracia liberal ocidental e que o capitalismo haviam se estabelecido firmemente como forma dominante dos Estados e que, por isso, estaríamos presenciando o fim da história.⁵¹

⁴⁸ Francisco Carlos TEIXEIRA DA SILVA, *O mundo, uma guerra depois: as relações internacionais depois da guerra do Iraque-II*, p. 29.

⁴⁹ Thomas Hobbes, em seu livro intitulado “Leviatã”, elaborou uma teoria de Estado e estabeleceu o conceito de “estado da natureza”, que vem a ser algo como um estado de guerra permanente entre os homens. Expõe ainda que os homens se submetem a um soberano por meio de um contrato social com o objetivo de evitar que se destruam. Hedlley Bull é autor do livro *The Anarchical Society* e nele afirma que: a) existe um ordem mundial estabelecida entre os Estados, os quais formam uma sociedade, e b) não há um poder central que controle a todos os Estados, logo tal sociedade é anárquica.

⁵⁰ Philip BOBBITT, *A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações*, p. 232.

⁵¹ “O Fim da História” é o título do livro escrito por Francis Fukuyama. Mais especificamente, este autor fala que a humanidade teria atingido um ponto estável em sua evolução histórica: a democracia liberal ocidental foi consagrada vencedora ante os demais sistemas existentes e teria se firmado como modelo de governo a ser seguido “para sempre”. Essa idéia, no entanto, foi contestada por diversos estudiosos e até mesmo reescrita pelo próprio autor. É curioso notar que o “para sempre” não é de forma alguma um conceito que parametriza a história. Ao longo dela vários momentos foram considerados como seladores de um tempo, mas que anos depois verificou-se que quem assim aquilidou cometeu um sério erro de avaliação. Lembremos, por exemplo, da frase: “uma guerra para acabar com todas as guerras” (conceito atribuído à primeira Guerra Mundial e que não se concretizou).

O fato é que com o fim da Guerra Fria as “percepções de ameaças” foram ficando mais difusas, dificilmente podendo ser relacionadas com o espaço geográfico, com um dado Estado. Em relação ao poder militar havia a expectativa de diminuição de seu emprego, e a maior ameaça definida na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 1991, o tráfico de drogas, não tinha relação direta com o emprego do poder militar.⁵²

O colapso da URSS em 1991 e o fim do seu antagonismo com os EUA fez ainda surgir uma mudança de relevante significado no cenário internacional: a emergência deste último como uma potência hegemônica nas Relações Internacionais. Assim, vários aspectos relacionados à sua hegemonia se consolidaram após 1991, como o poder incontestável de suas Forças Armadas (FFAA). Suas decisões políticas, tomadas tanto no âmbito externo quanto interno, passaram a ter reflexos em todos os continentes, e sua cultura passou a influenciar mais fortemente o dia-a-dia de milhões de seres humanos espalhados pelo mundo. Essa sua penetração global, no entanto, gerou, e ainda gera, descontentamentos que, tomados em cenários típicos, acarretam respostas que se configuram em ameaças à sua segurança.

Outra mudança ocorrida no período pós-Guerra Fria diz respeito à confrontação estratégico-militar, política e ideológica envolvendo direta ou indiretamente os Estados Unidos da América e a União Soviética. Esta confrontação, do modo em que ocorria, acabou e ambos os países, assim como todo o resto do mundo, tiveram que rever e reavaliar suas estratégias de segurança nacional em função das transformações ocorridas. É difícil, no entanto, avaliar com precisão como determinadas transformações implicaram em novas demandas estratégicas. É certo, porém, que algumas delas foram percebidas como novas ameaças e que, por isso, novas estratégias deveriam ser implementadas.

O fim da Guerra Fria em 1991 patrocinou, portanto, uma série de mudanças no contorno estatal. Além disso, durante sua vigência, havia um clima de hostilidade e rivalidade entre os blocos não comunista e o comunista surgido logo após a Segunda Guerra Mundial e que afetava a segurança de vários Estados. Ela ficou caracterizada, entre outros aspectos, pela existência do conceito de MAD (*Mutual Assured Destruction*- Destruição Mútua Assegurada) que envolvia as duas maiores potências mundiais – EUA e URSS – e essa possibilidade de aniquilamento mútuo se configurou durante muito tempo em uma ameaça à segurança de cada um, e até mesmo para a sobrevivência de toda humanidade. A qualquer momento soviéticos poderiam atacar norte-americanos usando armas nucleares ou vice-versa, o que levaria a uma resposta imediata do oponente, gerando, por conseguinte, à destruição de ambos. Era uma

⁵² Cf. *Estratégia de Segurança Nacional de 1991 dos EUA*.

época de um certo tipo de certeza: EUA e URSS polarizavam disputas em todos os campos – militar, econômico, espacial etc. Segundo Vidigal: “sabia-se quem era o inimigo, (...), avaliava-se com certa precisão o grau de ameaça que ele representava”.⁵³ Obviamente estratégias de segurança nacional elaboradas durante a Guerra Fria tinham como pano de fundo esse cenário.

Desde o final da Guerra Fria ocorreram mudanças até mesmo nos valores que regem e que definem a conformação dos Estados. Bobbitt relata o surgimento – após 1990 – de uma nova forma de Estado, o Estado-mercado:

“... Estado-mercado é caracterizado pela sua dependência dos mercados internacionais de capital e, em menor grau, da moderna rede de companhias multinacionais, em detrimento da gestão por órgãos políticos de escopo nacional ou transnacional”.⁵⁴

Bobbitt em suas digressões vai mais além e deixa claro que a transformação dos Estados é fato real e histórico e que deve ser encetada quando o arranjo institucional estatal não mais atende aos anseios de governantes e de governados. O Estado existe, por exemplo, para domar a violência: internamente criam-se mecanismos visando estabelecer o monopólio sobre ela, e externamente procura-se evitar que ela atinja a jurisdição estatal. De outra forma, quando o Estado mostra-se incapaz de cumprir suas promessas, sofre modificações; sendo que estas modificações ocorrerão onde for necessário, até mesmo em seu formato constitucional.⁵⁵

Samuel P. Huntington no seu livro “Choque de Civilizações” estabeleceu o conceito de Estado-Núcleo.⁵⁶ Ele afirmou que os países, por motivos de segurança, tendem a atrelar-se a outros de cultura semelhante, e um único país, o chamado Estado-Núcleo, funciona como elemento aglutinador em torno do qual os demais, possuidores de civilização semelhante, irão se juntar. Estados-Núcleo são assim chamados, portanto, por possuírem ascendência sobre outros Estados e por servir como um ponto de referência em torno do qual outras nações, preocupadas com sua segurança, orbitam e sofrem sua influência.⁵⁷

Há ainda outras classificações estatais: os “Estados-falidos” e os “Estados-rede”, por exemplo. O surgimento dos Estados-falidos pode ser, em parte, explicado pelo término da

⁵³ Armando Ferreira VIDIGAL, *A Missão das Forças Armadas para o Século XXI*, p. 102.

⁵⁴ Philip BOBBITT, *op. cit.*, p. 214.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 202.

⁵⁶ Huntington em “O Choque de Civilizações” afirma que é a civilização que condiciona os interesses de cada nação e que as principais existentes no cenário internacional são: a sênica, a japonesa, a hindu, a islâmica, a ortodoxa, a ocidental, a latino-americana e a africana.

⁵⁷ Samuel Phillips HUNTINGTON, *O Choque de Civilizações – e a recomposição da Ordem Mundial*, p. 193-194.

Guerra Fria. Este período ficou caracterizado pela existência de uma disputa bipolar entre os EUA e a ex-URSS, e ambas as nações promoviam ajuda financeira e militar a certos Estados e, acima de tudo, criavam zonas de influência próprias por todos os continentes. De certa forma, os conflitos eram acompanhados ou controlados pelas duas potências. O término da disputa bipolar reduziu e extinguiu esse acompanhamento e o seu controle mais direto. Uma das conseqüências dessa extinção e do abandono deste controle está relacionada ao fluxo de armas entre as fronteiras. Ele ficou mais liberalizado e isso possibilitou determinados grupos armar-se em condições de enfrentar o poder policial de seu próprio Estado e ameaçá-lo. Alguns Estados tornaram-se incapazes de reagir de forma eficaz, fazendo surgir os chamados “Estados-falidos”, assim chamados, portanto, por não possuírem mais internamente o monopólio do uso da força e o controle do fluxo de armas, e por terem suas instituições governamentais fragilizadas.

A existência deste tipo de Estado gera insegurança em um nível elevado à medida que o potencial de alcance e expansão dos atos praticados pelos grupos paramilitares armados pode afetar outros Estados. Hoje os Estados-falidos são tão marcantes no cenário internacional que foi elaborado até mesmo uma lista que os classifica em ordem decrescente, o *Failed States Index*.

Os “Estados-rede”, de outra forma, não são um novo tipo de Estado propriamente dito, eles são de natureza totalmente diversa do Estado-Nação tradicional que conhecemos desde Westfália, são entidades típicas da era da informação. Os “Estados-rede” são, acima de tudo, organizações supranacionais com representação, em geral clandestina, em várias partes do mundo e que, unidas em torno de uma ideologia ou objetivo, atuam com desenvoltura e influenciam de maneira significativa as Relações Internacionais praticando atos que abalam a estrutura de determinados Estados-Nação. Seu mais famoso protagonista é o Al-Qaeda.⁵⁸

Há ainda os chamados *rogue states*. Ele podem ser traduzidos como “Estados-delinqüentes”, “Estados fora-da-lei”, Estados que patrocinam, por exemplo, o terrorismo e que desafiam constantemente as normas internacionais quanto ao desenvolvimento de armas nucleares, químicas e biológicas, as chamadas armas de destruição em massa. O termo foi criado pelos norte-americanos para designar principalmente o Iraque, a Coréia do Norte e o Irã, o chamado “eixo do mal”.

⁵⁸ Al-Qaeda é o nome dado a um movimento fundamentalista islâmico internacional constituído por células colaborativas e independentes que visam, supostamente, reduzir a influência não-islâmica sobre assuntos islâmicos por meio da prática de atos de terror.

Consubstanciado no que foi escrito até este momento podemos afirmar que o término da Guerra Fria mostrou-se um grande marco na história dos homens. “Estamos no início de uma nova era, caracterizada por grande insegurança, crise permanente e ausência de qualquer tipo de *status quo*”.⁵⁹

Dentro ainda do escopo de análise estatal um outro aspecto importante é aquele que diz respeito à “segurança coletiva”. Esta segurança é baseada na idéia de existência de um mecanismo internacional que conjuga compromissos estatais a fim de evitar agressões de um Estado contra o outro. A agregação de esforços e de recursos teria a capacidade de desestimular ações agressivas. A segurança coletiva seria também capaz de promover a estabilidade e a confiança nas Relações Inter-estatais.

Motivada pelo conceito de segurança coletiva foi criada, quando da consecução do Tratado de Versalhes, a Liga das Nações.⁶⁰ Alguns artigos do Pacto da Liga das Nações são basilares quanto ao conceito de segurança coletiva. O 10º. relata que cada Estado-membro se compromete a respeitar e preservar a integridade territorial e a independência política de todos os membros da Liga. O 11º. que qualquer ato de guerra ou ameaça de guerra, não importando se afetando algum membro da Liga ou não, é declarado uma questão de importância para a Liga como um todo, e a Liga deverá agir de forma a proteger a paz das Nações.⁶¹

Havia, desde a criação da Liga, a expectativa (não concretizada) de que o sistema de segurança coletiva tomaria o lugar da lógica do equilíbrio de poder nas relações entre os Estados. Além disso, a sua existência proporcionava a existência de um fórum onde ficaria estabelecido uma comunidade de poder que buscaria soluções pacíficas para conflitos e o desaquecimento da corrida armamentista. Infelizmente, por uma série de motivos, a Liga não atingiu os seus objetivos como se esperava e, como exemplo de seu fracasso, podemos citar a ocorrência da 2ª. Guerra Mundial anos mais tarde.⁶² Apesar de juridicamente ela ter existido entre 1919 e 1946, em 1939 ela já não mais existia de fato.

Durante a 2ª. Guerra Mundial, começou a ser engendrado o estabelecimento de um novo sistema de segurança coletiva. Em 1945 foi criada a ONU. Resumidamente pode-se afirmar que o sistema ONU possui vários atributos que são desenvolvidos por meio de seus seis

⁵⁹ Michael STÜMER, apud Eric HOBBSBAWM, *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, p. 537.

⁶⁰ O Tratado de Versalhes foi um documento assinado pelas potências européias em 1919 que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial. Liga das Nações foi uma organização internacional criada com base na proposta de Paz conhecida como Quatorze Pontos feita pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson. Os Quatorze Pontos propunham as bases para a Paz e a reorganização das Relações Internacionais ao fim da Primeira Guerra Mundial. O pacto para a criação da Liga constava dos 30 primeiros artigos do Tratado de Versalhes.

⁶¹ Mônica HERZ; Andréa Ribeiro HOFFMAN, *Organizações Internacionais: histórias e práticas*, p. 32.

⁶² A ausência dos EUA na Liga pode ser citada como uma significativa razão para o seu fracasso.

principais órgãos e por suas quinze agências, e que a administração da segurança dos Estados é o seu ponto fulcral. Procurou-se no ato de seu estabelecimento corrigir erros cometidos quando da criação da Liga das Nações. Especial atenção foi dada ao papel a ser desempenhado pelas consideradas grandes potências àquela altura. Dessa forma, firmou-se que o seu principal e mais representativo órgão, o Conselho de Segurança, teria como membros permanentes os EUA, Rússia, China, França e Reino Unido, e a cada um foi dado o poder de veto que, se exercido, bloquearia qualquer decisão do Conselho.⁶³ Toda decisão do conselho para se tornar efetiva deveria ser unânime. A unanimidade das grandes potências representava um significativo respaldo às decisões tomadas no campo das ameaças à paz e à segurança.

Quanto à participação mais direta da ONU na administração da segurança podemos mencionar a realização de operações de paz em locais conflituosos. Elas podem ser de quatro tipos: construção da paz, manutenção da paz, realização da paz e imposição da paz.

Apesar de sua consolidação, a ONU, assim como a Liga das Nações, não foi totalmente eficaz em seu objetivo primário, pois durante a Guerra Fria ocorreram vários conflitos que fugiram ao seu controle.

Com o fim da Guerra Fria e uma expansão das percepções de ameaças à segurança, a ONU começou a ser repensada a fim de adequá-la ao novo momento histórico e para que tivesse sua efetividade aumentada. Para a organização o indivíduo passou também a ser considerado como algo a ser alvo de medidas de securitização. Assim, seu escopo foi ampliado: a necessidade de ajuda humanitária e o desrespeito aos direitos humanos passaram a ser critérios importantes para o estabelecimento de medidas e ações. Mais ainda: para dar à Organização uma maior representatividade começou-se a pensar em uma possível alteração até mesmo na composição dos membros permanentes de seu Conselho de Segurança.

Neste mesmo período teve início também a realização de um estudo a respeito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No início da fase de transição da nova ordem, em 1990, a comunidade internacional européia, diante das transformações ocorridas no cenário internacional da segurança, sentiu a necessidade de levar adiante uma análise e discussão quanto às suas atribuições. Neste ano, membros representantes da OTAN e do Pacto de Varsóvia se reuniram em Paris, fato inédito em toda Guerra Fria. Deste encontro surgiu o Acordo para Limitação das Armas Convencionais na Europa (CFE – *(Treaty) Conventional Armed Forces in Europe*) e em uma segunda reunião, na mesma cidade, que contou com a

⁶³ O Conselho de Segurança tem o poder de autorizar uma intervenção militar. Conflitos e crises políticas que ocorrem em qualquer parte do mundo são tratados pelo Conselho. Ele tem o poder de determinar que haja intervenções militares.

participação de países integrantes da OTAN e das demais nações europeias, foi firmada a Carta de Paris.⁶⁴

Posteriormente a OTAN teve seu mandato original ampliado. A organização passou a atuar em um espaço geográfico ampliado quanto aos seus limites externos, assim como passou a empreender operações humanitárias, anti-terroristas, anti-tráfico de drogas, e combater ameaças ao meio ambiente.

Em 1999, os russos demonstraram ter preocupação com a ampliação da OTAN. Eles se opuseram à admissão da República Checa, Hungria e Polônia. No início do século XXI, em maio de 2002, inserido dentro do novo paradigma de atuação da OTAN, foi estabelecido o Conselho Rússia-OTAN, vindo a se tornar mais um fórum de cooperação na área de segurança. Ele substituiu o Conselho Permanente Conjunto criado em 1997 para a realização de consultas bilaterais. Moscou, a partir da criação do Conselho, passou a ter o mesmo *status* que todos os demais membros da Organização. A cooperação deveria ser profícua em relação a gestão de crises, ao combate ao terrorismo e ao narcotráfico, à interação militar e à não-proliferação das armas nucleares, entretanto, ela não se concretizou dentro do que os ocidentais expectavam.

Em 2004 Putin se opôs de forma contundente à admissão da Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Bulgária e dos países bálticos que pertenciam a ex-URSS, Estônia, Lituânia, Letônia, e, em fevereiro de 2007, o dirigente russo chegou a declarar na *Munich Conference on Security Policy* que está claro que o processo de expansão da OTAN não tem a ver com modernização da aliança ou com o incremento da segurança na Europa e que ele, ao contrário, afeta seriamente a confiança mútua.⁶⁵

Ainda no campo das transformações surgidas a partir do final do século XX, e que possui reflexos nas medidas de segurança implantadas podemos citar uma que se faz presente em todo o globo determinando comportamentos, ações e pensamentos e que teve, ainda que indiretamente, influência na conformação e elaboração de estratégias de segurança dos Estados: a globalização.

“... a globalização é a consequência socioeconômica da última fase da modernização tecnológica e cultural. Resulta do fato de que as condições tecnológicas atuais estão impondo a todos os países e a todos os sistemas produtivos. (...) E resulta também do fato de que há uma pressão irresistível para aceitar certos traços e apelos culturais, universalizados pelos meios de comunicação de massa”.⁶⁶

⁶⁴ Na Carta de Paris de 1990 os países europeus não trataram somente de aspectos de securitização, eles se comprometeram com defesa de valores tais como a democracia e os direitos humanos, e estes valores deveriam se tornar basilares na nova ordem europeia.

⁶⁵ Vladimir PUTIN, *Wrap: Russia's Putin talks U. S. missile defense, NATO, Iran in Munich*, p.1.

⁶⁶ Hélio JAGUARIBE, *Um Estudo Crítico da História – vol. 2*, p. 679.

A globalização é ainda um processo de integração mundial em diversos campos e em variados aspectos. Sem dúvida alguma o transporte, o comércio, as comunicações e suas múltiplas faces (telefonía, Internet etc) são as grandes marcas da globalização. A Internet pode ser considerada um capítulo à parte nesta transformação, pois ela se constitui em uma relevante força transformadora de toda a sociedade mundial.

Segundo Jaguaribe, três fatores principais orientam o processo de globalização. O primeiro é a existência de uma grande massa de capital financeiro, que se desloca livremente entre mercados nacionais. O segundo é que a maior competitividade dos sistemas produtivos obriga as empresas e os países a incorporar procedimentos comuns a fim de manter sua posição no mercado internacional. O último diz respeito a regras e instituições, regulamentadas pelas principais potências econômicas mundiais que, associadas ao enorme poder que possuem, faz com que certas normas e padrões de conduta sejam aceitos e seguidos em todo o mundo.⁶⁷

Dessa forma, conceitos relacionados à globalização, como economia de mercado, democracia e direitos humanos se universalizaram e passaram a se configurar em objetivos a serem alcançados e/ou defendidos por um grande número de Estados, e governos passaram a implementar medidas de securitização na tentativa de manter o nível político e econômico atingido neste novo cenário.

Uma outra característica significativa destes novos tempos, o século XXI, é o elevado número de surgimento de novas tecnologias e o rápido aumento do saber em várias áreas do conhecimento. Isto influenciou, e ainda influencia, sobremaneira a forma de pensar e agir dos seres humanos, bem como o de governos.

A violência, por exemplo, devido ao incremento da absorção tecnológica e científica de quem a utiliza, está inclusive modificando a sua própria natureza. Ela está ficando mais dependente de tecnologias que fazem uso intensivo do conhecimento, como a microeletrônica, as telecomunicações e os sistemas de armas possuidores de softwares avançados.

Mais ainda, aqueles que, por meio do conhecimento e do estudo continuado, souberam assimilar e lidar com as novas tecnologias, puderam se desenvolver economicamente mais rapidamente, e, de maneira sustentável, foram capazes de gerar mais riqueza e obrigados a pensar em como manter a posição econômica e política atingida.

O conhecimento e a tecnologia são, portanto, fatores capazes também de influenciar as concepções estratégicas de segurança nacional de uma nação. Medidas no campo estratégico serão mais eficazes e eficientes se houver conhecimentos gerais sobre culturas alhures e se os

⁶⁷ *Ibid.*, p. 680.

sistemas de comunicações utilizados forem tecnologicamente avançados. Em conflitos e/ou crises do século XXI, ambos, conhecimento e tecnologia, são elementos decisivos quanto aos seus desígnios. Mas não é só em conflitos e crises que esses elementos se fazem sentir, eles têm presença quase ubíqua neste século.

Ramonet corrobora com esta idéia quando afirma que “a nova riqueza das nações residirá cada vez mais, durante o século XXI, na ‘matéria cinzenta’, no saber, na pesquisa, na capacidade de inovar e não mais na produção de matérias-primas”.⁶⁸

Esta nova riqueza de que fala Ramonet deve ser entendida como um aspecto de múltiplas implicações. No seu sentido mais restrito significa a capacidade de gerar e proporcionar desenvolvimento econômico. Ampliando o seu entendimento pode-se afirmar que a massa cinzenta possibilita o desenvolvimento de novas capacidades para serem empregadas onde e quando se fizer necessário, e aí podemos incluir a capacidade de prover uma adequada política de segurança nacional.

1.3 – As novas ameaças e as suas percepções

As novas ameaças à segurança e suas percepções são uma das principais razões de confecção dos documentos que contêm as estratégias de segurança nacional dos EUA, Rússia e China.

Antes do período de transição responsável pelo surgimento da nova ordem mundial - 1989 a 2001 - as percepções nesta área eram vistas e encaradas de forma diferente. Havia uma dissociação clara entre Estado e indivíduos como alvos de ameaças. Ameaças eram assim classificadas quando podiam atingir Estados e exigiam uma ação militar para a sua manutenção ou restauração. Hoje, o universo de ameaças se ampliou, havendo até mesmo uma certa dificuldade em delimitar-se uma fronteira daquilo que pode ser considerado como ameaça do que seria somente um problema a ser solucionado. Ademais, as ameaças se aproximaram mais do cidadão comum. Existe a nítida percepção de que a qualquer momento você ou pessoas do seu convívio podem de alguma forma ser afetados por atos que possam provocar uma sensação de insegurança, e mais, no século XXI todos, e não somente militares e políticos de alto escalão, são responsáveis por discutir e implementar ações que objetivam neutralizar ameaças.

As “percepções de ameaças” têm hoje um outro espectro: suas fontes e origens são bem mais amplas e não se restringem mais as que emanam de outros Estados. Além disso, são reconhecidas de outra forma e atingem a sociedade em múltiplos aspectos.

⁶⁸ Ignácio RAMONET, *Guerras do Século XXI: novos temores e novas ameaças*, p. 15.

“... as ameaças que não tardaremos a enfrentar não podem ser facilmente categorizadas como agressões de Estados; de fato, pela primeira vez desde o nascimento do Estado, não há mais necessidade de uma estrutura estatal para organizar a violência em uma escala devastadora para a sociedade”.⁶⁹

Observa-se também que a sensação de insegurança causada por “percepções de ameaças” é hoje aquilatada de forma diferente por cada Estado e até mesmo pelos habitantes das diferentes regiões do mundo, e que a ocorrência de guerras e do terrorismo são fontes de ameaças que se fazem presente em várias partes do globo. Mas, além destas, há outras e de vários matizes: as de origem demográfica, ambiental, energética, armamentista, criminal etc.

Dependendo de como cada um percebe as ameaças, o universo de ações, atos, procedimentos e/ou intenções passíveis de serem considerados é enorme. É imperioso descobrir o que realmente preocupa a maioria dos Estados nesse mister.

Até o século XX as questões de segurança dos Estados eram fortemente centradas na manutenção da integridade territorial e tudo aquilo que ameaçasse essa integridade deveria ensejar uma efetiva estratégia contrária. Hoje, além das que envolvem a preservação do território, há outras muito mais delicadas e abrangentes.

Huntington mostra que os conflitos estão hoje centrados menos em território do que em questões mais amplas, como a proliferação de armamentos, direitos humanos, migração, terrorismo e fundamentalista islâmico.⁷⁰

Teixeira da Silva afirma que as ameaças atuais em sua essência caracterizam-se por ter origem em entidades desprovidas de características típicas do Estado-Nação, tais como território e população, e que, dessa forma, os agentes capazes de infligir ameaça se sentem mais livres para agir, pois a ação de revide a qualquer ato causador de insegurança terá dificuldade em estabelecer um alvo claro e definido. As chamadas novas ameaças são mais difusas, furtivas e flexíveis do que o jogo tradicional estabelecido nas Relações Internacionais.⁷¹

Ignácio Ramonet analisando as ameaças contemporâneas conseguiu visualizar e estabelecer uma importante relação entre a sensação de medo e o de ameaças novas. O medo se altera em consonância com a ameaça: quanto maior é a ameaça, maior é a sensação de medo e quanto menor a ameaça, menor o medo. Esta relação é quase que óbvia, mas ao torná-la clara, ela possibilita incrementar o entendimento das “percepções de ameaças”. Alguns exemplos: o

⁶⁹ Philip BOBBIT, *op. cit.*, p. 202.

⁷⁰ Samuel Phillips HUNTINGTON, *op. cit.*, p. 266.

⁷¹ Francisco Carlos TEIXEIRA DA SILVA, *O mundo, uma guerra depois: as relações internacionais depois da guerra do Iraque-II*, p.111.

medo do apocalipse nuclear se amenizou no fim da Guerra Fria, bem como após a assinatura de tratados internacionais que proibiam a proliferação nuclear, e aumentou quando do progresso balístico alcançado por alguns países, notadamente Paquistão, Irã e Coréia do Norte.⁷²

Outro aspecto das novas ameaças tem a ver com a sua geografia: elas podem ter origem alhures, vir do exterior, ou, em muitos dos casos, ter origem dentro das fronteiras do próprio Estado, ou ainda, ser fruto de uma combinação de interesses externos com interesses internos. Os conflitos étnicos e os conflitos religiosos são exemplos de ameaças com fulcro e origem internamente aos Estados e que, às vezes, ultrapassam fronteiras.

Dessa forma, tudo ou quase tudo que possa afetar a sobrevivência da humanidade pode ser hoje percebido como ameaça à segurança. Vejamos o caso do aumento da emissão de gases nocivos na atmosfera - principalmente o gás carbônico - e o agravamento do efeito estufa provocando o aquecimento da terra. A sensação de insegurança que isso causa é sentida em todo o mundo. Assim é que, tentando mitigar essa sensação, 150 países se reuniram em Kioto no Japão em 1997 e firmaram um protocolo objetivando reduzir as emissões desses gases e garantir uma sobrevivida para os habitantes da terra. Os Estados Unidos, auto-aclamados como os principais mantenedores da segurança mundial, relutam, no entanto, em assinar e agir conforme os ditames de tal protocolo, e por motivos óbvios: eles são os maiores emissores de gases que indiretamente causam o aquecimento da terra.

O exemplo do Protocolo de Kioto serve para elucidar mais um aspecto da segurança: os Estados em suas políticas de securitização devem se aliar, sempre que possível, a outros Estados na tentativa de buscar soluções que possibilitem combater as fontes de ameaças à segurança. Isso cria uma sinergia que proporciona resultados de significativa relevância.

Patman é ainda mais enfático quando afirma que embora haja muito mais o que governos nacionais possam fazer para promover a segurança humana, políticas nacionais necessitam ser complementadas e incrementadas por meio de cooperação internacional, e que isto é verdadeiro no campo da governança global ambiental – onde a distância entre a retórica e a ação está aumentando.⁷³

O universo de ameaças presentes no século XXI é, portanto, muito amplo. Além disso, as ameaças relativas ao indivíduo alargam enormemente a lista de possíveis fontes ameaçadoras, pois incluem tudo aquilo que possa se configurar em uma significativa ameaça à sobrevivência humana. Evidentemente, a inclusão de todos desse temas na agenda da segurança suscita uma importante questão: qual o limite para uma questão ser considerada de segurança?

⁷² Ignácio RAMONET, *op. cit.*, p. 153.

⁷³ Robert PATMAN, *Security in a Post-Cold War World*, p. 103.

Buzan e Waever conseguiram apresentar um interessante conceito: os assuntos de segurança são aqueles que representam uma ameaça existencial para um objeto referente que pode ser um Estado, a sociedade e até mesmo um indivíduo. Portanto, nessa concepção, uma ameaça à segurança deveria ser analisada cruzando-se diferentes níveis de análise - sistema internacional, subsistemas internacionais, unidades, subunidades e indivíduos - com diferentes setores - militar, ambiental, econômico, social e político.⁷⁴

Quanto às estratégias usadas ou pensadas de forma a contrapor-se às ameaças e capazes de incrementar a sensação de segurança no século XXI é possível afirmar que não possuem uma formatação padrão. É certo que ameaças à segurança sempre foram combatidas, e, nesse sentido, ações implementadas faziam uso quase que exclusivamente do poder militar e/ou de armas. Hoje são pensadas e implementadas de diferentes formas. Ações militares são ainda vistas como as que combatem a sensação de insegurança com maior eficácia. No entanto, há vários tipos de ameaças em que atos do tipo estritamente militar não são os mais adequados a serem colocados em prática a fim de se combatê-las.

Vejamos as ações geradoras de ameaças que se utilizam de armas, mas não se configuram em ação militar propriamente dita. O fato de alguém portar uma arma, apesar de predispor a realização de atos violentos, não implica necessariamente em uma ação armada para o alcance de sua neutralização. Um simples procedimento político objetivando provocar desarmamento, bem como o combate ao tráfico de armas, são medidas, em determinados casos, inibidoras de atos que possam vir a afetar a segurança.

Hoje existe a nítida percepção de que assuntos militares e uso de armas são apenas parte de um contexto bem maior, um contexto onde as origens das ameaças são diversas e onde o modo de neutralizá-las também se alterou. Segundo Patman: “Nós temos menos insegurança na esfera militar e mais insegurança em esferas pessoais e comunitárias”.⁷⁵

Para se combater com efetividade muitas das novas ameaças não basta ter um número ilimitado de armas, não é preciso necessariamente ter um poder nuclear significativo capaz de garantir a segurança e capaz também de responder ao primeiro ataque como ocorria no período da Guerra Fria. Contra o ataque desferido contra as torres gêmeas de Nova York armas nucleares de nada adiantariam.

Ademais, o emprego de novas armas por si só não ensejarão mudanças de capacidades, o homem continuará sendo o grande responsável pela ocorrência das transformações necessárias para que novas capacidades se desenvolvam. É preciso, pois, mudar a forma de pensar, de

⁷⁴ Barry BUZAN; Olé WAEVER, *op. cit.*, p. 21.

⁷⁵ Robert PATMAN, *op. cit.*, p. 93.

treinar, de exercitar, de lutar, e haver um constante esforço no desenvolvimento de novas formas de combater as novas ameaças.

Um forte exemplo de forma inovador de combate pode ser verificado pelo estabelecimento por norte-americanos em 1995 das Operações Militares de Não-Guerra, ou melhor, as “*Military Operations Other Than War (MOOTW)*”. Elas traduzem bem algumas das principais “percepções de ameaças” que os afligem. São elas:⁷⁶

- a) controle de armas – verificação do cumprimento por outro país de qualquer acordo sobre controle de armas;
- b) combate ao terrorismo (anti-terrorismo com o uso de medidas defensivas e contra-terrorismo com o uso de medidas ofensivas);
- c) apoio do Ministério da Defesa às Operações Anti-droga visando impedir a entrada de drogas no país;
- d) imposição de Sanções/Operações de Interceptação Marítima como a realizada durante a Operação “Escudo do Deserto” quando o boicote ao Iraque impôs bloqueio naval e interdição aérea;
- e) imposição de zonas de exclusão;
- f) garantia de liberdade de navegação e sobrevôo;
- g) assistência humanitária. Refere-se a operações humanitárias realizadas no exterior apenas;
- h) apoio militar às autoridades civis quando as medidas necessárias estão além da capacidade dessas autoridades;
- i) assistência à Nação/ Apoio à Contra-Insurgência;
- j) operações de evacuação de Não-Combatentes, ou seja, retirada de nacionais de outro país;
- k) operações de Paz: Manutenção da Paz (*Peacekeeping*) e Imposição da Paz (*Peace Enforcement*). Realização da Paz (*Peacemaking*) e Construção da Paz (*Peacebuilding*);
- l) proteção à navegação visando proteger navios e nacionais embarcados;
- m) operações de resgate, ou seja, trazer de volta pessoal, despojos ou equipamentos sensíveis;
- n) operações de demonstração de força;
- o) operações de ataque (*strike*) e incursão (*raid*); e
- p) apoio à insurgência.

⁷⁶ Cf. *Military Operations Other Than War*, p. 16-27.

As Operações Militares de Não-Guerra traduzem parte das “percepções de ameaças” hoje existentes. É importante, a partir deste ponto, abordar um pouco mais as principais percepções que afligem os que vivem no século XXI. Começamos pela guerra propriamente dita que é ainda percebida como uma grande fonte de ameaça, e porque ela ocorreu por diversas vezes para que a segurança fosse preservada, alcançada ou atingida.

Ao se fazer um estudo das estratégias de segurança nacionais dos EUA, Rússia e China foi possível observar que eles não descartam a possibilidade de uma possível ocorrência de conflitos armados e consideram o emprego do poder militar em ações de securitização de uma maneira muito mais ampla do que em um passado recente.

A guerra recebeu, desde a antiguidade, a atenção de muitos. Platão considerava a guerra uma manifestação de inutilidade; para De Maistre ela era divina; Hegel a julgava uma necessidade histórica; Nietzsche exaltava-lhe a beleza; Voltaire demonstrava-lhe a estupidez; e La Bruyère limitava-se a admitir que ela é inevitável.⁷⁷

A guerra, como se vê, sempre teve presença marcante ao longo da história. Parte dela poderia até mesmo ser contada em termos de guerras e batalhas ocorridas. Hélio Jaguaribe estabelece inclusive uma interessante relação comparativa entre história, poder militar e batalhas:

“... uma análise comparativa do curso dos eventos multi-seculares, (...), proporciona, entre muitas outras ilustrações, uma compreensão mais clara da relação entre poder e as idéias. O poder, particularmente sob a forma de poder militar, emerge dessa análise como o principal acontecimento e a causa mais importante de eventos da história. A história é uma sucessão infinita de batalhas”.⁷⁸

Em que pese o exagero reducional da história cometido por Jaguaribe, o tema Guerra sempre esteve realmente ligado à história. Um dos mais antigos que conseguiu fazer um estudo historiográfico analisando batalhas passadas foi Tucídides com o seu “A Guerra do Peloponeso”. Outro foi Heródoto, considerado o pai da história, que abordou as Guerras Médicas no seu livro “Histórias”. Há alguns autores, no entanto, que foram capazes de descobrir espaços de inteligibilidade e reflexão novos, e outros que conseguiram ir mais além e desenvolver teorias acerca do conflito armado e serem considerados estrategistas: os já citados SunTzu e Clausewitz. Há também aqueles que foram capazes de vislumbrar novas abordagens

⁷⁷ Luigi BONANATE, *A Guerra*, p. 141.

⁷⁸ Hélio JAGUARIBE, *op. cit.*, p. 667.

sobre a guerra, e os que analisaram ou dissecaram o que outros escreveram sobre o tema. Quanto a estes últimos a lista nominal é quase infindável.

A guerra, é sem dúvida alguma um ato passível de condenação. Todos – ou quase todos – almejam viver em paz, mas, contrariando a vontade da maioria, ela ocorre, e há sempre a preocupação de explicitar uma razão para a sua ocorrência.

Guerra justa e guerra santa são expressões que em determinados momentos históricos foram usadas como justificativas de guerras. Ela seria justa quando realizada objetivando aplacar algo desestabilizador da ordem vigente, e santa quando encetada por motivos religiosos. Há ainda o conceito de que a guerra existe para promover a paz. Immanuel Kant declarou que “a guerra visa à paz” e Tucídides: “a guerra dá à paz sua segurança”.⁷⁹

As frases citadas acima tentam obviamente justificar a ocorrência de guerras. Elas traduzem a idéia de que diante do constante sentimento de percepção de ameaça – que causa insegurança -, às vezes se justifica uma guerra que poderia garantir uma paz segura.

Corroborando esse conceito podemos citar a Guerra do Iraque do século XXI. Na concepção do governo norte-americano a manutenção do regime de Saddam Hussein significava a existência de uma paz insegura, pois, a qualquer momento nações poderiam ser ameaçadas se ele, Saddam, usasse as Armas de Destruição em Massa de que supostamente dispunha.⁸⁰ Assim, seria justificável a neutralização do regime agressivo de modo a trazer uma situação de verdadeira paz, ou seja, uma paz segura.⁸¹

Sabidamente desde há muito tempo a guerra faz parte do cenário mundial, e sempre foi considerada a maior ameaça à segurança dos Estados. Um fator tem hoje forte influência sobre seus desígnios: o desenvolvimento tecnológico que ocorre em várias áreas do conhecimento. É importante notar que não é evolução de uma arma *per se* que garante eficácia e eficiência em combate, e sim, a existência de sistemas integrados de detecção, processamento e análise, ataque e a capacidade humana de gerenciamento desses sistemas. Antigamente o desenvolvimento de armas singulares dava certa vantagem ao utilizador, hoje ela tem que estar integrada a um sistema sob risco de se tornar inócua.

A guerra sempre sofreu alterações em função do surgimento de novos armamentos: as lanças de bronze permitiram o desenvolvimento da falange de infantaria; o arco e flecha e

⁷⁹ TUCIDIDES, *History of the Peloponesian War*, p. 108.

⁸⁰ As armas de destruição em massa são classificadas em nucleares, químicas e biológicas. A arma química foi utilizada, por exemplo, na Primeira Guerra Mundial e na Guerra Irã *versus* Iraque e consiste normalmente de substâncias letais disseminadas na forma de gases tóxicos, de contaminantes da água, do solo e dos alimentos, e também de substâncias que queimam a pele. Armas biológicas têm por finalidade disseminar vírus e/ou bactérias aos seres humanos.

⁸¹ Gilberto SARFATI, *op. cit.*, p. 67.

estribos transformaram as ações praticadas pela cavalaria; e os canhões ensejaram o aparecimento de novas táticas no campo de batalha. Balas e fuzis foram responsáveis por transformações ainda mais significativas: o surgimento de navios encouraçados e de tanques, e do combate à distância. No entanto, desde o aparecimento da bomba atômica, a guerra não foi mais significativamente alterada com a utilização de uma nova arma singular.

Além disso, o próprio sistema internacional sofreu mudanças que fizeram com que as guerras adquirissem um novo significado. Conceitos como Estado-Nação, soberania e fronteira não são mais entendidos da mesma forma, e esta nova forma de entendimento aliado ao múltiplo emprego do poder militar, suscitou a ocorrência de novos tipos de guerra.

O poder militar desde meados do século XX, e de forma mais consistente, a partir do início do século XXI, tem uma nova configuração. Criou-se inclusive um novo conceito para designar as alterações ocorridas: a chamada Revolução em Assuntos Militares (RAM). Essa revolução não compreende apenas o desenvolvimento de armas mais avançadas tecnologicamente, mas também, a necessidade de obter um melhor preparo de soldados para mantê-las e operá-las. Faz-se necessário aumentar as capacidades do pessoal militar de modo que as armas tenham alta confiabilidade para o emprego nas complexas condições da guerra moderna.

A RAM não foi um movimento ubíquo, ela foi inegavelmente mais desenvolvida por norte-americanos. Os EUA inseriram no campo de batalha, por exemplo, armas de grande precisão, chamadas de “precisão cirúrgica”, onde ataques são hoje desferidos de longe, gerando maior segurança para o seu exército. A morte de civis estabelecidos no território inimigo, ainda que ocorram, foi reduzida, e ainda, as tropas inimigas são, com o desenvolvimento tecnológico advindo da RAM, acompanhadas *pari-passu* por equipamentos espíões. Haveria ainda muitos aspectos a abordar sobre a RAM, mas, na ambiência da guerra o que ela de mais importante enseja é a disparidade existente entre litigantes: os mais tecnologicamente preparados lutando contra os menos preparados.

Mas não é somente a RAM que dá novos contornos à guerra da atualidade. Hoje o inimigo a exigir uma ação de guerra tipicamente militar não é mais necessariamente um outro Estado. O novo inimigo pode ser qualquer um que possa concretizar as ameaças identificadas, e a questão primordial está em realizar a sua correta identificação. O novo inimigo pode então ser até mesmo uma organização, mas, evidentemente, não uma organização qualquer. Organizações criminosas e terroristas são consideradas como típicas organizações que podem levar ao emprego até mesmo de uma força militar como objetivo de neutralizá-las. O Al-Qaeda pode ser considerado uma organização deste tipo: possui “soldados” treinados em centros de formação

“profissional” próprios, possui bases e ramificações em diversos países, bem como conexões financeiras de difícil rastreamento. A sua aniquilação ou neutralização exige ações baseadas em novos paradigmas. É preciso que ocorra uma sinergia entre os vários campos do conhecimento relacionados com a segurança. Isso não quer dizer que o emprego, *lato sensu*, do poder militar pode ser esquecido e descartado, ele deve ser empregado sim, mas conjuntamente com outros elementos do poder nacional.

Sempre houve quem questionasse a guerra, e, até mesmo conceitos advindos do direito foram apropriados objetivando evitar que ela ocorresse, ou que possibilitasse a diminuição de sua letalidade. É o caso do *jus ad bellum* (direito à guerra) e *jus in bello* (direito na guerra). Em relação ao primeiro conceito há a necessidade - em teoria - de que ela seja proclamada por uma autoridade legalmente constituída e que derive de uma causa. Em relação ao *jus in bello*, tentou-se nas conferências de Haia de 1899 e de 1907 codificar os primeiros elementos do direito bélico. Hoje a principal norma, inserida desde 1950 nas Relações Internacionais, são regras estabelecidas nas Convenções de Genebra. Porém, tanto as normas estabelecidas nestas Convenções como os conceitos de *jus ad bellum* e *jus in bello*, apesar de legítimos, não são cumpridos, são constantemente violados e/ou desprezados.

O fim da Guerra Fria, conforme já mostrado, dava sinais de que conflitos militares estariam com seus dias contados, mas essa expectativa não se concretizou, e muitas das soluções para divergências políticas existentes hoje entre Estados são ainda, tal qual ontem, pensadas em termos ações militares típicas de guerra. “Progride a idéia de que entramos em um novo período da história contemporânea no qual é novamente possível dar soluções militares a problemas políticos”.⁸²

É evidente que há diferenças entre o modo e os objetivos de quem faz a guerra. Foi-se o tempo em que ela visava primordialmente uma conquista territorial. Convivemos hoje com muitos novos aspectos relacionados à forma e ao objetivo de encetar atos hostis. É possível inclusive afirmar que existem ações não armadas capazes de destruir a economia de um país e serem percebidos como atos que visam atingir e alterar a sensação de segurança estatal.

Ainda sobre a Guerra vários são os países que se preocupam com a possibilidade de realizá-la e outros em sofrer ataques ensejados pelo poder militar de *outrem*, mas aquele que mais estuda, debate, age e cria *benchmarking* neste campo é o Estados Unidos da América. Observamos pois, de forma oportuna, a opinião de Rumsfeld, pois reflete muito bem o

⁸² Ignácio RAMONET, *op. cit.*, p. 68.

pensamento contemporâneo sobre a guerra e a necessidade de emprego de outros elementos do poder nacional:⁸³

“... as guerras do século XXI exigirão cada vez mais que se usem todos os elementos do poderio nacional: aspectos econômicos, diplomáticos, financeiros, policiais, de inteligência, e de operações militares secretas e abertas. Como disse Clausewitz, ‘a guerra é a continuação da política por outros meios’. Neste século, a maior parte desses meios podem não ser militares”.⁸⁴

Rumsfeld prossegue elucidando dúvidas e explicitando idéias sobre guerras e ameaças. Estabelece que o sucesso no campo de batalha depende crucialmente da capacidade de comunicação entre as forças envolvidas. As Forças Armadas precisam, acima de tudo, estar integradas, e os tempos de paz devem ser aproveitados para que se treine essa conjugação de esforços. Guerras devem, sempre que possível, serem encetadas em parceria com outros países e a cooperação deve ser buscada como forma de aumentar a efetividade contra o inimigo. A defesa dos EUA exige ações preventivas, e, por vezes, ações preemptivas, pois é impossível prover segurança em todos os pontos e em todos os momentos, e, dessa forma, a guerra deve ser levada ao seu ponto de origem: em alguns casos a única defesa é o ataque. Nunca se deve deixar transparecer ao inimigo que não fará uso de determinado tipo de ação ou que não se utilizará determinado tipo de meio.⁸⁵

Os chineses também demonstraram de forma clara sua preocupação com a guerra e sua nova conformação. No final do século XX, mais precisamente no ano de 1999, dois coronéis chineses elaboraram um documento denominado “A Guerra Além dos Limites” que permite entender o pensamento chinês ante as novas ameaças que já começavam a se delinear.⁸⁶ A grande ameaça é, como o próprio nome do documento permite inferir, um novo tipo de guerra, uma guerra além dos limites.

Logo em sua primeira página o documento deixa claro que na eventualidade de um conflito deve-se estar apto a defender-se de ações que fazem uso de meios militares e também de meios não-militares, entre os quais a violação de sites da Internet, o ataque a instituições financeiras, o terrorismo, a exploração da mídia, e a guerrilha urbana.⁸⁷

⁸³ Donald Henry Rumsfeld foi Secretário de Defesa dos EUA do Presidente Gerald Ford de 1975 a 1977 e também do Presidente George W. Bush de 2001 a 2006.

⁸⁴ Donald Henry RUMSFELD, *Transformando as Forças Armadas*, p. 21.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ A Guerra Além dos Limites em sua versão em português é uma publicação eletrônica da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2003.

⁸⁷ Wang XIAN SUI, Oiao LIANG, *A Guerra Além dos Limites*, p. 2.

Segundo os autores, a Guerra não é mais como sempre foi, importantes fatores influenciam sua nova configuração: a liberdade econômica, a concepção dos direitos humanos e a percepção da importância da proteção ambiental. O ataque financeiro realizado por George Soros no sudeste asiático, os ataques de bin Laden e o ataque de gás sarin no metrô de Tóquio, são eventos cujos graus de destruição são comparáveis aos de uma guerra. A violência militar em sua essência não aumentou, mas verifica-se o incremento da violência política, econômica e tecnológica. O conceito de Clausewitz pôde até mesmo ser reconfigurado, em vez de o emprego da força para compelir um inimigo a submeter-se a nossa vontade, pode-se fazer hoje a seguinte afirmação: a utilização de todos os meios, militares e não-militares, letais e não-letais, para compelir um inimigo a submeter-se aos nossos interesses.⁸⁸

Teixeira da Silva conseguiu em poucas linhas sintetizar o conceito de “guerra além dos limites” externado pelos autores chineses:

“... (*deve-se*) pensar a guerra "como a síntese das técnicas e da mundialização", e centrar a ênfase na dominância das ações "não-guerreiras" - como uso dos meios econômicos, computacionais, psicológicos. Da mesma forma, a condução da guerra pode e deve, segundo eles, "ultrapassar todas as fronteiras e limites", incluindo-se aí a indistinção entre civis e militares - mesmo no tocante a médicos, jornalistas ou diplomatas. Na nova estratégia, "todos os meios serão disponíveis, a informação será geral e o campo de batalha será difuso". Não se trata de retorno às formas de guerra irregular, como as guerrilhas. Agora, a ênfase é na alta tecnologia, incluindo hackers e a manipulação do fluxo de capitais, disseminação de zoonoses e de epidemias”.⁸⁹

Além de norte-americanos e chineses, russos também se preocupam com emprego do poder militar e a ocorrência de guerras no século XXI. O documento fonte de análise sobre a estratégia de segurança nacional russa é uma prova disso, pois retrata de forma intensa aspectos relacionados aos dois temas.

Um outro tipo de ameaça que está a atormentar, ainda que indiretamente, a maioria dos habitantes do globo é o terrorismo. Excetuando-se a guerra propriamente dita, ele é percebido hoje como uma das maiores ameaças aos Estados, aquele que enseja os maiores cuidados, e aquele que, se não for combatido com efetividade, é capaz de causar danos incomensuráveis à estrutura estatal. Diferentemente da guerra, que na maioria das vezes é restrita a determinada área e anunciada, ou se não anunciada, é pressentida, o terrorismo é algo aleatório no tempo e no espaço. É preciso, então, procurar entender mais precisamente o que ele é. O Departamento

⁸⁸ *Ibid.*, p. 13.

⁸⁹ Francisco Carlos TEIXEIRA DA SILVA, *Da Guerra Total à Guerra sem Limites - 2007*, p. 1.

de Estados dos EUA o define como “violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não-combatentes por grupos sub-nacionais ou agentes clandestinos, normalmente visando influenciar uma audiência”.⁹⁰ Podemos acrescentar o fato de que o ato terrorista tem a intenção de influenciar um público-alvo maior que as vítimas diretamente envolvidas no ato.

O Professor Saint-Pierre destaca três tipos de vítimas do terrorismo: as relacionadas à tática, à estratégia e à política. A vítima tática é que se faz mais notar, é aquela atingida diretamente pelo ato terrorista, são as pessoas mortas decorrentes de uma ação executada. Já as vítimas estratégicas são aquelas não atingidas diretamente pela ação terrorista perpetrada, mas que pertencem ao mesmo grupo das vítimas táticas. Elas seriam atingidas de forma indireta, pois a possibilidade de serem as próximas vítimas táticas as afetaria psicologicamente e causaria uma enorme sensação de insegurança. Já as vítimas políticas são representadas pelo Estado e seus dirigentes. Vítimas políticas são aquelas que, tendo a responsabilidade de prover e garantir a segurança, foram incapazes de realizar o que lhes era devido, falharam, portanto, em uma das suas principais atribuições – a garantia da segurança - e foram, por isso, consideradas vítimas.⁹¹

É consenso entre estudiosos que o terrorismo não é uma novidade no campo das Relações Internacionais, e é consensual também que ele se modificou e que alargou seu espectro e alcance desde o final do século XX.

É verdade também que no século XX o terrorismo começou a ganhar força e a se tornar mais conhecido pela comunidade internacional. Foi desde a década de 1960 que ele começou a se configurar em preocupação permanente de alguns Estados. Nesta época seus ataques eram desferidos contra alvos seletivos e, diferentemente de hoje, as organizações etnonacionalistas, separatistas, e politicamente engajadas – origens da maioria dos atos terroristas – praticavam a violência em um nível tolerável pela população local e, de certa forma, aceitável pela comunidade internacional. Eram ataques realizados com a intenção de alcançar a libertação nacional - ETA, IRA e OLP -, e ataques com a intenção de subversão do sistema político vigente - Baader-Meinhof e Brigadas Vermelhas. Possuíam um objetivo final definido e acreditavam em uma vitória no final. Seus objetivos eram tangíveis, conhecidos e divulgados. Por fim, assumiam, na maioria das vezes, a autoria de seus atos.

⁹⁰ Bruce HOFFMAN, *Inside Terrorism*, p. 38.

⁹¹ Héctor Luis SAINT-PIERRE, *A necessidade política e a conveniência estratégica de definir terrorismo*, p. 137-138.

Hoje, século XXI, é possível verificar a existência de diferenças que criam uma assinatura própria do terrorismo. Elas começaram a ser percebidas durante a Guerra Fria. Nesta época, a ex-URSS apoiava movimentos de libertação nacional ou movimentos de raiz ideológica comunista ao redor do mundo e, de certa forma e em certas situações, esses movimentos eram vistos como terroristas pelos norte-americanos.

“... tradicionalmente de cunho contestatório, esta atuação (*terrorista*), antes seletiva e centrada em reivindicações nacionalistas e separatistas conectadas a uma aspiração ideológica, passa a ser de caráter global e de total oposição aos valores e à ordem vigente, manifestando-se desprovida de caráter discriminatório quanto às vítimas de seus atos, cada vez mais midiáticos e espetaculares”.⁹²

Durante o período da Guerra Fria ocorreu um importante evento que teve conseqüências quanto à mudança da face do terrorismo, a Guerra do Afeganistão (1979 - 1989). Esta guerra colocou, de forma indireta, EUA e Rússia em lados opostos e teve desdobramentos maiores do que se imaginava.

Em dezembro de 1979, a ex-União Soviética, invadiu o Afeganistão, país predominantemente muçulmano, a fim de dar sustentação ao governo comunista instalado e os Estados Unidos passaram a fornecer ao Governo do general paquistanês Zia ul-Haq uma maciça ajuda militar para que fosse montada a resistência afegã *mujahidin* contra os invasores soviéticos. A composição da força *mujahidin* foi ainda incrementada com recebimento de seguidores do islã de várias partes do mundo que, com o objetivo de combater o gigante soviético ateu, acorreram ao Afeganistão para contribuir para a expulsão do exército vermelho do país.

Quase dez anos depois - fevereiro de 1989 - a Guerra acabou e os soviéticos deixaram o país, e os *mujahidins* ficaram de posse de armas e munição que haviam sido adquiridas com recursos financeiros norte-americanos durante o conflito.

Instalou-se no território afegão, a partir de então, uma guerra civil entre o exército do governo comunista do Presidente Mohammed Najibullah e as diferentes facções armadas de *mujahidins*. Para tentar restabelecer a ordem emergiu, usando táticas terroristas, a milícia islâmica Talibã. Este grupo fez forte oposição ao governo e em setembro de 1996 seus integrantes conseguiram se instalar em Cabul e “libertar” o país.

⁹² Silvio Aderne NETO, *Do ideológico ao catastrófico, a emergência do terrorismo na agenda internacional*, p. 186.

O Afeganistão, com o fim da ocupação soviética em 1989 e o surgimento da guerra civil transforma-se em um “Estado-falido”. Neste cenário surge Osama bin Laden, um rico empresário saudita, que viria se configurar no grande elemento catalisador islâmico-terrorista, sendo também um dos maiores responsáveis pela transmutação do terrorismo e por transformá-lo em uma das mais sensíveis ameaças aos Estados no século XXI.

Bin Laden, tendo como base o Afeganistão, consolidou a constituição do Al-Qaeda. De formação wahhabista, o mais radical grupo de seguidores de Maomé e originário da Arábia Saudita, Osama chegou do Sudão e participou de ações contra os soviéticos ao lado dos *mujahidins*, bem como ajudou na consolidação do Talibã. Além disso, bin Laden viu ali a grande possibilidade de implementar a *jihad* islâmica contra os “infiéis” que de alguma forma, no seu entender, maculam ou macularam a sua religião. Buscou ainda implementar atos terroristas contra os que eram considerados os grandes construtores de muros que obstruíam a expansão do islã. Bin Laden procurou também desenvolver ações contra aqueles que eram por ele considerados infames e responsáveis pela disseminação, por todo o mundo, de valores ocidentais perniciosos aos seguidores de Maomé e contra aqueles que apoiavam de forma irrestrita Israel em seus embates com os árabes. Na cabeça de Osama e de seus seguidores, o maior inimigo dos muçulmanos era a civilização ocidental e em especial os norte-americanos, que, entre outros aspectos, instalaram uma base militar na Arábia Saudita, “contaminando” o solo sagrado islâmico.

O “novo” terrorismo – chamado por alguns estudiosos de catastrófico - passa então, desde o final do século XX, a prevalecer como forma de implementação de ações terroristas. Suas características principais são:⁹³

- a prática de atos indiscriminados, cuidadosamente planejados para causar o maior número de vítimas possíveis;
- a demora em assumir a autoria dos seus atentados ou a sua não-assunção;
- seus objetivos principais são obscuros e intangíveis;
- a atuação global sob a forma de redes transnacionais;
- a total incompatibilização com os valores morais e políticos vigentes; e
- o desenvolvimento de esforços para obtenção de tecnologia para uso de armas de destruição em massa.

Há ainda uma outra característica muito singular: a utilização de homens-bomba, suicidas. Sua ação mais espetacular foi a encetada no dia 11 de setembro de 2001. Esse ato se reveste de

⁹³ Silvio Aderne NETO, *op. cit.*, p. 199.

tamanho significado que alguns estudiosos chegam a afirmar que o século XXI poderia ter essa data referenciada como o seu verdadeiro ponto de início histórico.

Além disso, o novo terrorismo, representado em especial pelo extremismo islâmico, e o crescente antiocidentalismo muçulmano foi acompanhado por uma preocupação crescente com a ameaça islâmica. O islã é visto como fonte de proliferação nuclear, terrorismo e, na Europa, de imigrantes indesejados.⁹⁴

Como exemplos de atos cometidos dentro dessa nova ordem terrorista podemos citar o atentado ao *World Trade Center* em 1993 atribuído ao Al-Qaeda; o ataque ao metrô de Tóquio em 1995 atribuído a seita “*Aum Shinrikyo*”; o ataque ao prédio do governo norte-americano em Oklahoma City em 1995 atribuído a seita “Patriotas Cristãos”, e o ocorrido em 11 de setembro de 2001 em Nova York atribuído ao Al-Qaeda.

As ações terroristas não são, no entanto, assistidas passivamente. Hoje é bem mais nítida e ubíqua a percepção de que o terrorismo é um mal que precisa ser combatido. William J. Perry, secretário de Defesa norte-americano no Governo Clinton, afirma que os EUA devem combater de forma contundente os grupos terroristas e suas possíveis fontes estatais de financiamento, e que há a necessidade, por parte dos norte-americanos, do desenvolvimento de serviços de inteligência somado a um esforço conjunto com outros países - principalmente aqueles onde se encontram núcleos terroristas - para que se alcance um combate efetividade. Nesse campo deve-se obter a cooperação da Rússia e da China. Esta talvez seja a tarefa mais importante e, ao mesmo tempo, a mais difícil.⁹⁵

Há, portanto, por parte das nações desenvolvidas uma grande preocupação com o terrorismo. Hoje, o simples fato de um vizinho ser muçulmano pode desencadear uma fobia de proporções anormais. É baseado neste último aspecto e na comparação com o termo MAD (Destruição Mútua Assegurada) que será apresentado a seguir um inovador conceito que pretende explicar parte das ações e procedimentos de securitização implementados pelas grandes potências mundiais, em especial pelos EUA. Assim como MAD MESS é uma palavra inglesa e também uma abreviatura. O termo MESS significa, em inglês, confusão, desordem, e é isto que de certa forma estamos presenciando e observando quanto à aplicação de medidas afetas à segurança - individual e coletiva – diante do extremismo islâmico. MESS é formado pelas palavras *Muslim*, *Extremism*, *Scare* e *Security*. *Muslim* são os muçulmanos, *Extremism* significa a radicalização de suas ações, *Scare* é o pânico estabelecido e *Security* é a segurança. Ficamos com algo parecido como “o pânico na segurança causado pelo extremismo dos

⁹⁴ Samuel Phillips HUNTINGTON, *op. cit.*, p. 269.

⁹⁵ William James PERRY, *Preparing for the next attack*, p. 37.

muçulmanos”, e isso ocasionando confusão, desordem, MESS, nas ações pensadas e/ou postas em prática por atores responsáveis pela institucionalização da segurança.

O advento do MESS é marcante e profundo no século XXI, pois as ações típicas do terrorismo catastrófico muçulmano estão fortemente vinculadas à sensação de segurança, e como atos terroristas contemporâneos desferidos alcançam muito mais do que a área onde foram lançados, medidas de securitização de grande impacto como resposta são exigidas e implementadas.

O conceito MESS é então bastante presente, e teve um ponto a partir do qual ele passou a ser notado com mais clareza: o 11 de setembro de 2001. Desde então, medidas abusivas e até mesmo intrusivas foram implementadas com o objetivo de combater o terrorismo islâmico e passaram a fazer parte do cotidiano de muitos habitantes do globo. É evidente que os norte-americanos são os que mais põem em práticas as medidas e também os que mais sentem os efeitos das medidas adotadas, mas é inegável também que no mundo de hoje fortemente integrado pela globalização, uma considerável parcela de habitantes do globo - evidentemente em graus diferenciados - sentem reflexos das ações tomadas. A bagunça ou desordem é muito influenciada pela incapacidade de definir claramente os objetivos das ações de securitização.

Quando é estabelecido uma série de normas internacionais de segurança a serem adotadas indistintamente em todos os portos do mundo, o ISPS CODE por exemplo, cria-se, ainda que não intencionalmente, confusão e a possibilidade de geração conflitos - inclusive inter-estatais -, pois sempre haverá países em diferentes estágios de estabelecimento das referidas normas.⁹⁶ Além disso, terá se contribuído para o surgimento de um grande problema que atinge a tráfego comercial internacional, e conseqüentemente, a economia de vários países. Cabe então a pergunta se medidas, como a do ISPS CODE, são realmente efetivas contra o novo tipo de terrorismo ou apenas causam perturbação, desordem e bagunça.

É discutível se o MESS continuará a ser tão presente no futuro. Ele decorre, principalmente, como conseqüência de uma política de governo praticada por George W. Bush, e não é certo que ações perpetradas sob liderança deste presidente venham a se tornar uma política de Estado. Apesar dessa incerteza é preciso reconhecer a sua existência como um fator a interferir nas relações de segurança inter-estatais neste início de século.

⁹⁶ISPS – CODE é um código internacional elaborado pela Organização Marítima Internacional (IMO), órgão pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU). Tem por meta estabelecer uma cooperação internacional entre governos, organismos governamentais e administradores locais (vinculados ao setor naval e portuário) visando detectar ameaças (principalmente terroristas) aos navios ou às instalações portuárias utilizadas no comércio internacional.

Uma outra percepção que se traduz em ameaça diz respeito à dinâmica da demografia. Segundo Reis, a evolução demográfica pode ser caracterizada por meio de duas dimensões: o crescimento demográfico e os movimentos migratórios.⁹⁷

O crescimento demográfico pode atuar como elemento perturbador intra e interestatal. Taxas elevadas desse tipo de crescimento geram desafios governamentais quando o modelo econômico vigente não consegue gerar os empregos necessários a fim de atender os que ingressam na população economicamente ativa.

São nas migrações, no entanto, que a percepção de ameaça demográfica é mais marcante. Tanto as que ocorrem no âmbito interno dos Estados quanto as que levam seus efeitos para além das fronteiras podem produzir conflitos.

Há situações em que há permissão para que as transferências populacionais se realizem, e em outras esse permissão é vedada. Há também situações em que há o desejo individual em realizar a migração, e em outras a migração é realizada forçosamente. Em quaisquer das situações é preciso que se saiba o que ocorre nos países que são ponto de partida do movimento migratório, e ainda, como os países de chegada avaliam esse fluxo de pessoas. O problema central reside em identificar quando as ações migratórias produzem efeitos passíveis de gerar conturbações nas relações políticas entre os Estados, ou seja, quando elas se transformam em ameaças.⁹⁸

Como exemplo de ações migratórias perturbadoras que ocorrem hoje, podemos citar a que se dá entre o norte da África e o sul europeu mediterrâneo. Ela é motivada basicamente por motivos econômicos, mas com um fator complicador justaposto, a religião. Na França a religião islâmica já é a segunda mais praticada em função do alto índice migratório muçulmano.

Há ainda outro problema que interage, às vezes, com o crescimento populacional e com a migração e que exige ações estatais visando minimizar seus efeitos: o envelhecimento da população. Embora o envelhecimento populacional seja um fenômeno global, ele é mais pronunciado nos países desenvolvidos.

O envelhecimento gera uma percepção de ameaça ao Estado à medida que o não atendimento de expectativas previdenciárias e geriátricas são capazes de gerar insatisfações que interferem na paz política interna de uma nação. Além disso, o elevado custo financeiro de atendimento destas expectativas torna obrigatório o desvio de recursos visando atender às suas necessidades. Outro aspecto relacionado ao envelhecimento, mas de natureza bem mais

⁹⁷ Reginaldo Garcia Gomes REIS, *Os fatores geopolíticos – a variável demográfica*, p. 87.

⁹⁸ Reginaldo Garcia Gomes REIS, *op. cit.*, p. 88.

abrangente, é a necessidade de substituição das posições profissionais antes ocupadas pelos aposentados. Daí que a migração, como a que se dá entre África e Europa, é, apesar de combatida, em parte aceita. É aceita porque os países desenvolvidos possuem baixo índice de fertilidade e não conseguem, com somente seus habitantes, atender à demanda por postos de trabalho para que a atividade econômica continue em crescimento. Assim é que a migração surge para solucionar tal questão. Está caracterizado aí um pequeno paradoxo: as migrações são percebidas como ameaça, mas também como algo benéfico.

Segundo o Relatório da CIA, até o ano de 2020 as economias da Europa Ocidental precisarão recrutar milhões de profissionais para preencher as vagas deixadas pelos trabalhadores que se aposentarão neste período. Ou os países europeus adaptam sua população economicamente ativa, reformam sua previdência social, sistemas de educação e de tributação e acomodam uma crescente população imigrante (principalmente de países muçulmanos), ou enfrentarão um período de encolhimento econômico que pode ameaçar o enorme sucesso conquistado com o advento da União Européia (UE).⁹⁹

Um outro aspecto relacionado com a migração e que interfere nas interações entre os Estados diz respeito à “fuga de cérebros”. Segundo o Relatório da CIA:

“... hoje, metade dos médicos e PHDs nigerianos reside nos EUA. A maioria dos especialistas não espera que a atual tendência de ‘fuga de cérebros’ dos Oriente Médio e da África diminua. Na verdade, ela pode aumentar com o crescimento esperado das oportunidades de trabalho, particularmente na Europa”.¹⁰⁰

Assim é que os países que “exportam cérebros” se sentem ameaçados pelos mais desenvolvidos quando essa “exportação” se dá. O desenvolvimento político, econômico, social e militar desses exportadores, bem como suas capacidades de lidar com novos desafios de qualquer natureza ficam limitadas devido à falta de cérebros capazes.

Há mais um tipo de migração perturbadora: as motivadas pelo caos e pela violência. Os que primeiro saem de uma região caótica e violenta são os que têm maior capacidade empregatícia e, de certa forma, essa saída pode ser caracterizada como “fuga de cérebros”. Só depois saem os demais, sendo que estes podem se tornar refugiados em outro país, gerando problemas no local de destino e nas relações interestatais.

Podemos abordar mais uma fonte de “percepção de ameaças”: a ambiental. Até recentemente este tipo de ameaça não era vista como tal. Segundo Hobsbawm, os problemas

⁹⁹ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *O Relatório da CIA*, p. 145-146.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 147.

ecológicos não eram vistos tão imediatamente explosivos, e ainda, uma taxa de crescimento econômico como a da segunda metade do Breve Século XX, se mantida indefinidamente (supondo isso possível), deve causar conseqüências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural deste planeta.¹⁰¹

As ameaças ambientais começaram a ser percebidas como tais, ainda que de modo muito superficial, há cerca de 100 anos. Segundo Ramonet, em 1910, um químico sueco, Svante Arrhenius, formulou pela primeira vez a hipótese de aquecimento global como resultado do acúmulo de gases industriais na atmosfera, e cerca de sessenta anos depois, a partir da década de 1970, começou a surgir uma consciência global de que a degradação do meio ambiente afetava a segurança dos Estados.¹⁰²

Assim, a manutenção das condições ambientais satisfatórias ao desenvolvimento humano passa a ter grande importância, pois é a vida dos concidadãos que corre perigo e, mais uma vez, tudo aquilo que possa de alguma forma ameaçar a existência do ser humano deve ser combatido. Reafirmando: o objetivo maior das ações que visam à manutenção e/ou restauração da segurança nacional terão sempre como objetivo final, além da manutenção do Estado, a manutenção da vida humana.

A maioria dos problemas relacionados ao meio ambiente se originam da presença humana. O homem com a sua busca desenfreada do desenvolvimento econômico, e com o conseqüente consumo de recursos naturais, causa desequilíbrios nos ecossistemas existentes. Se por um lado o crescimento econômico aplaca determinadas ameaças, por outro gera situações que degradam o meio ambiente, e essa degradação pode vir a se configurar em ameaça à sobrevivência do homem.

Um tipo especial de ameaça já começa a chamar a atenção daqueles mais preocupados com a degradação do meio ambiente. Ele diz respeito a uma futura possibilidade de escassez de água, pois a população que habita a Terra continua a aumentar e o consumo de água, por conseguinte, também. Há ainda um fato agravante: o desenvolvimento econômico de certas regiões permite inferir que o aumento de consumo de água se dará em índices maiores que o aumento da população. “Se todos os humanos da Terra tivessem o nível de vida dos suíços, o planeta mal poderia prover as necessidades de água de 600 milhões de pessoas”¹⁰³

Já há exemplos de degradação envolvendo água e o meio ambiente circundante. O desvio de rios objetivando, principalmente, levar irrigação a áreas desprovidas de quantidades suficientes

¹⁰¹ Eric HOBBSBAWM, *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, p. 547.

¹⁰² Ignácio RAMONET, *op. cit.*, p. 25.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 26.

de água já provocou graves perturbações na natureza: por exemplo, a quase extinção do Mar de Aral. Este mar teve dois rios que o abasteciam desviados para irrigação. Hoje, o Casaquistão luta para tentar recuperá-lo.

Além disso, há ainda o problema de controle de rios trans-fronteiriços. Este fato é ainda mais preocupante, pois a disputa por recursos hídricos pode levar a ocorrência de litígios entre nações. Mais uma vez Ramonet:

“... o controle dos rios é objeto de conflitos crescentes entre os Estados. (...). Muitos indícios fazem pensar que a água está em vias de tornar-se um recurso raro. As tensões que ela suscita aqui ou ali são sinais precursores de rupturas profundas. A água doce é um problema inegável no século XXI, a menos que, na próxima década, seja encontrado um processo de dessalinização da água do mar”.¹⁰⁴

Outra significativa percepção de ameaça ambiental, e que pode levar à ocorrência de litígios entre determinados Estados, provém da devastação florestal. Várias são as ações de diversas origens que tentam diminuir ou compensar a perda continuada de árvores, mas o fato é que o desmatamento aumenta a cada dia. Este é um item constante da agenda internacional que interessa particularmente ao Brasil, pois a Amazônia brasileira é a maior floresta tropical do mundo e o seu gerenciamento é alvo constante de críticas. Há quem diga inclusive que ela é um patrimônio da humanidade, dando a entender que o seu manejo não deveria ficar apenas sob os auspícios de brasileiros. Este fato é também um exemplo de uma vulnerabilidade brasileira a exigir estudos visando sua proteção.

Quanto ao combate às ameaças de origem ecológicas e/ou ambientais, pode-se afirmar que as estratégias devem ser mais globais que locais, muito embora seria muito profícuo se fosse cobrado diretamente da maior fonte poluidora do globo, os EUA, uma atitude mais séria e pró-ativa, e que atos praticados pela comunidade internacional no combate a estas ameaças pudessem também ser praticados por norte-americanos.

A preservação ambiental é, na verdade, uma resposta de sobrevivência a uma crise planetária e as ações necessárias para obstaculizar a degradação do meio ambiente podem assumir diversas formas. Elas podem se dividir em pelo menos quatro grupos de atuação. O primeiro deles adotaria medidas consensuais e legalmente aceitas. O segundo, mais atuante, ultrapassaria a fronteira estabelecida pelo primeiro e as implementaria de tal forma e magnitude que poderiam ser enquadradas como ecovandalismo, e até mesmo ecoterrorismo. O terceiro seriam aqueles que são a favor do avanço tecnológico e econômico dentro de rigorosos

¹⁰⁴ Ignácio RAMONET, *op. cit.*, p. 27.

limites ambientais, e que acreditam, portanto, na capacidade humana de projetar tecnologias que usem menores quantidades de recursos e emitam menos poluição. Por último, estão os que podemos chamar de fundamentalistas que acreditam que a solução está em lançar a sociedade no medievalismo e no ascetismo pré-tecnológicos.¹⁰⁵

Podemos ainda considerar mais um tipo de “percepção de ameaça”: a escassez energética. A busca por fontes energéticas são uma constante preocupação dos Estados, e, portanto, questões energéticas podem ser incluídas no rol de temas que afetam as relações de segurança entre os Estados. É fato que o consumo de energia é globalmente crescente e a capacidade de provê-la não caminha na mesma velocidade. Há países que pelo seu tamanho e crescimento econômico são responsáveis por boa parte do desequilíbrio existente entre oferta e demanda energética. “O fator isolado mais importante a afetar a demanda de energia será o crescimento econômico global, particularmente o da China e da Índia”.¹⁰⁶

A maior e principal fonte energética mundial capaz de responder à crescente demanda com rapidez é, sabidamente, o petróleo. Seu desabastecimento pode gerar muita insegurança, e, conseqüentemente, os vários agentes, governamentais ou não, se sentem compelidos a realizar múltiplas ações com o objetivo de neutralizar essa fonte de insegurança. O aumento da produção interna é uma dessas ações e quase todos os países que desfrutam dessa possibilidade a implementam.

O medo do esgotamento das reservas de petróleo se aguçou recentemente com o ciclo de prosperidade e desenvolvimento que muitos dos países têm alcançado neste início de século XXI. Há também fatores que se somam a este ciclo e que ajudam a formar um quadro preocupante, como a ocorrência da guerra no Iraque a partir de 2003. Este conflito fez o preço do petróleo subir a um patamar bem superior ao que se verificava até então. Seu alto preço é um fator que influencia, ainda que indiretamente, a estabilidade das relações entre os Estados, pois coloca em lados opostos exportadores e importadores.

É correto afirmar também que existem fatores neste século relacionados ao petróleo e que são capazes de desestabilizar, ainda que indiretamente, as relações inter-estatais, ocasionando reflexos na elevação de seu preço: a efetiva interferência da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), os conflitos internos da Nigéria, os problemas de exploração enfrentados na área do Mar do Norte, no Canadá e no Golfo do México, e as dificuldades políticas vivenciadas pela Venezuela, entre outros.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Alvin TOFFLER, *Powershift: as mudanças do poder*, p. 103.

¹⁰⁶ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *O Relatório da CIA.*, p. 147.

¹⁰⁷ Reginaldo Garcia Gomes REIS, *Os fatores geopolíticos – a variável recursos: o Petróleo*, p. 21.

O Relatório da CIA mostra uma abordagem sobre o comércio petrolífero: a competição entre fornecedores e possibilidade de interrupção de fornecimento:

“... muitas das áreas (de exploração) – Mar Cáspio, Venezuela, África Ocidental e o Mar do Sul da China envolvem grandes riscos políticos e econômicos. (...) Os fornecedores de petróleo tradicionais do Oriente Médio também estão cada vez mais instáveis. Assim, uma competição mais acirrada entre compradores, talvez acompanhada de graves interrupções no abastecimento de petróleo, é uma das maiores incertezas dos próximos 14 anos”.¹⁰⁸

A percepção de ameaça de origem petrolífera advém, portanto, da sua inquestionável escassez futura e do fato de que os maiores produtores - e que também possuem as maiores reservas - são países politicamente instáveis. A fim de minimizar, pelo menos temporariamente, os problemas advindos da escassez, tem sido realizado um esforço mundial na busca de novas fontes de exploração no mar Cáspio, África e em outras regiões, bem como o estudo e o desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

A ameaça energética é realmente preocupante, e seu combate precisa ser equacionado. Países mais desenvolvidos e mais proeminentes no cenário mundial já vêm se preocupando com o assunto e tentando encontrar soluções por meio de ações conjuntas, além da busca por fontes alternativas.

É interessante abordar mais uma preocupação que aflige os que são responsáveis pelo estabelecimento de políticas de segurança nacional: as percepções de ameaças provocadas pelo uso de armas. Governos têm percebido a crescente ameaça que pode ser desencadeada por países quando estes aumentam sua capacidade armamentista, e também por determinados grupos quando armas disponíveis no mercado internacional caem em suas mãos.

Observa-se a existência do que se convencionou chamar de corrida armamentista. Esta corrida afeta sobremaneira a segurança dos Estados, há inclusive um consenso entre estudiosos de que uma das principais causas de ocorrência da Primeira Guerra Mundial foi a corrida armamentista que a antecedeu. Ela produz uma sensação de poder aos que se colocam na sua dianteira e acarreta uma sensação de insegurança e medo àqueles que se tornam retardatários, e, instalada essa situação, observa-se a diminuição e piora do nível de relacionamento entre os Estados. Pode-se afirmar que a corrida armamentista gera insegurança, suscita suspeitas e desconfianças, bem como obriga os países a tomar medidas visando à sua própria proteção.

¹⁰⁸ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *O Relatório da CIA*, p. 147-152.

Segundo Wight, a corrida armamentista é algo parecido com o “dilema da segurança”, e começa com:

“... o acúmulo competitivo de tropas e de armamentos, por meio do qual cada lado tenta conseguir obter uma vantagem sobre o seu vizinho, ou pelo menos tenta não permanecer em desvantagem. A corrida pode ser levada adiante por duas ou por muitas potências rivais; pode ser local ou generalizada. Corridas armamentistas têm constituído um traço recorrente, ainda que não contínuo, da história internacional”.¹⁰⁹

Com o fim da Guerra Fria havia o entendimento e o consenso, como já mostrado, de que o equilíbrio do terror terminaria e que o mundo ingressaria num período de paz. O conflito ideológico perdia a sua razão de existência e as então duas superpotências começaram de forma mais efetiva a reduzir seus arsenais militares e atômicos. Infelizmente este tão almejado período não se concretizou e na verdade ocorreu o oposto daquilo que se presumia, guerras dos mais variados matizes surgiram em várias partes do mundo, e a ausência do controle exercido, ainda que indiretamente, pela ex-URSS e pelo EUA quanto à fabricação e distribuição de armas suscitou o surgimento de uma nova corrida armamentista. Novos países, como Índia e Paquistão ingressaram no seletivo clube de países possuidores de armas nucleares, e a atual distribuição de armas pelo mundo, e em especial de armas nucleares, não é fixa nem estável. Uma fonte essencial para o exercício de poder do Estado a capacidade de desencadear uma hiperviolência que outrora se concentrava em poucas nações, tornou-se mais democrática, mais perigosamente difundida.

Possuir armas sempre esteve presente no desejo dos Estados. Os governantes e líderes que representavam algum grupo desejavam-nas, pois podiam manter o poder interno, ameaçar o inimigo externo e, inclusive, obter prestígio.

Sempre houve uma luta pela posse de armamentos. Há, no entanto, diferenças dessa luta quando consideramos momentos históricos distintos. A corrida armamentista se dava principalmente como conseqüência da comparação de poderes combatentes militares, e até meados do século XX a maioria das ações eram efetuadas quando um Estado, ao perceber-se inferior diante do outro, procurava adquirir meios militares visando a atingir um (re)equilíbrio.¹¹⁰

¹⁰⁹ Martin WIGHT, *A Política do Poder*, p. 193.

¹¹⁰ Sergio Duarte, embaixador brasileiro, declarou na Conferência sobre Desarmamento das Nações Unidas ocorrida em agosto de 2007 em Genebra que, enquanto nós não tivermos um sistema de segurança internacional que substitua a posse de armamentos, eles continuarão a ser a base da segurança, e ainda, que todos os países têm vários deveres fundamentais, mas um dos deveres fundamentais de qualquer Estado é prover sua segurança.

Hoje, contrariamente ao que ocorria até recentemente, o objetivo da posse de armas não visa necessariamente fazer uma guerra ou atingir um ponto igualitário em quantidade de armas em relação a um outro país, ainda que estes fatores ainda permaneçam como fortes motivos. Armamentos, a partir do início da década de 1990, deixaram de ser monopólio dos Estados e chegaram às mãos de atores não-estatais, tais como redes terroristas e organizações criminosas transnacionais para serem usados com o fim de atingir objetivos diversos e espúrios. Paralelamente a este novo e ameaçador cenário, soma-se o fato de que certos Estados, por diversas razões, tornaram-se incapazes de exercer o controle de uso e aplicabilidade desses armamentos dentro de seu próprio território. Tornaram-se também incapazes de prover a segurança necessária aos seus cidadãos. Estados como estes ganharam, conforme anteriormente citado, uma nova classificação: Estados-falidos.

Portanto, as armas passaram a serem vistas quase que uma *commodity*, ocasionando disputas por sua comercialização e por sua posse. Atividades ilícitas, e em sua maioria criminosas, estão presentes nas atividades relacionadas ao comércio de armas, e, dentro deste contexto “comercial”, Estados, organizações paramilitares e até mesmo grupos possuidores de propósitos terroristas ou criminosos começaram a disputar e a atuar no mesmo cenário, mas com objetivos obviamente diferentes e às vezes conflitantes. De um lado organizações e grupos tentando obter armas de qualquer origem, inclusive as armas de destruição em massa, e do outro, Estados tentando impedi-los. Isso se configurou em mais ingrediente causador de possíveis conflitos, e certamente suscitará novos comportamentos dos principais atores das Relações Internacionais visando aplacar esse tipo de ameaça.

É senso comum na comunidade internacional o fato de que é preciso controlar o comércio de armas, mesmo as mais simples, pois a utilização destas abre caminho para o emprego de outras potencialmente mais destruidoras, tais como as de destruição em massa.

“... a grande disponibilidade de armas significa que disputas podem ser facilmente transformadas em atos violentos. Governantes de qualquer parte do mundo deveriam atacar essa permissividade, inibir o desenvolvimento, produção e venda de armas e, além disso, coletar e destruir as armas em circulação tanto quanto possível”.¹¹¹

Um pouco mais sobre diferenças da corrida armamentista de antes e de hoje: é lícito dizer que no século XX mais um elemento foi incorporado de forma mais intensa no desenvolvimento de armas, a tecnologia. Como consequência desta inserção, surgiram

¹¹¹ Robert PATMAN, *op. cit.*, p. 105.

armamentos potencialmente mais destruidores e capazes de infligir danos jamais vistos. Começou então a haver uma disparidade entre litigantes, ou seja, os mais capazes de lidar com novas tecnologias assumiram a dianteira na corrida armamentista, e o ponto culminante desta corrida, aquele que mudaria de forma significativa as relações político-militares entre as nações aconteceria com o desenvolvimento da bomba atômica.

A arma atômica surgiu e foi vista de início como a substituta de todas as armas, aquela que tornaria todas as demais desnecessárias, mas apesar de seu poderio intrínseco ela serve para proporcionar, principalmente, um grande poder de dissuasão a quem a possui. Interessante notar também que foi a primeira arma na história que, após acumulado determinado estoque, alguns de seus possuidores julgavam que já detinham quantidades suficientes. Um determinado número de bombas deste tipo proporcionaria um nível de segurança satisfatório e seria capaz de ameaçar enormemente qualquer potencial inimigo por meio de seu poder dissuasório.

Uma outra característica da nova corrida pode ser entendida da seguinte forma: com o passar dos anos, tendo alguns Estados atingindo um estágio tecnológico de produção de armamentos nucleares que atendia às suas vontades, a competição nesta área passou a ser direcionada para o desenvolvimento de formas e/ou métodos de lançar e disparar a bomba. Desde o Enola Gay, avião que lançou a bomba em Hiroshima, o desenvolvimento foi constante e contínuo. Como exemplo podemos citar os aviões que foram adaptados para levar artefatos nucleares, tais como o B-47 e o B-52, e o surgimento dos mísseis balísticos intercontinentais.

A corrida armamentista pode ainda atingir paroxismos como a do tipo espacial ocorrida nos anos de 1980 que envolveu particularmente os EUA e a ex-URSS. A corrida, no entanto, nunca é infinita, em determinado momento ela suscita o seu controle e a implementação de medidas que coíbam o emprego de armas, pois a possibilidade de seu uso, além de potencializar a violência de qualquer ato, afeta e provoca uma enorme sensação de insegurança. Assim, Estados são forçados, até mesmo por sua opinião pública, a agir no sentido de neutralizar essa fonte de ameaça promovendo o desarmamento.

O desarmamento abrange uma série de atos possíveis de implementação. Segundo Wight a própria palavra não é muito precisa: “Pode significar a abolição das armas, ou a redução de sua quantidade, ou limites sobre seu crescimento, ou ainda, a restrição a determinados tipos ou usos”.¹¹²

Ameaças armamentistas que se originem dentro das próprias fronteiras de um determinado Estado podem mais facilmente ser mitigadas com ações de controle e de desarmamento, mas se

¹¹² Martin WIGHT, *op. cit.*, p. 209.

a manutenção da segurança depender do desarmamento de grupos estabelecidos em outro país fica difícil conseguir que o desarmamento ocorra. Difícil, mas não impossível, haja vista os exemplos históricos recentes de cooperação internacional visando à limitação e/ou redução de armas. São exemplos: o Tratado contra a Proliferação de Armas Nucleares (*Nuclear Nonproliferation Treaty* - TNP), o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (*Strategic Arms Reduction Treaty* - Start), a Convenção sobre Armas Biológicas (*Biological Weapons Convention*- BWC).

William Perry afirma que os acordos internacionais firmados já foram capazes de desativar mais de cinco mil ogivas nucleares e que os esforços voltados à não proliferação nuclear dependem da cooperação efetiva entre as potências, e ainda, “obter tal cooperação constitui, portanto, objetivo crucial para a segurança nacional”.¹¹³

De fato, a cooperação em assuntos de segurança vem sendo incrementada pelos Estados. Um bom exemplo, por envolver a China e a Rússia, é a existência da Organização de Cooperação de Xangai (*Shanghai Cooperation Organization* - SCO), instituição inter-governamental criada em 2001. Seu objetivo precípua é discutir assuntos - e implementar ações - relacionados à segurança entre os Estados no continente asiático, como o combate ao fundamentalismo islâmico, e estabelecer oposição à presença dos EUA na Ásia Central/Caspiana pós-invasão do Afeganistão em 2001. Anos após sua criação, em janeiro de 2004, foram formalmente estabelecidos mecanismos para promoção de encontros entre comitês de segurança entre seus Estados-membros e criado o seu Secretariado e sua Agência Regional Contra-Terrorismo. Além dos dois países mencionados, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão compõe a organização. Exceto pelo Uzbequistão, os outros países tinham sido membros dos *Shanghai Five*, fundado em 1996. Irã, Paquistão, Mongólia e Índia são membros observadores.

A cooperação também leva ao desarmamento, e, segundo Wight, o mais comumente visto na história é o que se dá de forma bilateral. Pelo menos desde a Guerra dos Sete Anos no século XVIII ele pôde ser claramente observado. Nesta guerra, a Áustria e a Prússia implementaram uma política de redução mútua de armas. No século XVIII, mais especificamente em 1787, França e Grã-Bretanha estabeleceram uma declaração conjunta sobre o controle de armas navais.

No século XIX ocorreu a desmilitarização da fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos da América. Pelo acordo Rush-Bagot, celebrado em 1817, estes dois países se comprometiam a

¹¹³ William James PERRY, *op. cit.*, p. 34-45.

manter um determinado número de navios de guerra na região dos grandes lagos. No início do século XX, Argentina e Chile, e Noruega e Suécia, foram protagonistas de acordos que visavam à redução de armas. Os primeiros, em 1902, acertaram não adquirir novas armas navais durante cinco anos sem avisar a outra parte com dezoito meses de antecedência. Já Noruega e Suécia, quando se separaram em 1905, estabeleceram entre eles uma zona neutra e desmilitarizada.¹¹⁴

Um exemplo de tentativa de estabelecimento de desarmamento multilateral ocorreu no século XIX. O Czar russo Nicolau II convidou em 1898 as potências européias para participarem de uma conferência para a redução de armas, o que permitiu a discussão sobre o tema e a realização, meses mais tarde, já em 1899, da Conferência de Paz de Haia.¹¹⁵

Apesar dos esforços em contrário a corrida armamentista continua a ser um tipo de ameaça latente capaz de causar preocupação à comunidade internacional, e ações são implementadas visando a evitar que ela ocorra.

Por fim, uma outra forte “percepção de ameaça” existente no cenário internacional diz respeito ao exercício de atividades criminosas. Estas atividades vão desde ilícitos locais praticados por grupos também locais até crimes transnacionais praticados por grandes redes criminosas. As grandes redes, além de estar presente em várias partes do planeta, caracterizam-se pela prática de diversas modalidades de crimes, e na maioria das vezes são chamadas de máfias.

Na verdade máfia pode ser considerada hoje um conceito polissêmico que se refere a diferentes atividades tomadas em certos contextos e circunstâncias, e pode ser caracterizada pela existência de agentes que possuem intenções e interesses diversos. É até difícil estabelecer uma tipologia ou uma sucessão de fatos homogêneos capazes de dar uma definição única ao termo máfia. É fato que o conceito já não se restringe mais àquela associação originária da Sicília (Itália) e que hoje é chamada de *La Cosa Nostra*. Hoje a máfia serve para “indicar uma estreita relação entre política, negócios e criminalidade, uma difusa ilegalidade e corrupção, um mau hábito feito de favoritismo, (e) clientelismo”.¹¹⁶

A máfia, na sua acepção mais primitiva, tem a sua própria história. Ela esteve, de início, ligada ao provimento de proteção. Na verdade a proteção servia, e em determinados casos ainda serve, como uma ponte para o exercício de outras atividades criminosas. A máfia possui, em essência, dois tipos de organização: a que recebe o nome do local onde opera, financia

¹¹⁴ Martin WIGHT, *op. cit.*, p. 213.

¹¹⁵ Realizada entre maio e julho de 1899 a Conferência foi o primeiro grande esforço formal da comunidade internacional para a construção de uma ordem mundial baseada na paz.

¹¹⁶ Salvatore LUPO, *História da Máfia: das origens aos nossos dias*, p. 13.

outras atividades por meio de operações ilícitas e distribui recursos aos “sócios”; e a que possui uma rede de negócios, muitas das vezes transnacionais, no qual os filiados podem participar arriscando capital e ganham dinheiro como indivíduos quando da divisão dos “lucros”.¹¹⁷

É possível observar o surgimento de uma série de empresas corruptas contíguas à máfia. Dessa forma, os mafiosos passam a administrar negócios de fachada legal, mas que desenvolvem atos ilegais, que pouco têm a ver com as medidas de proteção que lhes deu origem.

Hoje, além da forte interligação entre atividades criminosas, observa-se o fato de que elas não respeitam fronteiras, e a maior “percepção de ameaça” criminosa trans-fronteiriça é, por tudo aquilo que traz a reboque quando do desenvolvimento de suas ações, o narcotráfico.

Castells, ao discutir o narcotráfico, afirma que ele funciona como uma indústria e que possui cinco características gerais singulares. A primeira característica é que a “produção industrial” deste crime está orientada à demanda e à exportação, sendo os EUA o mercado mundial mais importante seguido da União Européia, mas que também áreas mais abastadas da Ásia vêm adquirindo rapidamente *status* de grande mercado. O autor prossegue sua digressão afirmando que a indústria é totalmente internacionalizada, com uma divisão bastante rigorosa da mão-de-obra entre os diferentes locais do processo produtivo. Há vários produtores e diferentes locais de produção, bem como existem os que refinam e os que processam. Há também os que transportam e os que distribuem.¹¹⁸

Castells relaciona algumas transformações ocorridas na década de 1990 concernentes à divisão de mão-de-obra desta atividade criminosa:

“... (a) o aparecimento do México como um centro exportador quase autônomo, aproveitando-se de sua proximidade geográfica com os Estados Unidos; (b) as alianças estratégicas entre os cartéis colombianos e as organizações criminosas em todo o mundo, principalmente com a máfia siciliana, a máfia norte-americana e as redes criminosas russas; (c) o uso cada vez mais difundido da nova tecnologia das comunicações, em especial, telefones celulares e computadores portáteis, para se comunicar e monitorar o andamento das transações, ampliando, assim, a flexibilidade e complexidade da indústria”.¹¹⁹

A terceira característica é a existência de um sistema bem articulado de lavagem de dinheiro associado à indústria da droga. A penúltima é que todo o conjunto de transações é assegurado por meio do uso indiscriminado da violência, existindo inclusive organizações com suas

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 27.

¹¹⁸ Manuel CASTELLS, *Fim do Milênio*, p. 227-228.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 230.

próprias redes de assassinos, como os *sicarios* colombianos. A última diz respeito à necessidade de corromper agentes públicos e até mesmo privados em todas as etapas do processo.¹²⁰

Vê-se, portanto, a potencialidade de causar desestabilização e de causar insegurança que o exercício das atividades relacionadas ao narcotráfico proporciona, e é por isso que a maioria dos países as percebem como ameaçadoras e implementam medidas visando neutralizá-las.

Há, ainda, uma série de novas ameaças percebidas que estão a exigir estratégias para combatê-las, pois o número é crescente e parece ter entrado na ordem do dia de todas as nações que estão preocupadas em garantir a sobrevivência de seu Estado e de sua população, porém, procurou-se mostrar as que possuem significativa relevância para a compreensão das Estratégias de Segurança Nacional dos EUA, Rússia e China.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 230-231.

CAPÍTULO II

As Estratégias de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, Rússia e China: os documentos publicados no alvorecer do século XXI

2.1 A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América

‘... defenderemos a paz lutando contra terroristas e tiranos. Preservaremos a paz construindo boas relações entre as grandes potências. Ampliaremos a paz incentivando sociedades livres e abertas em todos os continentes. (...) No novo mundo no qual ingressamos, o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação’.¹²¹

Em documento enviado ao Congresso dos EUA em 20 de setembro de 2002, o presidente George W. Bush tornou pública mais uma Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, e, de acordo com o texto em epígrafe, pode-se antever logo ao início do documento a lógica da sua preocupação e como, a partir daquele momento, os EUA deveriam se comportar ante as novas ameaças do século XXI.

Um outro aspecto importante percebido logo nas primeiras linhas do documento diz respeito ao conceito de hegemonia e sua compreensão pelo governo Bush. Os EUA se assumem - no século XXI - como país hegemônico dono de uma incomparável força militar e possuidor de grande influência política e econômica. Deixa claro que fará uso de seu poder incontestável na manutenção da estabilidade mundial. Além disso, condenará todos aqueles que agirem de forma a dar guarida aos que objetivarem desestabilizar a ordem mundial. Os EUA se arvorou no direito de responsabilizar as nações que estejam comprometidas com o terror, incluindo aquelas que abrigam terroristas, e os aliados do terror são vistos como inimigos da civilização. O exercício da hegemonia norte-americana, ainda segundo o documento citado, se dar-se-á sem restrição e onde for necessário.

No início do texto são também abordadas quais são as ameaças à segurança e como deverá se dar o seu combate nos dias de hoje. É relatado que por uma questão de bom-senso e de auto-defesa, os EUA agirão contra ameaças emergentes antes mesmo de elas estarem totalmente formadas.

É ressaltada a valorização das relações entre EUA, Rússia e China. Os dois últimos, segundo os norte-americanos, são considerados parceiros nesta empreitada pela segurança mundial.

¹²¹ Cf. *The National Security Strategy of the United States of América* – 2002. Introdução.

“... a Rússia se encontra em meio a uma esperançosa transição, alcançando seu futuro democrático e sendo uma parceira na guerra contra o terror. (...) Os líderes chineses estão descobrindo que a liberdade econômica é a única fonte de riqueza nacional. (...) Resistiremos (EUA, Rússia e China) com vigor às agressões de outras grandes potências”.¹²²

Mais adiante há a afirmação de que os EUA usarão o atual momento como uma oportunidade para estender os benefícios da liberdade pelo globo. Deixam claro o desejo de levar a esperança da democracia, do desenvolvimento, do mercado livre e do comércio livre para todos os cantos do mundo. Ainda dentro do mesmo contexto, é dito que os eventos que marcaram o 11 de setembro de 2001 ensinaram que Estados fracos (*weak states*) como o Afeganistão podem se configurar em um grande perigo aos interesses nacionais norte-americanos, auto-aclamado Estado forte. Afirma-se ainda que Estados fracos com instituições fracas, e com altos níveis de corrupção podem tornar-se vulneráveis às redes terroristas e aos cartéis de droga, daí a necessidade de levar “esperança” a estes Estados.

Os EUA expressam que estarão ao lado de qualquer nação determinada a construir um futuro melhor com base na liberdade de seus povos, e que o comércio livre e o mercado livre provêm habilidades para livrar sociedades da pobreza e, portanto, o seu governo trabalhará individualmente com nações, regiões e com comunidades de comércio globais para construir um mundo de comércio livre e aumentar a prosperidade.

- Panorama da Estratégia Internacional Americana

Em consonância com a percepção da existência de novas ameaças à segurança, os norte-americanos relatam que são hoje menos ameaçados por Estados conquistadores do que por Estados-falidos e, que estão sendo ameaçados menos por esquadras e exércitos do que por tecnologias catastróficas existentes nas mãos de alguns poucos.

É claro o esforço de consolidação da posição de responsáveis pela condução dos desígnios da humanidade, pois declaram o destino messiânico de defender o país, aliados e amigos das novas ameaças. A era em que vivemos se reveste em uma oportunidade, segundo os EUA, de pavimentar uma estrada (aberta a todos) para o progresso, onde reinará a paz, a prosperidade e a liberdade.

Os objetivos expostos para a construção da estrada do progresso são: a liberdade econômica e política, as relações amistosas com outros Estados, e o respeito à dignidade humana, e para atingir esses objetivos os EUA deverão:

¹²² Cf. The National Security Strategy of the United States of América – 2002. Introdução.

- a) defender as aspirações pela dignidade humana;
- b) fortalecer alianças para derrotar o terrorismo global e trabalhar para impedir ataques contra o país e contra amigos;
- c) trabalhar conjuntamente com outros para dar fim aos conflitos regionais;
- d) evitar que os inimigos ameacem os EUA, bem como seus aliados e amigos com ADM;
- e) desencadear uma nova era de crescimento econômico global por meio de da liberdade de mercado e do livre-comércio;
- f) expandir o círculo de desenvolvimento por meio da abertura das sociedades e da construção da infra-estrutura da democracia;
- g) desenvolver agendas para a ação conjunta com outros grandes centros do poder global; e
- h) transformar as instituições norte-americanas de Segurança Nacional para encontrar os desafios e as oportunidades do século XXI.

Cada um dos itens acima foi abordado mais minuciosamente e transformado em capítulo.

a) Defender as Aspirações pela Dignidade Humana

Quanto à defesa das aspirações pela dignidade humana, os EUA afirmam que não deverão em hipótese alguma negociar atos e/ou fatos que possam afetar essa dignidade, tais como: o respeito às regras da lei, a imposição de limites ao poder absoluto dos Estados, o liberdade de expressão, a liberdade de veneração, a justiça igualitária, o respeito pelas mulheres, a tolerância religiosa e étnica, e o respeito à propriedade privada. Ao discorrer mais sobre o tema fica clara a intenção de mostrar que os valores norte-americanos devem servir de parâmetro e modelo a ser implementado ou copiado, e que isso se justifica à medida que os EUA são vistos não somente como os mais fortes, mas também como a mais livre e a mais justa sociedade existente. Dentro deste contexto os EUA deverão adotar certos tipos de comportamentos:

- manifestar-se-ão honestamente sobre violações das exigências não negociáveis da dignidade humana usando sua voz e voto em instituições internacionais para o avanço da liberdade;
- usarão seu aparato no estrangeiro para promover a liberdade e apoio àqueles que lutam não violentamente por isso, assegurando que as nações que se moverem em direção à democracia sejam recompensadas pelos passos dados;
- produzirão liberdade e o desenvolvimento de instituições democráticas, temas chaves em suas relações bilaterais, solicitando solidariedade e cooperação de outras democracias enquanto

pressiona governantes - que negam direitos humanos - para se moverem em direção a um futuro melhor; e

- envidarão especiais esforços para promover a liberdade de religião e de consciência, e defenderão esta liberdade ante a governos repressivos.

Por fim, se declaram defensores da causa da dignidade humana e prometem fazer oposição àqueles que resistirem a isso.

b) Fortalecer as Alianças para Derrotar o Terrorismo Global e Trabalhar para Impedir Ataques contra o País e contra Amigos

A frase inicial do capítulo é emblemática quando mostra que os EUA estão lutando uma guerra contra terroristas de alcance global, e que o inimigo é o terrorismo premeditado com a violência politicamente motivada e perpetrada contra inocentes. Há a exposição de que esta “guerra” deverá ser travada em muitas frentes e contra um inimigo intangível, e todos aqueles que ajudarem os praticantes de atos terroristas serão também considerados como tais.

Os norte-americanos se comprometem a trabalhar conjuntamente com seus aliados no sentido de desorganizar o financiamento do terrorismo, identificando e bloqueando suas fontes de recursos, congelando bens e negando-lhes acesso ao sistema financeiro internacional, e estas ações deverão ser realizadas por meio de:

- ação direta e contínua usando de todos os elementos do poder nacional e internacional. O foco imediato serão as organizações terroristas de alcance global e todo e qualquer terrorista ou Estado que patrocine o terrorismo, e que pretenda obter sucesso usando armas de destruição em massa;

- defesa dos EUA, do povo norte-americano e dos seus interesses, dentro e fora do território, identificando e destruindo a ameaça antes que ela chegue às fronteiras. Os EUA irão se empenhar incessantemente para angariar apoio da comunidade internacional. No entanto, não irão hesitar em agir sozinhos, se necessário, para exercer o direito de auto-defesa, agindo de forma preemptiva contra terroristas para evitar que eles causem danos ao seu povo e a seu país;

- evitar que os terroristas continuem a receber patrocínio, apoio e abrigo, convencendo ou obrigando os Estados a exercerem suas responsabilidades soberanas.

Os EUA tencionam ainda travar uma guerra ideológica para vencer a batalha contra o terrorismo internacional, o que inclui:

- empregar a totalidade da influência dos EUA e trabalhar lado a lado com seus aliados e amigos, para deixar claro que todos os atos de terrorismo são ilegítimos, de maneira que o

terrorismo venha a ser visto da mesma forma que a escravidão, a pirataria ou o genocídio: atos que nenhum governo pode tolerar ou apoiar, e aos quais todos devem se opor;

- dar apoio a governos moderados e modernos, particularmente no mundo islâmico, para assegurar que as condições e ideologias que promovem o terrorismo não encontrem solo fértil em nação alguma;

- atenuar as condições básicas que geram o terrorismo, convocando a comunidade internacional a concentrar seus esforços e seus recursos nas áreas de maior risco; e

- utilizar uma diplomacia pública eficaz, visando a promover o livre fluxo de informações e idéias, para despertar as esperanças e aspirações de liberdade dos que vivem em sociedades governadas pelos patrocinadores do terrorismo global.

c) Trabalhar Conjuntamente com Outros para dar fim aos Conflitos Regionais

Os EUA se investem da responsabilidade de usar seu tempo e seus recursos na construção de relações e instituições internacionais capazes de ajudar na administração das crises locais, quando estas vierem a surgir. Ressalta ainda o documento a importância do conflito israelense-palestino: os EUA são a favor da criação de um Palestina independente e democrática convivendo lado a lado com Israel. No sul da Ásia declaram que vem sendo dada ênfase à necessidade de a Índia e o Paquistão resolverem suas divergências, e que a Indonésia está no caminho certo no sentido de criação de uma democracia operante e do respeito pelo estado de direito.

Quanto à América propriamente dita, suas Instituições, tais como o processo da Cúpula das Américas¹²³, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Conferência Ministerial de Defesa das Américas têm sido valorizadas.¹²⁴ Faz-se um alerta, no entanto, quanto ao problema do tráfico de drogas na região, fato que pode vir a pôr em perigo a segurança dos EUA. Quanto a esta situação, especial atenção tem sido dada à Colômbia. Objetiva-se contribuir para a obtenção da segurança básica para seu povo. É ressaltado que a África, com suas guerras quase sempre travadas com base em diferenças étnicas e religiosas, aliado às suas doenças e pobreza,

¹²³ Cúpula das Américas são encontros que se dão com a participação da maioria dos países do continente. A primeira foi realizada em Miami, em 1994, onde foram estabelecidos como objetivos principais: o fortalecimento das democracias do hemisfério, a luta contra a pobreza e a discriminação e a busca da prosperidade. Seus pilares são: a abertura de mercados, a integração e o desenvolvimento sustentável. Realizaram-se, subsequentemente, encontros em Santiago (1998), Quebec (2001) e Mar del Plata/Argentina (2005), além de Reunião Extraordinária em Monterrey (2004).

¹²⁴ Conferência Ministerial de Defesa das Américas é um fórum que visa estabelecer um diálogo entre os Ministros da Defesa das Américas. A primeira foi realizada em 1995, em Williamsburg/EUA, seguiu-se a de Bariloche/Argentina (1996) e a de Cartagena/Colômbia (1998). A 4ª Conferência foi realizada em Manaus (2000), a 5ª. em Santiago/Chile (2002), a 6ª. em Quito/Equador (2004) e a 7ª. em Manágua/Nicarágua (2006).

representa uma ameaça para um dos valores básicos norte-americanos, a preservação da dignidade humana. O caminho da liberdade política e econômica representaria a rota mais segura para o progresso da África subsaariana.

d) Evitar que os inimigos ameacem os EUA, bem como seus aliados e amigos com ADM

A possibilidade de que Estados façam uso de Armas de Destruição em Massa é vista como capaz de tornar ainda mais complexo e perigoso os atuais meios de segurança. Cita-se também que deve ter-se muita atenção ao comportamento dos *rogue states*, e que esses Estados têm governantes desonestos, ameaçam seus vizinhos, patrocinam o terrorismo por todo o planeta, rejeitam os valores humanos básicos e odeiam os EUA e tudo o que ele representa. Além disso, estão determinados a adquirir ADM, bem como outras tecnologias militares avançadas.

Armas dessa natureza vêm se transformando em uma ameaça crescente a todas as nações, e as estratégias de combate incluem:

- contra-proliferação pró-ativa. As ameaças têm que ser contidas e defendidas antes que elas sejam desencadeadas.

- fortalecimento dos esforços de contra-proliferação para evitar que “Estados-delinqüentes” e terroristas adquiram os materiais, as tecnologias e a capacidade técnica necessária para o uso de ADM, e

- administração eficaz das conseqüências geradas pelo uso das ADM, seja por terroristas ou por Estados hostis. A minimização dos efeitos do uso deste tipo de arma ajudará a deter aqueles que as possuem, e dissuadir aqueles que tentam adquiri-las.

Há, mais adiante, outras observações sobre as ADM. Elas, durante a Guerra Fria, eram consideradas como armas de última instância, atualmente, no entanto, são vistas como alternativas possíveis. Para os *rogue states* essas armas são instrumentos de intimidação e de agressão militar contra seus vizinhos, e é possível inclusive que venham a ameaçar os EUA.

Afirma-se que conceitos tradicionais de contenção não funcionam contra um inimigo terrorista, cujas táticas declaradas são a destruição irrestrita. “Estados-delinqüentes” e terroristas quando do planejamento de ataques por certo não pensarão em usar meios convencionais. Eles sabem que fracassariam. Ao invés disso, recorrerão a atos de terror e, possivelmente, ao uso de ADM, armas que podem facilmente ser escondidas, além de ser possível transportá-las clandestinamente e usadas sem aviso prévio.

Neste capítulo os EUA inseriram uma argumentação em defesa do uso das ações preemptivas no combate ao que possa se constituir em uma ameaça à sua segurança nacional: para agir preemptivamente, declararam que não usarão de força em todos os casos, e tampouco acreditam que outras nações devam utilizar a preempção como pretexto para infligir agressão.

Como apoio às opções preemptivas eles deverão:

- constituir serviços de inteligência melhores e mais integrados;
- coordenar, em estreita colaboração com seus aliados, o estabelecimento de uma avaliação comum das ameaças que representam maior perigo; e
- continuar a operar mudanças em suas forças militares, visando a assegurar a capacidade de conduzir operações rápidas e precisas.

e) Desencadear uma nova era de crescimento econômico global por meio da liberdade de mercado e do livre-comércio

Os EUA afirmam que uma economia mundial forte otimiza a segurança nacional por meio da elevação da prosperidade e da liberdade. Os EUA desejam que seus aliados, com base na liberdade de mercado e no livre-comércio, tenham economias fortes para o seu próprio bem, para o bem da economia global, e para o bem da segurança global. Apóiam a participação da China, de Taiwan e da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC), e desejam levar adiante os acordos bilaterais de livre-comércio. Dentro desse contexto de promoção de crescimento econômico, incluem questões ambientais e trabalhistas, e avaliam como sendo importante a preocupação com a segurança energética: é necessário expandir as fontes e os tipos de energia fornecidos globalmente, bem como desenvolver tecnologias mais limpas e mais eficientes em termos energéticos. Denotam possuir preocupação também com o aquecimento global, e dizem pretender reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera.

f) Expandir o círculo do desenvolvimento por meio da abertura das sociedades e da construção da democracia

Os EUA, por meio de seu documento, estabeleceram uma meta ambiciosa a qual pretendem envidar esforços para a sua consecução: duplicar o tamanho das economias mais pobres do mundo no prazo de uma década (a partir de 2002), e para atingir este objetivo estipularam as seguintes grandes estratégias:

- fornecer recursos para ajudar os países que enfrentarão o desafio das reformas internas. Os governos devem lutar contra a corrupção, respeitar os direitos humanos fundamentais,

abraçar o estado de direito, investir na saúde e na educação, adotar políticas econômicas responsáveis e capacitar a livre-iniciativa;

- aumentar a eficácia do Banco Mundial e dos demais bancos de desenvolvimento no aumento dos padrões de vida;

- insistir em resultados mensuráveis, para assegurar que a assistência ao desenvolvimento tenha efeitos reais na vida dos pobres do mundo;

- aumentar o total das verbas de assistência ao desenvolvimento fornecidas na forma de doações e não de empréstimos;

- abrir sociedades ao comércio e investimentos. O comércio e os investimentos são as verdadeiras engrenagens do crescimento econômico;

- garantir a saúde pública. Ajudar no combate à AIDS;

- contribuir para o desenvolvimento da educação; e

- continuar a dar ajuda ao desenvolvimento da agricultura.

g) Desenvolver agendas para a ação conjunta com outros grandes centros do poder global

Norte-americanos consideram a OTAN e a UE parceiras, bem como importantes instituições de segurança transatlântica e inter-européia, e que o 11 de setembro foi também um ataque à primeira - como a própria OTAN reconheceu. Ressalta o documento que a aliança com esta organização deve ser capaz de agir onde quer que os interesses conjuntos sejam ameaçados, criando coalizões nos termos do próprio mandato da OTAN, e também contribuindo com coalizões relativas a missões específicas. Para alcançar este fim, deve-se:

- expandir a filiação à OTAN às nações democráticas capazes e dispostas a dividir a carga de defesa e que promovam interesses comuns;

- assegurar que as forças militares das nações filiadas à OTAN sejam capazes de prestar contribuições de combate a uma coalizão de guerra;

- desenvolver processos de planejamento que permitam que essas contribuições venham a se converter em forças de combate multinacionais de fato;

- tirar partido das oportunidades tecnológicas e das economias de escala de verbas destinadas à defesa para transformar as forças militares da OTAN, de modo a que elas estejam capacitadas a dominar agressores em potencial e diminuir vulnerabilidades;

- enxugar e tornar mais flexíveis as estruturas de comando, de modo a que elas sejam capazes de atender às novas demandas operacionais e às exigências associadas a essas demandas. Deve-se treinar, integrar e testar as novas configurações de forças; e

- manter a capacidade de trabalhar e lutar conjuntamente, como aliados, mesmo após a adoção de medidas necessárias para transformar e modernizar as suas forças.

Com relação à Ásia os EUA pretendem aperfeiçoar suas alianças e declaram que irão:

- confiar em que o Japão continue desempenhando o papel de líder em questões regionais e globais, com base em seus interesses e valores comuns e na estreita cooperação defensiva e diplomática;

- trabalhar com a Coreia do Sul no sentido de manter a vigilância em relação ao Norte, ao mesmo tempo em que se prepara uma aliança visando a contribuir para a criação, no longo prazo, de uma maior estabilidade regional;

- desenvolver a aliança cooperativa já existente entre os EUA e a Austrália;

- manter na região forças que sejam o reflexo dos compromissos para com os aliados, atendendo às exigências, aos avanços tecnológicos e ao ambiente estratégico; e

- tirar partido da estabilidade gerada por essas alianças, assim como agir em parceria com determinadas instituições, tais como a Associação de Nações do Sudeste da Ásia (ASEAN) e o fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, para desenvolver uma combinação de estratégias regionais e bilaterais.¹²⁵

No século XXI os norte-americanos não vêm mais a Rússia de Putin como uma adversária política, militar ou de qualquer outro aspecto importante. Dessa forma, afirmam ser necessário construir um novo relacionamento estratégico. O Tratado de Moscou sobre Reduções Estratégicas é exemplo emblemático dessa nova realidade.¹²⁶ Há ainda outras ações citadas, como a ajuda à Rússia quanto ao seu ingresso na OMC e a criação do Conselho OTAN-Rússia. Este último tem como objetivo aprofundar a cooperação de defesa entre russos, norte-americanos e aliados europeus. Existe, no entanto, a declaração de que há visões diferenciadas

¹²⁵ A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é uma organização regional de Estados do sudeste asiático que foi constituída em 8 de Agosto de 1967. Seus principais objetivos são acelerar o crescimento econômico e fomentar a paz e a estabilidade regionais. Quando da primeira conferência, em fevereiro de 1976, foi assinado o Tratado de Amizade e Cooperação que definiu alguns pontos relevantes: nenhuma nação deve interferir nos assuntos internos das outras restantes; os desentendimentos devem ser resolvidos de forma pacífica, e que deve haver uma renúncia ao uso da força; e uma efetiva cooperação entre todos.

¹²⁶ O Tratado sobre Reduções Estratégicas Ofensivas (SORT, sigla para *Strategic Offensive Reductions Treaty*), mais conhecido como Tratado de Moscou, vem a ser um substituto ao START I (o START II não chegou a ser efetivamente implementado). Foi assinado em maio de 2002 pela Rússia e pelos Estados Unidos e estabeleceu uma limitação de posse de ogivas nucleares operacionais para cada um. Ele diverge do START I em dois pontos: primeiro, ele limita as ogivas atualmente em operação, enquanto o START I limitava-se a restringir os vetores de lançamento usados. Segundo, seus processos de verificações e inspeções não são tão detalhados.

quanto aos valores básicos da democracia do livre mercado e um histórico russo duvidoso no tocante ao combate à proliferação de ADM, mas, apesar dessas diferenças, as oportunidades de cooperação são hoje muito maiores do que o foram nas últimas décadas.

Os norte-americanos discorrem sobre seu relacionamento com a Índia. Consideram um país democrático e um representativo parceiro na região, e ambos compartilham do desejo de combater o terrorismo e criar uma Ásia estrategicamente estável. Permanecem alguns pontos de discordância, como por exemplo, o desenvolvimento do programa nuclear e de mísseis. No passado esta era uma das questões que balizava o relacionamento, hoje, porém, ela está inserida em um contexto bem mais amplo.

O relacionamento com a China também é citado. Ela é parte importante da estratégia de promoção de estabilidade, paz e prosperidade na região Ásia-Pacífico, mas ao buscar capacidades militares avançadas capazes de ameaçar seus vizinhos da região, a China trilha um caminho obscuro que, ao final, só irá dificultar sua busca pela grandeza nacional. Com o tempo, os chineses irão descobrir que a liberdade social e política é a única fonte dessa grandeza. Afirma-se também que já existe boa cooperação entre ambos na guerra contra o terrorismo e na promoção de estabilidade na península coreana, e que ameaças comuns, com as de origem ambiental, desafiam norte-americanos e chineses a promover, juntos, o bem-estar de seus cidadãos, e ainda, ao lidar com ameaças transnacionais a China se vê confrontada com o desafio de se tornar mais aberta. Há mais um aspecto abordado: existem áreas nas quais a discordância se faz presente, uma delas é o compromisso norte-americano com a autodefesa de Taiwan e outra diz respeito aos direitos humanos individuais, os quais chineses devem dar maior atenção.

Reafirmam que os acontecimentos de 11 de setembro mudaram de maneira fundamental o contexto das relações entre os EUA e os demais grandes centros do poder global, abrindo grandes e novas oportunidades.

Com relação a antigos aliados da Europa, da Ásia, bem como aos dirigentes da Rússia, da Índia e da China, é dito que é necessário desenvolver agendas ágeis de cooperação para que esses relacionamentos não se tornem rotineiros e improdutivos.

h) Transformar as instituições norte-americanas de Segurança Nacional para encontrar os desafios e as oportunidades do século XXI

O documento expõe que as grandes instituições norte-americanas de segurança nacional foram projetadas em outra era, para enfrentar outras exigências. Todas elas devem, portanto,

sofrer modificações, e ressalta que é hora de reafirmar o papel essencial do poderio militar norte-americano. A grande prioridade de seus militares é defender os EUA. Para fazê-lo de forma eficaz, deve-se:

- assegurar aliados e amigos;
- dissuadir competições militares futuras;
- conter as ameaças contra os interesses dos EUA, de seus aliados e de seus amigos;
- derrotar de forma decisiva qualquer adversário, caso a contenção venha a falhar.

Sobre a capacidade de suas Forças Armadas, o documento norte-americano contém várias digressões. O seu poderio militar sem paralelo e sua presença ativa asseguram a paz em algumas das regiões mais estrategicamente vitais do mundo. Quanto às ameaças e inimigos com quem há a possibilidade de existir confrontação deve haver uma concentração maior no modo que o adversário poderá vir a atacar, do que em onde e quando a guerra pode ocorrer. A presença de forças norte-americanas no exterior é um dos símbolos mais profundos do compromisso com aliados e amigos. Para fazer face à incerteza e enfrentar os muitos desafios de segurança, os EUA necessitarão de ter mais bases e postos dentro e além da Europa Ocidental e do Nordeste da Ásia.

Além disso, afirma-se que é necessário desenvolver militarmente o sensoriamento remoto avançado; a capacidade de ataque preciso à longa distância e de realizar alterações nas manobras e nas forças expedicionárias; defender o território nacional; conduzir operações de informação; garantir o acesso a cenários distantes; e proteger a infra-estrutura e os recursos norte-americanos de importância crítica no exterior. Tudo isso deverá ser feito aproveitando-se ao máximo a ciência e a tecnologia. Os EUA devem e irão preservar sua capacidade de derrotar qualquer inimigo que pretenda impor sua vontade sobre norte-americanos, seja ele um Estado ou não. A inteligência, e o modo como se a utiliza, é a defesa de linha de frente contra terroristas e contra a ameaça representada por “Estados-delinqüentes”.

Da mesma forma que o governo dos EUA confiam nas Forças Armadas para defender os interesses norte-americanos, confiam também na sua diplomacia. Há a declaração de que guerras civis e catástrofes humanas devem ser objeto de negociação de seu corpo diplomático. Internamente, a prioridade mais alta é proteger o território pátrio. Ademais, no mundo globalizado em que vivemos a distinção entre assuntos internos e externos vem diminuindo. Os norte-americanos reforçam mais uma vez que se consideram vulneráveis ao terrorismo e acreditam que essa vulnerabilidade tende a persistir por um longo período.

Por fim, expõe que a força norte-americana reside na capacidade de seu povo, no dinamismo de sua economia, na plasticidade de suas instituições, em sua sociedade moderna e

diversificada dotada de uma energia intrínseca, ambiciosa e empreendedora. A força vem daquilo que é feito com energia, e a partir daí começa a ser engendrada a segurança nacional.

2.2 - A Estratégia de Segurança Nacional da Rússia

Em 2004 a Rússia tornou público seu documento que trata da segurança nacional. Ele é bastante focado no uso e aplicabilidade do seu poder militar, e o que se pode notar desde a parte de introdução é o valor que o governo russo atribui a esse poder:

“... contrariando muitas opiniões dominantes na primeira metade dos anos 90, a importância da força militar no mundo pós-bipolar não diminuiu. E mais, no início do século XXI, evidenciaram-se processos de aumento da importância do papel da força militar para assegurar interesses políticos e econômicos no mundo”.¹²⁷

Esse incremento militar não visa prover simplesmente um acréscimo da sensação de segurança, ela traz em seu bojo um objetivo maior:

“... as Forças Armadas fortes da Rússia têm um significado geopolítico. Nas condições de enfraquecimento de uma série de instituições internacionais na área de segurança, o fortalecimento do potencial das Forças Armadas da Federação da Rússia será um preventivo contra um desmoronamento definitivo do sistema de relações internacionais baseado nos princípios do direito internacional”.¹²⁸

A Rússia prevê, portanto, que, em relação à segurança dos Estados, muito em breve observaremos possivelmente a ocorrência de um colapso de seus sistemas mantenedores. Assim, por meio de seu documento, os russos quiseram mostrar que possuem um papel relevante a desempenhar quando o sistema ruir, e declararam que o instrumento principal, aquele que porá de novo o país no topo das relações entre os Estados, será seu poderio militar.

Após uma breve, mas consistente introdução, o texto mostra em capítulos o pensamento russo quanto à segurança nacional. Eles têm por título:

- as Forças Armadas da Rússia: à beira de uma nova etapa do desenvolvimento;
- a Rússia no sistema de relações político-militares mundiais;
- a avaliação da ameaça;
- o caráter das guerras e conflitos armados modernos;
- as missões das Forças Armadas da Federação da Rússia; e
- as principais prioridades da construção das Forças Armadas da Federação da Rússia

¹²⁷ Cf. Doutrina de Segurança e Defesa da Rússia – 2004, p. 3.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 4.

a) As Forças Armadas da Rússia: à beira de uma nova etapa do desenvolvimento

O documento russo afirma que a Rússia realizou uma série de transformações de cunho político-militar, que atos legislativos redefiniram a estrutura de relações entre os órgãos estatais ligados à organização militar do país, e que, a fim de atender às exigências de um sistema político democrático, foi criado até mesmo um sistema de controle civil das Forças Armadas. Contém, no entanto, uma ressalva: o controle civil da área militar depende do elemento-controlador possuir os profundos conhecimentos militares, e a não observância deste aspecto poderá acarretar a influência não desejada de mitos pacifistas.

Em que pese o valor atribuído ao poderio militar, é mostrado que a Rússia reduziu o efetivo de suas Forças Armadas. Entre 1992 e 1996, a redução foi de 1,15 milhão de pessoas – passou de 2,75 para 1,6 milhão –, e o programa de redução teve prosseguimento: em 01 de agosto de 2003 o contingente já atingia 1,16 milhão. Havia a previsão de que em 2005 o efetivo atingiria 1,0 milhão, contingente considerado suficiente para a defesa nacional (a Rússia manteria a melhor parte do quadro de oficiais e as unidades de maior capacidade de combate).

Um aspecto de significativa importância evidenciado diz respeito às novas relações político-militares com os EUA e com outros países industrializados, bem como a influência que essas novas relações exerceram na reconfiguração das Forças Armadas russas. Por exemplo:

“... a guerra nuclear global, a guerra de grande escala com o emprego de armamentos convencionais contra a OTAN ou outra aliança liderada pelos EUA foram excluídas da lista dos mais prováveis conflitos (...) A grande atenção passou a ser dada às seguintes formas de combate: ações pacificadoras, especiais, luta contra o terrorismo e participação em conflitos locais”.¹²⁹

É dito que, com a criação do Conselho “Rússia – OTAN”, ficou formalmente estabelecido uma parceria que permitirá aperfeiçoar o sistema de comunicação e de consultas nas situações de crise, bem como aperfeiçoar os procedimentos para formação de contingentes militares conjuntos em regiões de conflito. Uma outra parceria na área de segurança foi mencionada, a firmada entre a Rússia e os países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI): a Organização do Acordo de Segurança Coletiva dos países da CEI.

Ao final do primeiro capítulo é relatado que as grandes mudanças implementadas com o objetivo de reestruturar radicalmente as Forças Armadas em seus princípios básicos podem ser consideradas encerradas, iniciando-se a partir daí a construção de Forças modernas com base nas condições estruturais, organizacionais, políticas e jurídicas criadas durante o processo da

¹²⁹ Cf. Doutrina de Segurança e Defesa da Rússia – 2004, p. 9.

reforma, bem como nos interesses nacionais da Rússia reavaliados, no seu novo papel no mundo e no nível de probabilidade de ameaças à segurança nacional do país.

b) A Rússia no sistema de relações político-militares mundiais

Neste capítulo é ressaltada a necessidade de a Rússia possuir FFAA modernas e eficientes, e que a consecução desta meta é uma das condições para que sua integração no sistema de Relações Internacionais ocorra com êxito e sem problemas.

Mais adiante relaciona, no âmbito das relações político-militares, algumas ameaças a serem enfrentadas neste início de século: a proliferação de armamentos de destruição em massa e seus equipamentos de transporte; o terrorismo internacional; a instabilidade étnica; as atividades de sociedades e agrupamentos religiosos radicais; o narcotráfico e o crime organizado. Afirma-se que a natureza dessas ameaças exige a cooperação internacional de estruturas de força e a formação de alianças.

Aborda o documento que interesses econômicos têm adquirido cada vez mais importância na política externa dos países em detrimento de interesses políticos e políticos-militares. Além disso, os interesses econômicos tornaram-se mais complexos com a participação de grandes companhias transnacionais. Isto é dito para depois haver a declaração de que hoje em dia o emprego da força militar para assegurar interesses econômicos de países é mais freqüente.

Há a exposição de que a Rússia estabeleceu como objetivo a sua participação, de uma maneira mais ativa, nas principais organizações inter-estatais e internacionais a fim de assegurar vários de seus interesses relacionados com a política externa e com a segurança. A Rússia considera a Organização das Nações Unidas e o Conselho de Segurança da ONU vitais na garantia da estabilidade global, considera ainda que as relações com a Comunidade de Estados Independentes (CEI), formada por países integrantes da ex-URSS, configura-se em um aspecto importante de sua política externa. Em relação à interação estabelecida entre a Rússia e a OTAN e definidas pela Declaração de Roma de 2002, os russos acompanham as declarações políticas de membros da aliança, e caso seja mantida uma doutrina militar ofensiva isto exigirá uma reforma radical dos princípios do desenvolvimento de suas Forças Armadas, incluindo alteração de sua estratégia nuclear. Além disso, os russos consideram que a comunidade internacional tem que reconhecer de maneira incondicional a integridade territorial da Federação Russa (FR), bem como respeitar o seu direito de lutar contra o terrorismo internacional em todas as suas formas.

Em relação ao terrorismo o documento avalia que tentar dividi-lo em interno e externo não faz sentido. Da forma como existe hoje, transformou-se de uma ameaça estritamente política em uma ameaça político-militar, ampliando conseqüentemente a área de responsabilidade das Forças Armadas russas. No combate a esse tipo de ameaça ressalta-se a importância de incrementar o aumento da cooperação política, político-militar e econômica com os EUA, assim como a desmontagem da herança da Guerra Fria. Os russos afirmam que apoiarão os esforços na luta contra o terrorismo internacional.

No que tange aos interesses nacionais, apesar de existir diferenças quanto à solução de problemas regionais, declara que deve haver consenso nas ações a serem colocadas em prática e haver respeito às normas do direito internacional e respeito mútuo. A Rússia atribui à Organização para Cooperação de Xangai (SCO) um relevante papel na estabilidade regional na Ásia Central e Extremo-Oriente e ficará atenta quanto à política de segurança praticada pelos países da região, pois considera possível a existência de conflitos étnicos, litígios fronteiriços e instabilidade político-militar.

c) A avaliação da ameaça

O documento relacionou as principais percepções de ameaças externas, internas e transfronteiriças a serem, caso se concretizem, combatidas pelas Forças Armadas da Federação da Rússia. As externas são:

- o desdobramento de agrupamentos de forças e meios com objetivo de ataque militar contra a Rússia ou seus aliados;
- as pretensões territoriais à FR e ameaças de anexação política de alguns territórios da FR.
- a implementação de programas de criação de armamentos de destruição em massa por países, organizações e movimentos;
- a intervenção de países estrangeiros ou organizações por eles apoiados nos assuntos internos da FR;
- a demonstração de força militar próximo das fronteiras da FR e realização de exercícios com objetivo de provocação;
- a presença, perto das fronteiras da FR ou dos seus aliados, de focos de conflitos armados que ameacem à sua segurança;
- a instabilidade e a fraqueza de instituições estatais nos países fronteiriços;
- o fortalecimento de agrupamentos de tropas que viole o equilíbrio de forças perto das fronteiras ou nos mares territoriais adjacentes da FR ou dos seus aliados;

- a expansão de blocos e uniões militares que afete a segurança militar da FR ou dos seus aliados;

- atividades de agrupamentos radicais internacionais, fortalecimento das posições de extremismo islâmico perto das fronteiras russas;

- entrada de tropas estrangeiras (sem o consentimento da FR e sem a sanção do Conselho de Segurança da ONU) no território de países limítrofes e amigo;

- provocações armadas, inclusive ataques a instalações militares da FR localizadas no território de países estrangeiros, bem como a postos e construções da fronteira estatal da FR ou de fronteiras dos seus aliados;

- ações que prejudiquem o funcionamento dos sistemas de administração estatal e militar; a manutenção e funcionamento da forças nucleares estratégicas; o aviso prévio de ataque de mísseis; a defesa anti-míssil; o controle aeroespacial e manutenção da estabilidade combativas das tropas;

- ações que dificultem o acesso da Rússia às vias de transporte de importância estratégicas;

- discriminação, violação de direitos, liberdades e interesses legítimos dos cidadãos da FR nos países estrangeiros;

- proliferação de equipamentos, tecnologias e componentes usados para a fabricação de armamentos nucleares e de outros tipos de armamentos de destruição em massa, bem como tecnologias de dupla destinação que possam ser utilizadas tanto para a criação de armamentos de destruição em massa como para seus equipamentos de transporte.

As ameaças consideradas internas são:

- tentativas de mudança pela força do regime constitucional e de violação da integridade territorial da Rússia;

- planejamento, preparação e realização de ações que prejudiquem e desorganizem o funcionamento de órgãos do poder e da administração estatal, a realização de assalto a instalações estatais e as relacionadas com economia nacional, militares, de abastecimento vital e de infra-estrutura informativa;

- criação, treinamento e funcionamento de formações armadas ilegais;

- circulação ilegal de armamentos, munições e explosivos no território da FR;

- atividades, de grande escala, do crime organizado que ameacem a estabilidade política no nível de elementos constituintes da FR;

- atividades de movimentos separatistas e religioso-nacionalistas radicais.

As trans-fronteiriças são:

- criação, equipagem, abastecimento e treinamento, no território de outros países, de grupos e formações armados com o objetivo de infiltração e atuação no território da FR ou dos seus aliados;

- atividades, direta ou indiretamente apoiadas de fora da Rússia, de agrupamentos subversivos separatistas, extremistas nacionais ou religiosos, cujo objetivo seja abalar o regime constitucional da FR, ou criar ameaça à sua integridade territorial e à segurança dos seus cidadãos;

- crimes trans-fronteiriços, inclusive contrabando e outras atividades ilegais, numa escala que crie ameaça à segurança política-militar ou à estabilidade no território dos seus aliados;

- ações inimigas na área de informações contra a FR e seus aliados;

- atividades de organizações terroristas internacionais;

- atividades de narcotráfico que criem a ameaça de transporte de drogas para o território da FR ou de utilização do território nacional para o trânsito de drogas a outros países.

O documento afirma mais adiante que é impossível garantir a segurança da FR somente por meios políticos, ou seja, há a possibilidade sempre latente de emprego da força militar, haja vista as mudanças de formas e métodos político-militares, o caráter da oposição militar e de combate hoje existentes, e que isto, portanto, deve ser levado em conta quando da avaliação das perspectivas do desenvolvimento militar na Rússia.

Há também a declaração da existência de fatores de indefinição a nortear o planejamento militar russo. Conceitualmente estes fatores são situações, conflitos, processos políticos ou político-militares, cujo desenvolvimento pode ocasionar uma mudança da situação geopolítica numa região de interesse prioritário da Rússia, ou criar ameaça direta à segurança da Rússia. Os considerados mais significativos são:

- a alteração da situação interna nos principais países do mundo, em particular uma renúncia a certos componentes da democracia e ao princípio da previsibilidade das decisões na área de política externa e do direito internacional;

- o desenvolvimento da situação nacional nos países da CEI. Em casos de instabilidade de caráter étnico (envolvendo principalmente etnias russas) ou político, bem como o surgimento de ações que visem o cessar de transformações democráticas, o planejamento militar poderá ser corrigido visando aplacar esses tipos de instabilidades;

- o desenrolar de acontecimentos nas regiões próximas às fronteiras da CEI. A situação no Afeganistão e regiões adjacentes da Ásia Central continua a exigir cuidados, pois permanece a ameaça de contrabando de drogas do Afeganistão para a Rússia através do território de países da Ásia Central, e ainda, uma desestabilização nesta região e a possibilidade de repetição da

ameaça de extremismo islâmico ensejariam novas missões político-militares russas e uma alteração do grupamento das forças e meios localizados na Área Estratégica Sul;

- a possibilidade de emprego de armamentos nucleares como um instrumento militar real. O Ministério da Defesa da FR considera os trabalhos de pesquisa científica e testes nesta área, realizados por vários países, bem como decisões políticas sobre a sua intensificação de uso, como sendo um fator capaz de abalar a estabilidade global e regional. O abaixamento do limiar de aplicação de armamentos nucleares exigirá da Rússia uma reestruturação do sistema de comando das tropas e uma reavaliação dos princípios de obstaculização de ameaças de vários níveis.

d) O caráter das guerras e conflitos armados modernos

Esta parte do documento aborda os conflitos armados ocorridos entre 1990 e o início do século XXI e lista as suas principais peculiaridades:

- não foi identificado um tipo generalizado de conflito armado;
- a maior parte dos conflitos teve um caráter assimétrico, ou seja, ocorreram entre adversários que se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento técnico e qualitativo de suas forças;
- todos os conflitos ocorreram num território restrito, dentro dos limites de um teatro de ações militares, mas com o emprego de forças e meios localizados fora desse território;
- cresceu significativamente o papel do período inicial do conflito armado, ou seja, a tomada da iniciativa da ação na fase inicial predefine o resultado;
- armamentos de alta precisão e de longo alcance somados à aviação executam o papel principal no período inicial da guerra. Posteriormente o Exército assume o maior peso das ações de combate.

A principal característica dos conflitos deste novo período histórico, ainda segundo o documento russo, é a redistribuição da importância de diferentes aspectos da luta armada. O andamento e resultados serão definidos principalmente por ações aeroespaciais e marítimas, enquanto tropas terrestres servirão para consolidar a vitória militar, permitindo o alcance dos objetivos políticos.

Diante da característica mencionada e das peculiaridades expostas, é dito que a FR estabeleceu que suas Forças Armadas têm que estar preparadas a participar em todos os tipos de conflitos e que suas ações deverão ser efetuadas por meio de ataque estratégico da maior

distância possível, e que isto deverá ocorrer antes do impacto de unidades de vanguarda. Em face desta nova configuração em relação à condução dos conflitos, o documento mostra que:

- as Forças Armadas, com esta nova abrangência funcional, comprovam seu papel central na realização das operações de força;

- o momento decisivo para se atingir o êxito político-militar é a tomada da iniciativa estratégica no andamento do conflito armado;

- hoje, o conflito armado visa tropas, instalações militares, bem como a economia do país com toda a sua infra-estrutura, população civil e território, e, em virtude do elevado número de baixas entre civis, surge a necessidade de um sistema nacional de defesa civil organizado e eficiente no país;

- o critério que estabelece a vitória é o que mede a implantação dos objetivos políticos durante o conflito armado;

- a disponibilidade de uma força de reserva pronta para o combate e de um sistema de mobilização e emprego tem papel significativo no andamento do conflito;

- ações militares serão caracterizadas pela combinação de operações de manobras e de posições. Ações de reconhecimento e subversivas, bem como a guerra de guerrilhas, são consideradas uma parte de guerra “comum”;

- há necessidade de existência de um sistema de reconhecimento com um centro de comando unido, e centros - bem protegidos - de recolhimento e análise de informações de interesse capazes de fornecer dados de reconhecimento a todas as estruturas interessadas no menor prazo possível;

- há necessidade de possuir forças e meios para desferir um golpe contra instrumentos militares do adversário localizados fora dos limites da zona de conflito. Deve-se possuir um potencial de armamentos de alta precisão e de longo alcance;

- há necessidade de criação de um sistema de comando das tropas estável, duplicado em todos os elos da cadeia de comando;

- o abalo moral e a estimulação de agitação nos quadros dos inimigos tornaram-se condição chave para a vitória. Isto implica na criação de um sistema de preparação moral e psicológica nas forças armadas, dos soldados aos generais, e no aumento da eficiência das atividades dos órgãos de contra-inteligência militar, e um incremento na disponibilidade de instrumentos para realizar trabalho informativo e de propaganda no meio das tropas e da população civil do adversário.

Por fim, segue uma tabela, constante do texto analisado, que compara o conflito armado do final do século XX com o que se imagina que ele será por volta do ano 2030:

No final do século XX	Até o ano de 2030
- zonas de responsabilidade geográfica	- zonas de responsabilidades funcionais
- munições convencionais e de alta precisão	- armamentos com base em inteligência Artificial
- concentração antecipada das forças nas principais áreas	- manobra dominante, isto é, consolidação dos esforços por conta da manobra
- combate próximo, em contato, impacto direto das partes	- ataques estratégicos (isolados, de precisão), fogo de longo alcance
- defesa física	- ações e defesas informativas
- grandes reservas de armamentos e de material bélico e de outros recursos técnicos	- abastecimento com equipamentos técnicos e material “focado”, flexível e objetivado
- laços verticais na área de comando	- sistemas de comunicações globais, de rede
- sistemas isolados ofensivos e defensivos	- unificação de sistemas ofensivos e defensivos

e) As missões das Forças Armadas da Federação da Rússia

É relatado que as missões das Forças Armadas da Rússia são estruturadas em quatro grandes grupos:

- a) dissuasão das ameaças militares e político-militares à segurança ou aos interesses da FR;
- b) garantia dos interesses econômicos e políticos da FR;
- c) realização de operações de forças em tempo de paz; e
- d) emprego de força militar em guerras.

O alcance do objetivo do primeiro grupo será garantido por meio de:

- identificação, em tempo adequado, de um desenvolvimento ameaçador da situação político-militar, de preparação de ataque armado contra a FR e/ou seus aliados;

- manutenção e preparação dos quadros, estado de prontidão de combate e de mobilização das Forças Nucleares Estratégicas, e das forças e meios que garantem seu funcionamento e emprego;

- manutenção e preparação do potencial de combate, prontidão de combate e de mobilização dos agrupamentos das tropas convencionais no tempo de paz;

- manutenção da prontidão à mobilização estratégica no âmbito dos eventos estatais para transição do país para as condições do tempo de guerra; e

- organização da defesa do território.

O segundo grupo, garantias dos interesses econômicos e políticos da FR, incorpora os seguintes componentes:

- garantias da segurança dos cidadãos da Rússia nas zonas de conflitos armados e de instabilidade política;
- criação das condições para segurança das atividades econômicas da FR e suas estruturas econômicas representativas;
- proteção dos interesses nacionais da FR na águas territoriais, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e no oceano mundial; e
- realização de operações, com base nas decisões do Presidente da FR, com o emprego das Forças Armadas em regiões de interesses políticos e econômicos do país;

O cumprimento da missão do terceiro grupo, a realização de operações de força no tempo de paz, se dará pelo:

- cumprimento pela FR das suas obrigações de aliado, em conformidade com os tratados internacionais e outros acordos inter-estatais;
- luta contra o terrorismo internacional, extremismo político e separatismo, bem como prevenção e dissuasão de ações subversivas e atos terroristas;
- desdobramento estratégico parcial ou completo, e manutenção de prontidão e emprego do potencial da dissuasão nuclear;
- realização das operações pacificadoras, segundo o mandato da ONU ou da CEI, com objetivos de manutenção ou imposição da paz;
- estabelecimento do regime militar (extraordinário);
- defesa da fronteira estatal da FR no espaço aéreo e subaquático;
- garantias de força do regime das sanções internacionais introduzidas com base em decisão do Conselho de Segurança da ONU; e
- prevenção de desastres ecológicos e outras situações de emergência e eliminação das suas conseqüências.

A implementação da estrutura do quarto grupo, o emprego da força militar, se dará em caso de guerra local, guerra regional e guerra de grande escala.

Tendo em vista as quatro missões acima descritas, é expresso que as Forças Armadas da Rússia devem ser capazes de:

- no tempo de paz e nas situações de emergência, mantendo o potencial da dissuasão estratégica e cumprindo a missão da manutenção da prontidão de combate, cumprir as missões em dois conflitos armados de qualquer tipo ao mesmo tempo, bem como a realização, com envolvimento de tropas de prontidão permanente, sem mobilização adicional, de operações pacificadoras (independentes ou sendo incorporadas a contingentes multinacionais);

- em casos de agravamento da situação político-militar e estratégico-militar, garantir a intervenção estratégica das Forças Armadas da FR e, de outra forma, deter a escalada da situação com emprego das forças da dissuasão estratégica e manobras da forças de prontidão permanente; e

- no tempo de guerra, dissuadir o ataque aeroespacial do adversário com as forças disponíveis e, após a intervenção estratégica de grande escala, cumprir missões em duas guerras locais ao mesmo tempo.

f) As principais prioridades da construção das Forças Armadas da Federação da Rússia

Segundo o documento analisado, as Forças Armadas da FR deverão possuir:

- capacidade de efetuar a dissuasão estratégica;
- alto nível da prontidão de combate e de mobilização;
- capacidade de manobra estratégica;
- alto nível de repletamento com pessoal treinado e preparado; e
- alto nível de equipamentos técnicos e abastecimento com recursos.

Tendo em vista estas capacidades, as Forças Armadas terão as seguintes prioridades:

a) manutenção do potencial das Forças Estratégicas de Dissuasão

A dissuasão estratégica é explicitada como algo que deve ter por objetivo a inadmissão da pressão por força e agressão contra a Rússia e seus aliados no tempo de paz e a minimização de qualquer agressão. Se em tempo de guerra, a dissuasão deverá ser capaz de cessar as ações militares em condições aceitáveis para a Rússia, além de ser capaz de causar prejuízos planejados ao adversário. As Forças Estratégicas de Dissuasão são compostas das Tropas de Mísseis de Destinação Estratégica, Força Nuclear Estratégica Aérea e Força Nuclear Estratégica Marítima.

b) aumento do número de formações e unidades de prontidão permanente e criação, com base nelas, de agrupamentos das tropas

As unidades/forças de prontidão permanentes terão as funções conforme descrito no mapa a seguir:

Mobilidade Estratégica e flexibilidade de combate das Forças de Prontoíção Permanente

Possíveis funções das Forças de Prontoíção Permanente na Área Estratégica Oeste:

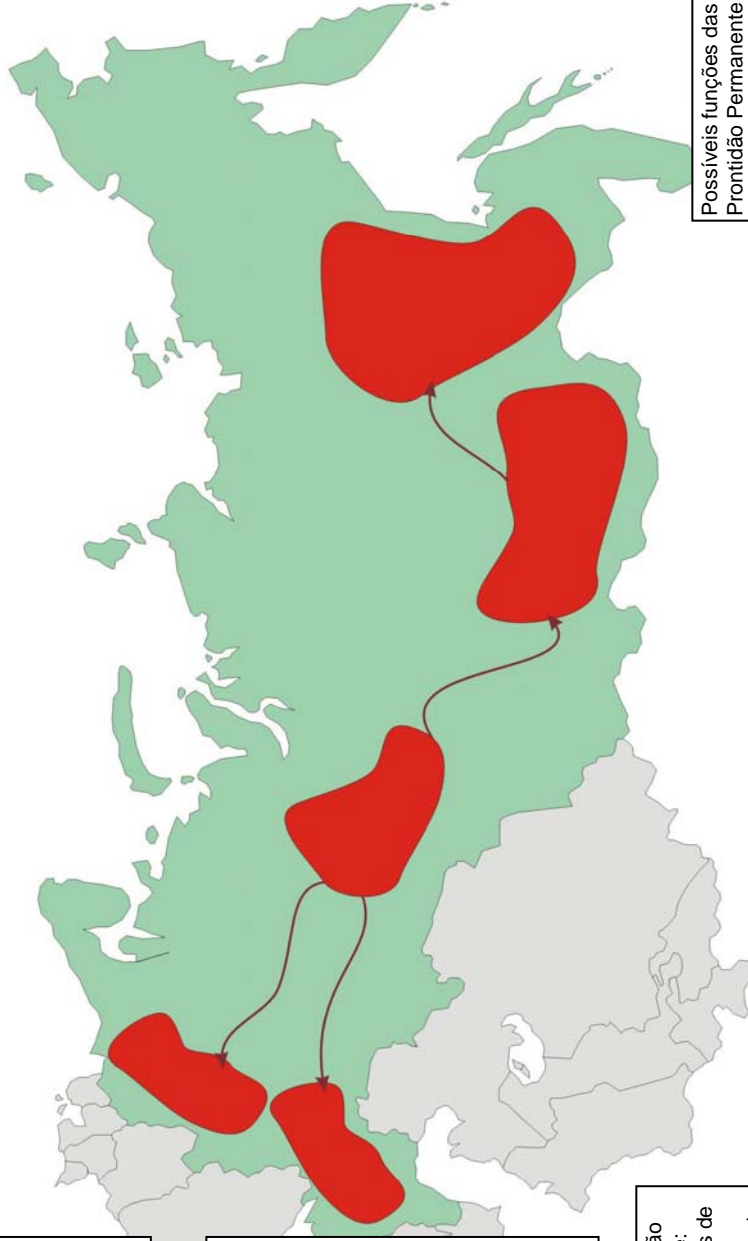
1. Detenção de guerra de grande escala.
2. Participação de guerra local.
3. Participação de conflito fronteiriço
4. Garantias dos interesses econômicos da Rússia
5. Garantias da segurança de vias de transporte importantes para a Rússia
6. Cumprimento de obrigações de aliados

Possíveis funções das Forças de Prontoíção Permanente na Área Estratégica Sudoeste:

1. Prestação de apoio de aliado em casos de agressão externa
2. Prestação de apoio de aliado em casos de instabilidade interna.
3. Luta com o terrorismo trans-fronteiriço.
4. Operações pacificadoras.
5. Garantias dos interesses econômicos da Rússia.
6. Operações com emprego de força no território da Rússia.
7. Participação de conflitos locais.

Possíveis funções das Forças de Prontoíção Permanente na Área Estratégica Sudeste:

1. Prestação de apoio de aliado em casos de agressão externa
2. Prestação de apoio de aliado em casos de instabilidade interna.
3. Luta com as ameaças trans-fronteiriças.
4. Participação de conflitos locais.
5. Luta com fontes do terrorismo internacional.
6. Garantias dos interesses econômicos da Rússia.
7. Garantias da segurança e dos interesses legais dos cidadãos da Rússia e dos russos étnicos.



Possíveis funções das Forças de Prontoíção Permanente na Área Estratégica do Extremo Oriente:

1. Dissuasão de guerra regional.
2. Participação de guerra de grande escala.
3. Participação de conflitos fronteiriços
4. Operações Pacificadoras
5. Apoio às operações das Forças de Defesa Civil.

De forma clara é mostrado que os principais esforços do treinamento operativo são direcionados ao aprendizado de novas formas e métodos do emprego de agrupamentos das tropas, bem como implementar uniões com objetivo de restringir e neutralizar os possíveis conflitos armados, e dissuadir uma agressão de grande escala nas condições do emprego de armamentos convencionais e nucleares.

d) aperfeiçoamento do sistema de recompletamento das Forças Armadas

Em 2003 foi elaborado o Programa Federal Especial da Transição realizado entre 2004 e 2007. Ele visava estabelecer o sistema de recompletamento de quadros e de unidades militares.

e) cumprimento do programa da modernização de armamentos, equipamentos militares e especiais, e sua manutenção no estado de prontidão de combate

Afirma-se que o financiamento do desenvolvimento dos armamentos e equipamentos militares seria distribuído para três áreas. A saber:

- manutenção de armamentos, equipamentos militares e especiais das unidades de prontidão permanente no estado pronto para o combate,
- finalização de projetos de testes e de construção que tenham resultados significativos do ponto de vista de aumento das características qualitativas dos armamentos, e
- modernização de armamentos obsoletos.

O documento afirma que foi criado o comitê Estatal de Encomenda para a Defesa junto ao Ministério da Defesa da FR com o objetivo de centralizar as encomendas e os fornecimentos dos armamentos e material bélico para órgãos onde existem formações militares. Além disso, o comitê deverá organizar o consumo dos recursos, bem como eliminar o paralelismo na área de aquisição, recebimento e fornecimento.

f) aperfeiçoamento da ciência e ensino militar

Levando-se em conta as medidas tomadas para reforma do complexo científico-militar, os objetivos principais da ciência e ensino militar para o futuro são:

- o desenvolvimento avançado da teoria de construção, preparação e aplicação da Forças Armadas; o estudo das condições e elaboração de recomendações de aperfeiçoamento da sua estrutura, da sua forma e métodos de aplicação de grupamentos de tropas; e o desenvolvimento e técnica militar;

- a realização do programa de introdução de novos sistemas de análise complexa de situação e previsão;
- aperfeiçoamento do complexo científico-militar das Forças Armadas, da sua composição, estrutura e quantidade, considerando as necessidades existentes.

Além disso, a modernização da Forças Armadas exige o aperfeiçoamento contínuo de conhecimento profissional e habilidades do corpo de oficiais. É exposto que o objetivo principal do sistema de preparação dos quadros militares é o recrutamento de oficiais qualificados nas tropas, e o melhoramento contínuo do seu nível de profissionalismo e de cultura comum. A preparação dos oficiais nas instituições militares deve ser realizada levando em consideração as exigências do combate armado contemporâneo, desenvolvimento de meios, formas e métodos de sua ação.

2.4 - A Estratégia de Segurança Nacional da China

Em dezembro de 2004 a China divulgou o *China's National Defense* e já nas suas primeiras páginas é possível verificar a importância dada à segurança e à análise de seus aspectos correlatos. O primeiro capítulo inclusive tem por título *The Security Situation*. Logo no primeiro parágrafo, afirma-se que em relação à situação internacional os fatores de incerteza, instabilidade e insegurança estão aumentando. Um pouco mais adiante relata, em consonância com a percepção dos EUA e da Rússia, que o fator militar desempenha um grande papel na conformação da segurança de hoje, e ressalta que a Revolução de Assuntos Militares (RAM) está ganhando importância.

Os chineses demonstram claramente a existência de conflitos majoritariamente assimétricos, não-contínuos e não-lineares, e sem citar nomes, mencionam que os maiores países estão realizando ajustes na sua segurança, em suas estratégias militares, e transformando suas forças armadas por meio do desenvolvimento de armas e de equipamentos militares *high-tech*, e ainda, reformulando suas doutrinas. Mais adiante reforçam que o papel do poder militar na salvaguarda da segurança nacional está assumindo grande proeminência.

O documento mostra que as ameaças à segurança estão realmente aumentando, mas que a cooperação internacional em relação ao terrorismo, à segurança da informação, à segurança energética, à segurança financeira e à segurança ambiental tem se intensificado.

Afirma que os esforços de combate aos crimes transnacionais, prevenção de doenças epidêmicas e a redução de impactos de desastres ambientais têm aumentado. Contudo, conflitos geopolíticos, étnicos, religiosos e outros interagem com contradições políticas e

econômicas resultando freqüentemente em ocorrência de guerras locais e conflitos armados de maior abrangência. Quanto ao terrorismo internacional parece ser difícil atacar e eliminar suas causas, sendo obrigatório travar uma longa luta contra essa forma de ameaça.

O texto analisado deixa claro que as relações entre os países asiáticos têm progredido, que o diálogo e a cooperação na área de segurança têm sido estabelecidos, e que a Cooperação Econômica Ásia Pacífico (APEC) exerce um importante papel na promoção do desenvolvimento comum.¹³⁰ Aborda ainda que a SCO tem se mostrado importante na cooperação política, econômica, humanitária, e de segurança, além de ter um grande papel na promoção da paz, estabilidade e desenvolvimento da região. A China tem estabelecido também um estratégico vínculo com a ASEAN a fim de promover a paz, a estabilidade e o desenvolvimento. Além disso, a cooperação na Ásia do leste, entre a China e a ASEAN vem permitindo o desenvolvimento econômico e político na região, e estabelecendo uma relação de confiança mútua. Há mais uma afirmação afim: a de que o Fórum Regional da ASEAN vem se configurando em um importante papel na promoção da cooperação em assuntos afetos à segurança na região.

Há, no entanto, o relato de que determinados fatores interferem de maneira negativa na manutenção da segurança em níveis considerados satisfatórios. Por exemplo: os EUA estão realinhando e reforçando sua presença na região, o Japão está desenvolvendo um sistema de defesa de mísseis e aumentando suas atividades militares, além é claro, da existência da ameaça nuclear proveniente da Coreia do Norte. A segurança é ainda afetada pelo terrorismo, separatismo e extremismo. Pirataria, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro são também percebidos como ameaças.

É exposto com bastante clareza que a relação entre os dois lados do estreito de Taiwan não é estável. A existência do movimento “*Taiwan Independence*” se constitui, segundo o documento, em uma constante ameaça à paz na região, e a atuação dos EUA, apesar de reiterado apoio à política chinesa continental, tem sido motivo de desestabilização devido à venda de armas ao governo da ilha taiwanesa.¹³¹

No capítulo 2 de título “Política de Defesa Nacional”, afirma-se que a principal tarefa chinesa em termos de segurança é a modernização do seu sistema de defesa nacional e de suas

¹³⁰ A APEC, criada em 1989, é um bloco regional instituído para ser um fórum de discussão entre países da ASEAN e alguns parceiros econômicos da região do Pacífico. Tornou-se um bloco econômico em 1993, na Conferência de Seattle, quando os países se comprometeram a transformar o Pacífico numa área de livre comércio.

¹³¹ *Taiwan Independence*, como o próprio nome permite depreender, é um movimento político que objetiva criar formalmente um Estado separado da República da China, a República de *Taiwan*.

forças armadas, e que a política de defesa nacional está subordinada aos serviços de desenvolvimento do país e da segurança estratégica. A China envidará esforços para desenvolver suas capacidades estratégicas, bem como combaterá as ameaças tradicionais e não-tradicionais à segurança.

De acordo com o documento chinês analisado, a fim de manter a segurança nacional em níveis satisfatórios, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- obstaculizar a separação e promover a reunificação, e resistir a agressões. Além disso, defender a soberania nacional, a integridade territorial, e os direitos e interesses marítimos;

- salvaguardar os interesses em relação ao desenvolvimento nacional, promover o desenvolvimento econômico e social, coordenar e ser capaz de aumentar em todos os seus matizes o poder nacional;

- modernizar a sua defesa nacional, levando em consideração as duas condições nacionais da China, e caminhar na direção do desenvolvimento militar aderindo à política de coordenação militar e desenvolvimento econômico. Melhorar a capacidade operacional de autodefesa no que tange às condições informacionais;

- salvaguardar os interesses e direitos políticos, econômicos e culturais do povo chinês, além de combater atividades criminais de toda ordem e manter a estabilidade da ordem pública e social;

- perseguir uma política independente de paz e aderir ao novo conceito de segurança baseado na confiança mútua, benefícios mútuos, além de atender à nova visão de segurança ambiental;

- é de responsabilidade das Forças Armadas chinesas frear as intenções de separação de Taiwan. O governo chinês continua fiel aos princípios básicos de “reunião pacífica” e “um país, dois sistemas”. Os chineses se oporão a todas as atividades e/ou a qualquer manifestação objetivando a independência de Taiwan. Não permitirão interferência internacional e qualquer aliança militar com Taiwan. Impedirão de qualquer maneira e por qualquer motivo a separação de Taiwan da China.

- realizar adaptação às mudanças ocorridas na situação estratégica internacional, bem como na segurança ambiental nacional e trabalhar para o realizar o acompanhamento das RAM surgidas no cenário internacional. Todo o seu desenvolvimento relacionado à RAM se dará com características próprias chinesas;

- promover a modernização do *People's Liberation Army* (PLA - Exército de Libertação Popular). O PLA deverá coordenar o desenvolvimento do poder de fogo; mobilidade; e

capacidade de poder de informação, promovendo o desenvolvimento de seu poder operacional dando prioridade à Marinha, à Força Aérea e à Segunda Força de Artilharia;

- construir um poder militar forte pelo uso intensivo da ciência e da tecnologia. O PLA trabalhará para melhorar suas capacidades de combate tirando vantagens da ciência e de novas tecnologias. Com a implementação do *Strategic Project for Talented People* o PLA estará criando um novo tipo de combatente, fazendo surgir militares mais capacitados. Armas *high-tech* deverão substituir armas obsoletas, e homens deverão ser treinados e estar aptos a lidar com as novas armas e com os novos métodos. Dessa forma, as Forças Armadas deverão ser modernizadas para que, com menos esforços, obtenha-se melhores resultados;

- aprofundar as reformas das Forças Armadas. Baseado na transformação da guerra moderna, o PLA deverá continuar com o desenvolvimento do processo de reforma e inovação. O PLA deverá desenvolver suas teorias militares com um espírito inovador e conduzir operações sob as condições de informatização que estejam de acordo com o princípio de implementar tropas menores, melhores, mais integradas e mais eficientes. Deverá ser dada ênfase no ajuste da estrutural organizacional e na reforma do sistema de comando. Trabalhar-se-á visando melhorar sua estrutura militar e sua forma organizacional, tornando-a ótima e flexível e deixando-a no tamanho apropriado;

- O PLA deverá se preparar para enfrentar conflitos locais e desenvolver novas estratégias e táticas, e estabelecer um moderno sistema operacional capaz de aumentar a sua eficiência e o seu potencial de fazer guerras;

- O PLA realizará intercâmbio, cooperação militar e tomará parte de forças mantenedoras da paz da ONU, bem como realizará cooperação para conter o terrorismo internacional, tomará parte em exercícios militares bilaterais e multilaterais em áreas de segurança não-tradicionais, procurará introduzir equipamentos tecnologicamente avançados, e ainda, implementar um melhor gerenciamento a fim de modernizar as Forças Armadas chinesas.

O terceiro capítulo do documento tem por título “Revolução de Assuntos Militares com Características Chinesas” e está subdividido em nove tópicos:

a) reduzindo o PLA de 200.000

A mudança no perfil do soldado, uma das características da RAM, é avaliada também pelos chineses como uma necessidade. É preciso ter menos homens, mas mais capacitados. Em que pese as transformações efetuadas e em curso, a China, assim como a Rússia, reduziu seu contingente militar. Em um passado recente os chineses já haviam reduzido o PLA em 1,5

milhão. Em setembro de 2003 o governo chinês decidiu que em 2005 deveria reduzir em mais 200.000 e manter o PLA com 2,3 milhões. O documento afirma que o corte no contingente militar traz no seu bojo, tal qual a Rússia, uma otimização das estruturas das Forças Armadas.

b) reforçando a Marinha, a Força Aérea e a Segunda Força de Artilharia

O texto aborda que o PLA *Navy* é responsável pela segurança marítima da China e pela manutenção dos direitos e interesses ao longo do mar territorial chinês e, de acordo com o princípio de “menor, mas mais eficientes tropas”, a Marinha reduziu a cadeia de comando e reorganizou as forças de combate de um modo mais científico dando prioridade para a construção de uma força marítima de combate, especificamente uma força de combate anfíbia. Esse processo enseja também uma atualização de armas e equipamentos e o desenvolvimento de novos navios de combate.

A Força Aérea está sendo gradualmente transformada. Afirma-se que partindo de uma posição de defesa aérea territorial há a pretensão de evoluir e incrementar a capacidade para encetar ações defensivas diversas, bem como ofensivas. Além disso, será dado ênfase no desenvolvimento de novos aviões de caça e armas de defesa aérea e anti-mísseis, e será incrementada a capacidade de desenvolver ações típicas de guerra aérea.

Os chineses consideram que a Segunda Força de Artilharia da PLA é a principal força estratégica chinesa, e que a segurança nacional do país está fortemente baseada nesta Força. Ela é responsável por dissuadir inimigos de usar armas nucleares contra a China, e também de efetuar contra-ataques nucleares e ataques precisos usando mísseis convencionais. Um dado mostrado e que retrata a preocupação com a formação dos oficiais da PLA é que mais de 70% dos que estão na ativa possuem sólida formação acadêmica. Está claro, portanto, o esforço empreendido para que os soldados estejam preparados para o manuseio de novas tecnologias.

c) promovendo a informatização

Projetos chaves estão sendo desenvolvidos no tocante à construção de um sistema de informatização militares e de suas respectivas estruturas. Computadores e outros equipamentos de tecnologia da informação estão sendo gradualmente introduzidos em operações de rotina.

d) acelerando a modernização de armas e equipamentos

De acordo com a necessidade de segurança, o PLA está acelerando a modernização de armas e equipamentos com prioridade para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Adquirindo tecnologia, desenvolvendo novas munições, e integrando sistemas de comando e controle, o PLA estará melhorando sua performance técnica e tática.

e) implementando o projeto estratégico de pessoas talentosas

O projeto tem como propósito prover o PLA de um contingente de oficiais capazes de construir Forças Armadas informatizadas. Parcerias com o mundo acadêmico têm sido estabelecidas e oficiais são inclusive mandados ao exterior para estudar.

Há ainda mais quatro tópicos que serão apenas mencionados:

f) intensificando treinamentos combinados;

g) aprofundando reformas logísticas;

h) inovando o trabalho político; e

i) governando as Forças Armadas de acordo com as Leis.

Os capítulos seguintes, IV, V e VI não contêm discussões de relevância para o entendimento do pensamento chinês quanto a aspectos relacionados à segurança. Do capítulo VII “Ciência, Tecnologia e Indústria Nacional de Defesa” consta que, de acordo com o objetivo de implementar uma RAM com características chinesas, a ciência, a tecnologia e a indústria devem propiciar a aceleração de pesquisas e produção de novas armas e equipamentos. Há também o interesse de que haja um intercâmbio entre civis e militares.

O capítulo IX tem por título “A Cooperação Internacional de Segurança”. Esta cooperação se dará observando cinco princípios básicos de coexistência pacífica:

a) Diálogo e Consultas Estratégicas

Os chineses afirmam que têm intensificado a realização de diálogos e consultas estratégicas bilaterais e multilaterais no que se refere à segurança. Com a Rússia têm sido estabelecidos mecanismos de intercâmbio e discussão de temas de interesse de ambos. Em 2004, os dois países fizeram, no nível de Ministérios das Relações Exteriores, um encontro para discutir o terrorismo. Com os EUA os chineses mantêm diálogo sobre não-proliferação, contra-terrorismo e cooperação militar bilateral em segurança. Outros países com os quais a China vem estabelecendo diálogos estratégicos são: França, Reino-Unido, África do Sul e Alemanha. Especial atenção tem sido dada aos países asiáticos, e com alguns já foram estabelecidos diálogos: Paquistão, Tailândia, Japão, Mongólia, Casaquistão e Austrália.

b) Cooperação Regional de Segurança

A China persegue o objetivo de construir um intercâmbio sobre segurança e mecanismos de cooperação na região da Ásia do Pacífico. Afirma-se mais uma vez que, desde o seu estabelecimento, a SCO tem se mostrado uma importante organização para promover a segurança regional, a estabilidade econômica e o desenvolvimento na região.

Em outubro de 2003, a China, o Japão e a Coreia do Sul firmaram uma Declaração de Cooperação Tripartite visando intensificar o entendimento a fim de promover o desarmamento e a não-proliferação, e livrar a península coreana da ameaça nuclear.

c) Cooperação em Campos de Segurança Não-Tradicionais

China e ASEAN assinaram uma declaração conjunta visando estabelecer cooperação em campos de segurança não-tradicionais. A SCO também é citada como um Fórum onde esse tipo de cooperação se dá. Crimes transnacionais e terrorismo são evidenciados como algo que deva ser combatido, e são mencionados os parceiros cooperativos nesta empreitada: Rússia, EUA, Paquistão, Índia, Reino Unido, França e Alemanha. Além disso, é incluído como ameaça não-tradicional o combate à pirataria, à produção e ao tráfico de drogas, e a busca e o salvamento marítimo.

Exercícios bilaterais têm sido realizados com o Paquistão no tocante ao terrorismo e à busca e salvamento marítimo. Deste último tipo foram realizados também, em 2004, na área do Mar Amarelo, exercícios com as Marinhas francesa, britânica e australiana, com cada país em separado.

d) Participação em Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (ONU)

Desde a primeira participação em 1990, os chineses relatam que já enviaram mais de três mil observadores militares a treze Operações de Paz da ONU. Isto inclui engenheiros para o Camboja, Congo e Libéria, e também pessoal médico para os dois últimos. Desde 2000 a China participa das Operações no Timor Leste, e, em 2004, mandou homens para a Libéria, o Afeganistão, o Kosovo e o Haiti. Quando do término da confecção do *China's National Defense* os chineses participavam de oito Operações de Manutenção da Paz.

e) Intercâmbio Militar

A China tem estabelecido relações militares com mais de 150 países. Em 2003 e 2004 o PLA enviou delegações militares a mais de 60 países. Com algumas nações os chineses têm procurado realizar intercâmbios de forma mais intensa: com a Rússia, por exemplo. Além disso, é ressaltado que o Ministro de Defesa Nacional visitou os EUA em 2003, e que o Diretor Geral da Agência de Defesa Japonesa visitou neste mesmo ano a China. Indianos e chineses fizeram visitas mútuas em 2003 e 2004, e China e países europeus realizaram intercâmbios militares.

A China tem convidado também observadores militares quando da realização de exercícios de suas Forças. Isso ocorreu pela primeira vez em 2003 em um evento organizado pelo Comando Militar de Pequim. Em 2004 observadores participaram de exercício organizado pela Marinha chinesa, e, ainda neste mesmo ano, observadores compareceram ao adestramento sino-britânico de busca e salvamento marítimo. A China enviou também delegações do PLA para acompanhar exercícios na Rússia e Japão, e para realizar exercícios conjuntos com os EUA, Tailândia e Singapura.

O PLA aumentou o número de militares enviados para estudar no exterior, e está recebendo mais estudantes estrangeiros. Considerando somente os anos anteriores da confecção do documento foram enviados para estudar mais de 1000 militares a mais de 20 países, e as Universidades chinesas receberam mais de 1200 alunos de 25 nações, incluindo os EUA e a Rússia.

O último capítulo tem por título “O Controle de Armas, o Desarmamento e a Não-Proliferação”. O documento afirma que progressos nesta área têm sido conseguidos, mas relata que a proliferação de Armas de Destruição em Massa tem afetado a situação internacional de segurança.

A necessidade de Não-Proliferação transformou-se quase que em um consenso mundial. A China atribui grande importância ao tema, tendo inclusive seu governo publicado em 2003 um documento intitulado “*Chinas’s Non-Proliferation Policy and Measures*” (Medidas e Políticas de Não-Proliferação da China). Os chineses são também a favor da implementação efetiva da Resolução 1540 da ONU.¹³²

¹³² Em 28 de Abril de 2004, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1540, que constitui o primeiro instrumento internacional que trata de forma integrada e global a questão das armas de destruição em massa, seus respectivos vetores e materiais conexos. A referida resolução impõe a todos os Estados obrigações vinculativas destinadas a evitar e impedir que atores não estatais tenham acesso a tais armas e a materiais associados a esse tipo de armas.

A China deseja promover o controle internacional de armas e o processo de desarmamento, e que a chave para que isso ocorra em nível mundial passa pelo apoio à Conferência do Desarmamento da ONU.¹³³ Este apoio será ofertado em quatro áreas:

- desarmamento nuclear;
- Tratado de Eliminação de Material Físsil (FMCT);
- prover segurança para Estados que não possuem armas nucleares; e
- prevenção de corrida armamentista no espaço.

Existe também a preocupação de realizar esforços para que a Convenção de Armas Biológicas (BWC) tenha suas deliberações acatadas, contribuindo, dessa forma, para o processo de controle de armas também neste campo.

Por fim, os chineses apóiam os países da ASEAN, da Ásia Central e vizinhos no estabelecimento de Zonas Livres de Arma Nuclear, e concordam com o Protocolo do Sudeste da Ásia de Zona Livre de Ameaça de Arma Nuclear.¹³⁴ Participaram da primeira sessão do Comitê de Desarmamento da Assembléia Geral das Nações Unidas, bem como da Convenção de Armas Químicas (CWC). Além disso, estão contribuindo para a universalização do TNP.

¹³³ Conferência de Desarmamento é um fórum multilateral formado para que haja a negociação de tratados de desarmamento.

¹³⁴ O Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares do Sul do Pacífico (South Pacific Nuclear-Free Zone Treaty), ou Tratado de Raratonga, foi assinado em agosto de 1985 e estabeleceu uma zona livre de armas nucleares na região sul do Pacífico.

CAPÍTULO III

Comparação das Estratégias de Segurança Nacional formuladas pelos Estados Unidos da América, Rússia e China

3.1 - Considerações Preliminares

Esta parte do trabalho é dedicada à digressão de alguns aspectos relacionados à estratégia, à segurança, e percepções de ameaças dos EUA, China e Rússia. Objetiva, por meio de uma breve exposição, prover mais alguns conhecimentos que visam facilitar o entendimento da comparação efetuada no item seguinte.

Podemos iniciar mostrando aspectos sobre a prática estratégica pertinente aos países estudados. Segundo Bobbitt, o plano estratégico norte-americano se caracteriza, entre outros aspectos, pela manutenção de unidades capazes de lançar ataques de precisão contra “Estados-delinquentes” (*rogue states*) a fim de eliminar armas de destruição em massa, e de pequenas forças especiais para cuidar de evacuações, resgates de reféns e congêneres.¹³⁵

Segundo Coutau-Bégarie, um general francês, Bru, afirmou sobre os EUA que a maneira deles fazerem a guerra se assemelha a uma gigantesca operação de demolição; e que isto é julgado como capaz de colocar fora de combate o grosso das forças contrárias, de forma que o ataque só se choca com resistências residuais.¹³⁶

Em artigo publicado na *Foreign Affairs* de 2004 Cohen afirmou que o poderio militar norte-americano deste início de século não tem paralelo na história. Os EUA são responsáveis por entre 40 e 50% de todos os gastos de defesa de todo o mundo e, além disso, em praticamente todas as esferas bélicas os Estados Unidos exercem preponderância, um fenômeno sem precedentes na história militar.¹³⁷

Explicitada as visões acima sobre a cultura estratégica norte-americana e seu poderio militar é possível inferir que os EUA dedicam muita atenção à concepção e à preparação estratégica: uma coordenação adequada, uma preparação cuidadosa, e a acumulação de meios devem permitir reduzir ao mínimo as fricções de toda ordem e possibilitar o alcance do objetivo de acordo com o plano realizado. Percebe-se que este estilo estratégico está em perfeita consonância com o comportamento norte-americano observado no passado, e em vários momentos históricos as tomadas de decisões com base nestes paradigmas proporcionaram

¹³⁵ Philip BOBBITT, *A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações*, p. 232.

¹³⁶ Hervé COAUTAU-BÉGARIE, *Traité de Stratégie*, p. 438.

¹³⁷ Eliot A. COHEN, *History and Hyperpower*, p. 51-52.

resultados realmente positivos. O desembarque da Normandia na 2ª. Guerra Mundial, ocorrido sob o comando de um general norte-americano, pode ser citado como exemplo de implementação desses valores estratégicos. O “Dia D” foi precedido de um intenso planejamento e de uso maciço de recursos materiais e humanos.

No entanto, “a consequência lógica desta mentalidade planejadora e especialista é a dificuldade de adaptar-se ao adversário”.¹³⁸ É por isso que nos conflitos assimétricos os norte-americanos não possuem o desempenho esperado. Existe uma certa dificuldade em entender tradições e culturas alhures, bem como as formas de agir e de pensar de natureza exógena e, dessa maneira, eles não conseguem vislumbrar com clareza e objetividade a implementação de ações contrárias diferentes do seu padrão de conhecimento ou comportamento. Lembremos do Vietnã e também dos atos terroristas empreendidos com sucesso pelo Al-Qaeda, e, mais recentemente, a Guerra do Iraque – iniciada em 2003 e ainda em curso –, conflito onde os EUA, com toda a sua expertise não consegue alcançar seus objetivos com a eficiência desejada.

Diante de um poder militar incontestável o enfrentamento militar direto contra os EUA é pouco provável. Inimigos dos norte-americanos, caso desejem causar algum dano, irão certamente procurar usar de artifícios e métodos não convencionais. Em vez de investir em poderosos exércitos, é provável que eles tentem desafiá-los de forma assimétrica, buscando vulnerabilidades e tentando explorá-las.

Segundo Rumsfeld:

“... é nossa tarefa fechar tantas dessas avenidas de ataques quantas for possível. Devemos nos preparar para novas formas de terrorismo, não há dúvida, mas também para ataques contra os bens espaciais dos Estados Unidos, para ataques virtuais contra nossa rede de informações, para mísseis cruise, mísseis balísticos e para armas nucleares, químicas e biológicas”.¹³⁹

Coutau-Bégarie discorreu também sobre a essência estratégica russa. Ele relata que a história da Rússia é antes de tudo uma seqüência de guerras defensivas visando preservá-la da agressão exterior, e que esta agressão provinha do leste, do oeste e do sul. Mongóis, tártaros descendentes dos hunos, suecos, poloneses, franceses e alemães se constituíram no passado em constante ameaça ao povo russo. Houve no século XVIII alguns espasmos de desejo expansionista com Pedro, o Grande, e Catarina, a Grande, e que prosseguiu no século seguinte por meio de disputas com outras nações, mas, com a guerra russo-japonesa ocorrida no início

¹³⁸ Hervé COAUTAU-BÉGARIE, *op. cit.*, p. 440.

¹³⁹ Donald Henry RUMSFELD, *Transformando as Forças Armadas*, p. 16.

do século XX, esse processo é paralisado e retornado depois pelos soviéticos sob o manto da ideologia.¹⁴⁰

A Rússia, tal qual a China e diferentemente dos EUA, possui fatores estratégicos fortemente ligados ao seu entorno geográfico. Ela demonstra desejar manter vivo o vínculo com os seus vizinhos e se assume com direitos de manter a segurança em países antes unidos sob a bandeira soviética. Segundo Huntington:

“... como disse Yeltsin em fevereiro de 1993, os governos estrangeiros e os organismos internacionais precisam outorgar à Rússia poderes especiais como uma garantia da paz e da estabilidade nas regiões que eram parte da antiga URSS. Enquanto a União Soviética era uma superpotência com interesses globais, a Rússia é uma potência importante com interesses regionais”.¹⁴¹

Ainda Huntington:

“... John Morrison assinalou que o relacionamento russo-ucraniano representa para a Europa Oriental o que o relacionamento franco-alemão representa para a Europa Ocidental. Da mesma forma que este constitui o núcleo da União Européia, o primeiro é o núcleo essencial para a união do mundo ortodoxo”.¹⁴²

Sem dúvida alguma, a construção de um entorno geográfico europeu e asiático pró-russo foi, e ainda é visto, como um fator de segurança estratégica para a Rússia. Observa-se que, desde o colapso da URSS, isso é latente, haja vista o desenvolvimento da “Doutrina do Exterior Próximo” a partir do governo de Boris Yeltsin (1992 a 1999). Esta doutrina visa manter uma política de aproximação com antigas repúblicas da ex-URSS e também com algumas outras integrantes do ex-Pacto de Varsóvia. O desenvolvimento desta doutrina, no entanto, tem sido frequentemente obstaculizada pela U. E. e por norte-americanos.

Apesar do esforço russo empreendido no sentido contrário, a União Européia, com o atrativo do crescimento econômico, tem conseguido trazer para sua comunidade de Estados países considerados como pertencentes ao exterior próximo russo. Por sua vez, os EUA, por meio da OTAN, vêm também obtendo sucesso em angariar novos parceiros antes pertencentes ao espaço soviético e áreas contíguas. Neste caso, o exemplo mais específico da Polônia, com ingresso em 1999, e dos países bálticos – Letônia, Estônia e Lituânia –, com ingresso em 2004, fizeram com que a Rússia percebesse a ineficácia de sua doutrina. Além disso, com a Guerra do Kosovo empreendida pela OTAN e com a construção de bases americanas na República Tcheca, Polônia e Bulgária, consolida-se a diminuição da influência geopolítica russa no

¹⁴⁰ Hervé COAUTAU-BÉGARIE, *op. cit.*, p. 442.

¹⁴¹ Samuel Phillips HUNTINGTON, *op. cit.*, p. 204.

¹⁴² *Ibid.*, p. 209-210.

contexto regional. Diante deste cenário, Putin vislumbra uma alternativa política, que não significa a substituição do conceito de “Exterior Próximo”, mas sim, uma inflexão política: a aproximação com o Oriente.

Essa inflexão do início do século XXI, não é, na história recente da Rússia, nova. Desde Primakov, Primeiro-ministro durante curto período (1998 – 1999) do governo Yeltsin, a Ásia é vista como uma importante aliada. Este político, além do cargo mencionado, ocupou vários outros importantes tais como assessor especial de Gorbachev e Ministro dos Negócios Estrangeiros russo. Desenvolveu o que convencionou-se chamar de “Doutrina Primakov”, a qual, com o desenrolar dos acontecimentos na área de política externa envolvendo a Rússia, veio recentemente, no governo Putin, a sobrepujar a “Doutrina do Exterior Próximo”. No entendimento do antigo Primeiro-ministro, na era pós-Guerra Fria não há lugar para uma única superpotência, apesar da inegável posição de dominância dos EUA. O que se configura em um fato significativo, a construção de um mundo multipolar, teria a capacidade de diluir o poder internacional norte-americano. Assim, potências menores, principalmente asiáticas devido à proximidade geográfica russa, desempenham um importante papel na estratégia anti-hegemônica norte-americana. Neste cenário a aproximação com a China principalmente, além de Índia, Vietnã e Irã, ajusta-se perfeitamente a uma nova estratégia de segurança russa.

Teixeira da Silva vê nesse contexto regional a importância da Organização de Cooperação com Shanghai. Ao estabelecer uma relação entre a Organização e a política russa do início do século XXI, concluiu que:

“... entre 2001 e 2005, os russos – batidos na Europa pelas estratégias expansionistas da UE e dos Estados Unidos, conseguiram restabelecer um equilíbrio geoestratégico na área mais sensível do planeta e em uma parte da própria Rússia onde abundam recursos estratégicos associados a baixíssimas densidades demográficas”.¹⁴³

É preciso ainda, no entender russo, manter uma barreira de proteção geográfica devido ao país ter sido por diversas vezes objeto de desejo de líderes alhures. Napoleão tentou se apoderar da nação russa, mas não resistiu ao seu rigoroso inverno, e da mesma forma ocorreu com Hitler. Além disso, com o surgimento de teorias geopolíticas no início do século XX,

¹⁴³ Francisco Carlos TEIXEIRA DA SILVA, *Repensando a Guerra e a Paz no século XXI: a nova estratégia da Rússia*, p. 1.

principalmente a que discorre sobre o conceito do *heartland*, gerou-se uma cobiça pela região oeste e central da Rússia.¹⁴⁴

Dentro deste contexto geopolítico é interessante explorar um pouco mais a situação do exterior próximo russo, mais especificamente no que diz respeito à Ucrânia e a Chechênia. A primeira - separada definitivamente da Rússia - e a segunda, uma região caucasiana que almeja a separação e a conquista da independência, mas que é sistematicamente impedida por medidas coercitivas russas.¹⁴⁵

Além da própria Rússia, a maior e mais importante ex-república soviética é a Ucrânia. É um país rachado e possui duas culturas distintas. Os que habitam a parte mais ocidental do país falam o ucraniano, reconhecem a autoridade do Papa e são extremamente nacionalistas, já os ocupantes da Ucrânia oriental são predominante ortodoxos e, em sua maioria, falam russo. Há, portanto, uma divisão interna que prejudica o relacionamento do país com a Rússia.

No início dos anos 1990 havia ainda questões regionais mal resolvidas, principalmente as que se referiam às armas nucleares, à Criméia, aos direitos russos na Ucrânia, à esquadra do Mar Negro, e às relações econômicas. Havia inclusive quem enxergasse a possibilidade de ocorrência de um conflito armado entre russos e ucranianos.

A Rússia para fazer valer seus direitos tem feito uso recorrente do poder militar no Cáucaso. Esta região, compreendida entre os Mares Cáspio e Negro, abriga população de eslavos cristianizados e ainda outros de origem islâmica, entre eles os chechenos. Os enfrentamentos ocorridos entre os habitantes desta região e o poder central russo é secular, e ao final do século XX tornou-se mais acirrado devido à dissolução da ex-URSS.

Os chechenos são a fonte de maior preocupação russa. Entre 1994 e 1996, após a forte repressão deflagrada pelo poder central, parte dos chechenos contando com o apoio de facções islâmicas reagiram à dominação pela prática de atos de terrorismo. Apesar de Moscou ter declarado o fim das operações militares em 2000, isso na prática não ocorreu, reações russas ainda ocorrem em função da contínua possibilidade da prática de atentados terroristas. Dentro deste contexto a comunidade internacional se vê obrigada a não interferir e a não criticar os atos russos, haja vista o consenso internacional hoje vigente de condenação de qualquer ato de origem terrorista.

Além disso, no Cáucaso os mulçumanos chechenos já há algum tempo enfrentam o poder central russo demonstrando a não aceitação cristã ortodoxa russa, e ainda permanece viva na

¹⁴⁴ *Heartland*, o coração da terra, é uma região do planeta que corresponde aproximadamente ao que chamamos hoje de Europa Oriental e Ásia central cuja posse seria a condição básica para a hegemonia mundial.

¹⁴⁵ Divergências com a Chechênia, diferentemente da Ucrânia, são consideradas pelos russos como um problema interno.

memória dos habitantes da região a perseguição soviética sofrida sob a acusação de colaboração com os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Esta perseguição gerou a deportação para a Ásia Central de milhares de pessoas da região.

Na verdade o conflito entre russos e os cidadãos locais remontam ao século XVIII. Neste período, o Czar Pedro, e em seguida Catarina, a Grande, empreenderam ações visando a expansão russa, mas enfrentaram oposição muçulmana. Apesar de em 1957 ter ocorrido a “reabilitação” pelo governo russo da população que havia sido deportada do Cáucaso, situação que permitiu o regresso dos antigos habitantes e respectivos descendentes a seus antigos territórios, ressentimentos não foram totalmente esquecidos. Organizações islâmicas voltaram a se disseminar permeadas de pregação anti-soviética e anti-russa. A Rússia, por sua vez, não se furta até hoje, e no momento que melhor lhe aprouver, a abafar qualquer ação de cunho separatista na região. A Chechênia se configura, portanto, como uma grande preocupação de raiz geopolítica, pois um eventual sucesso do separatismo checheno, além de suas conseqüências econômicas (através da Chechênia passam importantes oleodutos e gasodutos que escoam petróleo e gás), poderia servir de motivação a outras regiões agregadas à nação russa a tentar fazer o mesmo, o que se transformaria em fonte de instabilidade e de insegurança.

A Rússia é também um dos “Estados-núcleos” citados por Huntington. O elo que a liga com outras nações circunvizinhas é basicamente a religião ortodoxa cristã, e existem países com parcela significativa de sua população composta por russos.

Com a Geórgia e a Ucrânia, em especial, a relação é diferente. Existi, por parte destes, um forte sentimento de identidade nacional, o que às vezes cria situações em que divergências são postas à prova, mas nos Bálcãs existem relações estreitas com os ortodoxos.

Já a China, com o seu desenvolvimento econômico acima da média há vários anos, tem causado certo incômodo internacional à medida que vem tomando espaços comerciais antes ocupados por outras nações. Há chineses participando ativamente de várias economias asiáticas, tais como a filipina, a tailandesa, a malasiana e a indonésia. Excetuando o Japão e as Coréias, a economia da Ásia Oriental é predominantemente chinesa.

Estrategicamente a China fixou como meta tornar-se uma potência na Ásia do Pacífico e mundial, e um dos campos de atuação que proporciona a legitimação da hegemonia almejada é, sem dúvida alguma, a segurança e as ações dela derivadas.

A China se insere no contexto das Relações Internacionais com um histórico peculiar. É um país que desenvolveu um comunismo de raiz própria e a sua união só foi realmente consolidada sob os auspícios de Mão Tse-Tung no século XX. Além disso, possui uma série de

características próprias que moldam sua cultura e possui valores e percepções próprias do mundo. Tudo isso influenciou, e ainda influencia, de forma inexorável na sua conduta estratégica.

Coutau-Bégarie em seu périplo de análise de estratégias conseguiu estabelecer uma interessante relação entre Confúcio e a guerra:¹⁴⁶

“... o pensamento confucionista privilegia as noções de ordem e de harmonia; a guerra não é percebida como uma atividade heróica, porém, mais como uma desordem à qual importa colocar um fim o mais rápido possível”.¹⁴⁷

Coutau-Bégarie detalha ainda que os chineses repudiam a guerra de conquista na forma que conhecemos: “as conquistas têm só um objetivo limitado para assegurar uma melhor segurança do território existente”.¹⁴⁸

A China é também, segundo Huntington, um “Estado-núcleo”. Um Estado-núcleo da civilização sínica onde uma série de países orbitam à sua volta e estabelecem com os chineses uma interação inter-estatal. Essa interação tem uma importante rusga, a que se dá com Taiwan. A China também tem seus problemas geopolíticos, e pareceu ser um pouco mais clara e autêntica do que os EUA e a Rússia ao mencionar por diversas vezes em seu documento que versa sobre estratégia de segurança nacional o receio de separação territorial de Taiwan.

Em que pese a China conter províncias com população não-chinesa, mas legalmente pertencentes ao seu território, tais como o Tibete e Xinxiang, Taiwan, sua possível separação e problemas decorrentes são considerados fontes das maiores ameaças à sua segurança.

A China, em 1949, foi repartida e o mundo passou a ter duas Chinas, a continental e a insular. Isso tem sido fonte constante de instabilidade desde então. A continental manteve o nome China e a insular passou a se chamar Taiwan (ou Formosa). Os anos posteriores à divisão o relacionamento entre ambas foi de desconfiança mútua e beirou o conflito armado.

“... durante as três décadas seguintes a 1949, as duas repúblicas chinesas se recusavam a reconhecer a existência ou a legitimidade uma da outra, não tinham nenhuma comunicação entre si e estavam num virtual estado de guerra, manifestado de tempos em tempos por uma troca de tiros de canhão nas ilhas ao longo da costa”.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Confúcio foi mestre, filósofo e teórico político no século IV a. C. Sua doutrina, o confucionismo, teve forte influência sobre a China, bem como sobre toda a Ásia Oriental.

¹⁴⁷ Hervé COAUTAU-BÉGARIE, *op. cit.*, p. 424.

¹⁴⁸ *Ibidem.*

¹⁴⁹ Samuel Phillips HUNTINGTON, *op. cit.*, p. 215.

Em meados da década de 1990 houve uma tentativa de maior aproximação: “de forma lenta as duas Chinas estavam se aproximando e desenvolvendo interesses comuns a partir de suas relações econômicas em expansão e de sua identidade cultural compartilhada”.¹⁵⁰

Em 1995 as relações voltaram a ficar estremecidas. Naquele ano Taiwan empreendeu uma agressiva campanha pelo seu reconhecimento diplomático e pela sua admissão em organismos internacionais. Em resposta o governo chinês continental realizou de forma provocativa provas de lançamentos de mísseis em águas próximas dos principais portos da ilha taiwanesa e também efetuou manobras militares ao largo da costa chinesa perto das ilhas controladas por Taiwan. A questão da soberania de Taiwan permanece, dessa forma, latente nas relações entre chineses.

Em relação ao poder militar e aspectos correlatos é possível observar, por ocasião da comparação dos documentos que contêm as estratégias de segurança nacional, que EUA, Rússia e China despendem muita atenção com o comércio de armas. Os EUA, bem como a Rússia, vêm, desde os primeiros anos do século XXI, incrementando suas vendas de armamentos e disputando mercados com outras nações. Em particular, a Rússia se tornou o grande fornecedor de armas aos chineses, inclusive com a venda de submarinos. A China, por sua vez, além de ser hoje o maior importador de armas, é também um exportador de significância no cenário internacional. A grande preocupação - principalmente por parte de norte-americanos -, é a de que chineses, ao colocar determinadas armas disponíveis no mercado, venham estas a serem adquiridas por terroristas. Outro aspecto afim ao emprego do poder militar é a exploração do espaço que os chineses vêm procurando desenvolver e assim ensejar o surgimento de um novo capítulo em relação à conquista do poder espacial e a supremacia de seu uso. A China foi em 2003 o terceiro país a colocar um astronauta em órbita e o seu programa está sob supervisão do PLA, o que denota que suas ambições no espaço possam ser de natureza militar. Isto pode ser corroborado com o teste realizado com sucesso - em janeiro de 2007 - com arma anti-satélite por meio do lançamento de um míssil balístico para destruir um satélite meteorológico chinês em órbita terrestre. O que preocupa outras nações é a possibilidade de os chineses promoverem a militarização do espaço e fazer ressurgir uma nova corrida espacial armamentista. Por fim, seu comportamento e progresso nessa área, como a capacidade de defesa antimíssil e anti-satélite, irão gerar, por certo, disputas e competições com os EUA e com a Rússia.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 216.

3.2 – A Comparação dos Documentos

EUA, Rússia e China assim como todos os demais Estados-Nação buscam a manutenção de sua sobrevivência. Bobbitt corrobora com este pensamento quando afirma que “nesse mundo, o objetivo primordial seria ser o mais apto em uma competição pela sobrevivência”.¹⁵¹

Uma das formas de buscar essa sobrevivência se dá pela implementação de atos e procedimentos efetuados por governos, e a escrituração e a posterior divulgação de estratégias de segurança nacional configura-se em um desses atos capaz de nortear ações de securitização que visam à manutenção, no tempo e no espaço, dos Estados.

Dessa forma, a análise comparativa dos documentos tornados públicos sobre as estratégias de segurança dos EUA, Rússia e China permite obter um entendimento melhor de uma das questões de suma importância para os Estados, aqueles que dizem respeito à segurança nacional.

Com a leitura dos documentos é possível constatar que ameaças à segurança representam uma grande preocupação para os Estados, e que os três países analisados têm procurado estudar muito sobre isso para, de forma confiável, serem capazes de planejar e empreender ações diversas e inovadoras a fim de neutralizá-las.

A comparação entre os documentos procurou seguir o preceito externado por Jürgen Kocka. Este autor afirmou que comparar em história “significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente a respeito de suas similaridades e diferenças de modo a se alcançar determinados objetivos intelectuais”.¹⁵²

O objetivo intelectual maior foi verificar e entender como, e de que forma, três das maiores potências mundiais estão estabelecendo estratégias que possibilitem uma adequada resposta às novas ameaças existentes no século XXI, e ainda, entender como elas são hoje percebidas.

Os documentos fontes utilizados para a realização desta comparação têm, de fato, similaridades e diferenças. Há abordagens realizadas onde se nota a existência de uma comunhão de idéias entre os textos, há também aspectos tornados públicos que só constam em dois dos documentos, e outros que somente são encontrados em um deles. Há ainda temas que foram abordados brevemente em determinado texto enquanto que nos outros o foram de forma mais intensa.

¹⁵¹ Philip BOBBITT, *op. cit.*, p. 232.

¹⁵² Jürgen KOCKA, *op. cit.*, p. 39.

Foram constatadas, ao longo do desenvolvimento do trabalho, dificuldades típicas de aplicabilidade do método comparativo, entre eles, o que realmente poderia ser considerado importante para que pudesse servir de comparação, e de que forma se daria a comparação.

Um caminho seria, tal qual afirmou Burke, fixar algo preciso e, na seqüência, verificar a sua presença ou ausência, ou, de outra forma, realizar uma busca por fatos análogos e estudá-los. Quanto ao primeiro corre-se o risco de ser superficial, quanto ao segundo fica difícil estabelecer um limite de comparação.¹⁵³ Optou-se então por realizar a comparação como um misto das duas formas descritas.

Em todas as Estratégias foi possível observar uma divisão formal de assuntos. Há temas que são recorrentes e que permeiam os três documentos em diferentes pontos, como o poder militar e novas ameaças. Foi possível observar também que em diversas partes dos textos analisados foram efetuados comentários e/ou afirmações comparativas. Há pontos em que um fato singular é exposto e na seqüência aborda-se o que se passa nos outros dois países, ou ainda, é exposto de que forma ocorre a interação entre os três países em relação ao assunto específico abordado.

Observa-se que todas as estratégias possuem macro-objetivos semelhantes: transmitir percepções das novas ameaças existentes e expor procedimentos de enfrentamento que visam proporcionar uma sensação de segurança considerada satisfatória. No entanto, é certo que cada uma possui particularidades singulares, como os elementos que motivaram a confecção de cada documento.

Apesar de ser verdadeira a existência de múltiplas ameaças, bem como ser verdadeiro também o fato de que os documentos procuraram descrever formas de combate frente a essas ameaças, o texto confeccionado pelos norte-americanos foi firmemente alicerçado na idéia do combate ao novo terrorismo e suas múltiplas formas de perpetrar ataques.

O documento russo, fortemente apoiado no uso e emprego do poder militar, foi confeccionado sob influência da geopolítica eurásiana e com base na ameaça representada pela presença do islamismo dentro de suas fronteiras e no seu entorno, e ainda, pela vontade da Rússia em se tornar herdeira digna de nota do espaço deixado pela ex-URSS quando da ocorrência de seu colapso.

O texto chinês, da mesma forma que o russo, teve influência geopolítica na sua confecção, principalmente em relação à Taiwan. Configurou-se também em um instrumento que visou dar consistência ao novo papel político, econômico e militar a ser desempenhado e desejado pela

¹⁵³ Peter BURKE, *História e Teoria Social*, p. 45.

China no âmbito das Relações Internacionais. Além disso, percebe-se que os chineses estão muito preocupados com a tecnologia e suas múltiplas interações com o universo da guerra, existindo até mesmo um documento não comentado no documento chinês, o já mencionado “Guerra Além dos Limites”, que permite que essa perspectiva seja reforçada.

Iniciando a análise mais direta dos textos constata-se que Rússia não vê mais como ameaça a guerra nuclear global, a guerra de grande escala com emprego de armas convencionais contra a OTAN - ou outra aliança liderada pelos EUA -, e que hoje a grande atenção deve ser dada para as ações pacificadoras; especiais; luta contra o terrorismo; e participação em conflitos locais. Há ainda a descrição pormenorizada das ameaças consideradas externas, internas e trans-fronteiriças.

O documento chinês afirma que o número de ameaças está aumentando e que hoje são percebidas como ameaças: o terrorismo, o separatismo, o extremismo, a pirataria, o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro, além do exercício de atividades nucleares na Coreia do Norte, além do recrudescimento de atividades do movimento chamado *Taiwan Independence*.

Norte-americanos mostram claramente a percepção de ameaça existente gerada pela presença terrorista e acrescentam que preservarão a paz construindo boas relações com as grandes potências. A democracia liberal ocidental, o livre comércio e o mercado livre são entendidos como aspectos basilares que, se existentes no seio das sociedades, serão capazes de alicerçar a construção de ambientes que minimizam o surgimento de ameaças. Existe também uma digressão sobre ameaças comuns ao EUA e à China, as de caráter ambiental. Este tipo de ameaça desafia a ambos a promoverem, juntos, o bem-estar dos cidadãos. Os norte-americanos julgam também que os chineses devem ficar atentos ao lidar com ameaças transnacionais.

Analisando-se o conteúdo dos três documentos percebe-se a intenção de construção de um arcabouço explicativo que visa, de certa forma, justificar ações futuras a serem encetadas. Com a leitura dos textos foi possível verificar também a exposição de um novo paradigma relacionado não diretamente com a guerra, mas com o exercício de um novo tipo de ação de securitização, o da preempção. O documento dos EUA traz em seu bojo a idéia desse novo conceito. A existência de ações preemptivas se configura, segundo o pensamento norte-americano, em um processo capaz de aumentar a sensação de segurança quando colocado em prática. Foram inicialmente imaginadas como sendo uma resposta ao ataque sofrido em 11 de setembro, mas hoje sua motivação é bem maior. Há a afirmação de que se agirá de forma preemptiva para evitar que terroristas causem danos ao povo e ao país, e que a defesa dos interesses nacionais dar-se-á dentro ou fora do território norte-americano, identificando e destruindo a ameaça antes que ela chegue às fronteiras. Mais ainda, que se agirá contra

ameaças antes mesmo de estarem totalmente formadas, e que é preciso derrotar os planos dos inimigos. Além disso, ações de caráter preemptivas deverão ser implementadas no combate a tudo o que possa se constituir em uma ameaça à segurança nacional. Isso é exemplificado quando é mostrado que o combate às ADM dar-se-á por meio de contra-proliferação, ou seja, ameaças têm que ser contidas e defendidas antes que sejam desencadeadas.

É possível, portanto, verificar que o comportamento norte-americano em relação às novas ameaças deste século é do tipo pró-ativo, não esperando a emergência de ameaças para, a partir daí, serem tomadas medidas que possam neutralizá-las. Medidas são pensadas e tomadas de forma antecipatória e novas capacidades são desenvolvidas visando enfrentá-las. Os EUA declaram também que quando desenvolverem atos com base neste novo conceito não usarão a força em todos os casos, e que não acreditam que outras nações devam utilizar a preempção como pretexto para infligir agressão.

Os russos não abordam a preempção de forma clara e objetiva, porém percebe-se que a idéia de haver antecipação de movimentos ante a possíveis ameaças está hoje mais consistente e presente. O documento russo afirma que cresceu significativamente o papel do período inicial do conflito armado, ou seja, a tomada da iniciativa nesta fase predetermina o resultado. O documento chinês não contém qualquer menção a atos preemptivos, e nem mesmo alguma exposição de idéias que pudesse ser caracterizada como tal.

Há assuntos que são abordados pelas três estratégias porque fazem parte de um consenso mundial de que devem merecer a atenção dos Estados, como o relacionado aos direitos humanos.

O documento norte-americano inicia a abordagem sobre os direitos humanos retratando a defesa das aspirações pela dignidade humana. É evidente a razoabilidade de implementação de atos que promovam a dignidade humana, mas ela serve na verdade como um vetor para externar a vontade norte-americana de: valorizar os que lutam pelo avanço da liberdade, apoiar os que se movem em direção à democracia, pressionar governos que negam os direitos humanos, e promover a liberdade de religião e consciência. Norte-americanos julgam ainda que a China deve se tornar mais aberta e dar mais atenção às garantias dos direitos humanos.

O documento russo, no que diz respeito aos direitos humanos e dentro do capítulo “A avaliação da ameaça”, cita a discriminação, a violação dos direitos, de liberdades e interesses legítimos dos cidadãos como algo a ser combatido, mas deixa claro que essas ameaças serão objetos de atenção somente em relação aos seus nacionais que se encontram no estrangeiro.

O *China's National Defense* aborda discretamente o tema em discussão, e por razões óbvias: a China é constantemente criticada por infringir normas consuetudinárias em relação

aos direitos humanos. É citado apenas que a SCO, além de ter um viés securitizacional, tem também se mostrado importante na cooperação humanitária.

Direitos humanos são, de fato, algo a merecer a atenção daqueles preocupados com a segurança nacional, e isso não deixou de ser abordado no item “Segurança” do primeiro capítulo deste trabalho. Foi mostrado que os direitos desta natureza são hoje um objetivo de segurança a ser alcançado, que operações de paz são implementadas pela ONU visando garantir à sua manutenção, e que, segundo o livro “Guerra Além dos Limites”, eles influenciam a nova configuração da guerra. Há ainda a lembrança de uma afirmação de Huntington de que as questões de segurança estão menos centradas em questões territoriais do que em outras, entre elas as que se relacionam com os direitos humanos.

Em todos os três textos encontram-se digressões acerca das relações bilaterais, sua capacidade de empreender concórdia, e sua importância em ser um fórum para discussão de temas de interesses comuns. Em determinado momento norte-americanos afirmam que, por meio deste tipo de relação, promoverão a liberdade e o desenvolvimento de instituições democráticas, e que desejam levar adiante a consecução de acordos bilaterais de livre-comércio. Há também abordagens objetivas sobre relações bilaterais praticadas com o intuito de aumentar a sensação de segurança, e, por isso, os norte-americanos, russos e chineses mencionam haver um estreitamento de relações entre eles com esse objetivo.

Sobre relações bilaterais há mais exemplos: os EUA citam o desejo de trabalhar com a Coreia do Sul no sentido de manter vigilância em relação à Coreia do Norte. Assim, buscam propiciar uma maior estabilidade regional. Os russos abordam o Conselho Rússia-OTAN e a parceria na área de segurança com os países da CEI. Os chineses afirmam que tomarão parte, por meio do PLA, em exercícios bilaterais e multilaterais em áreas de segurança não-tradicionais.

Em relação à capacidade profissional de seus soldados, observa-se que russos e chineses abordaram, mais do que norte-americanos, a questão da necessidade de promover uma melhoria.

Do documento russo consta que a redução do efetivo militar russo enseja, em contrapartida, a obrigatoriedade de manutenção da melhor parte do quadro de oficiais e das unidades de maior capacidade de combate. Em relação à condução de conflitos em níveis considerados satisfatórios deve existir um sistema de preparação moral e psicológica, de soldados a generais. Além disso, a modernização das Forças Armadas passa também pelo recrutamento de oficiais qualificados, pelo melhoramento contínuo do seu nível de profissionalismo e de cultura comum.

O PLA chinês, por sua vez, desenvolve o *Strategic Project for Talented People* que tem por objetivo melhorar as capacidades dos militares e a modernização de suas forças. Visa proporcionar um incremento do profissionalismo, pois os militares deverão estar aptos a lidar com novas armas e com novos métodos. Há também a afirmação de que a mudança do perfil do soldado é uma das características da RAM e que é preciso, desse modo, ter homens mais capacitados. A realização de parcerias com o mundo acadêmico e intercâmbios com países europeus são exemplos de ações que visam a aumentar essa capacitação.

Os norte-americanos fizeram apenas um breve comentário sobre o tema, talvez por que essa já seja uma prática intrínseca às suas Forças Armadas. Dizem que, a fim de fortalecer o emprego de ações preemptivas, deve-se continuar a operar mudanças nas forças militares visando a assegurar a capacidade de conduzir operações rápidas e precisas.

Um outro tema que a Estratégia de Segurança dos EUA dá importância e que dedica um capítulo inteiro a discuti-lo é o que diz respeito à democracia liberal ocidental. Afirma que é necessário realizar a abertura das sociedades e a construção da infra-estrutura da democracia para proporcionar o desenvolvimento. De uma maneira geral os norte-americanos apresentam algumas linhas de ação capazes de proporcionar o alcance de determinados objetivos relacionados com a democracia.

Os russos também abordam, mas de forma superficial, a questão da democracia. Afirmam que o seu planejamento militar deverá considerar a alteração da situação interna nos principais países do mundo, em particular a renúncia a certos componentes da democracia. Especial atenção é dedicada aos países integrantes da CEI. Em relação a estes deve-se ainda observar os casos de instabilidade étnica, envolvendo principalmente as etnias russas, e política. O documento chinês, por sua vez, não possui uma abordagem específica relacionada ao tema em lide.

Há um outro assunto que aflige as três nações e que consta de suas Estratégias de Segurança: aquele que trata de crimes transnacionais, em especial o tráfico de drogas. Os EUA afirmam que Estados com instituições fracas e com altos índices de corrupção são vulneráveis aos cartéis de droga. Quando é analisada a situação existente no seu entorno continental quanto a essa prática afirma que é preciso continuar a apoiar a Colômbia na obtenção de sua segurança. Além disso, este país é reconhecido como sendo o maior responsável pela existência desta atividade criminosa, e conclui que tal problema na região compromete também a segurança norte-americana.

Os russos entendem que o narcotráfico e o crime organizado são ameaças político-militares e que devido às suas especificidades é preciso haver cooperação internacional para que o

combate se dê eficientemente. De outra forma, considera como ameaça trans-fronteiriça a utilização do seu território nacional como trânsito para o transporte de drogas a outros países, e também a prática de crimes que tenham escala suficiente para ameaçar sua segurança político-militar ou a estabilidade do território de seus aliados. É mostrado ainda que o planejamento militar russo deve levar em conta esse tipo de ameaça, e deve-se ficar atento ao Afeganistão, pois é conhecida a existência de contrabando de ilícitos deste país para a Rússia através das regiões adjacentes à Ásia Central.

A China afirma que tem se intensificado o combate aos crimes transnacionais e que o tráfico de drogas é percebido como uma ameaça não-tradicional. Relata, assim como a Rússia, que no combate aos crimes transnacionais e ao narcotráfico deve haver cooperação internacional, e que russos e norte-americanos, entre outros, são considerados parceiros nesta empreitada.

Outro tema abordado pelos três documentos diz respeito à percepção de ameaça de origem ambiental. Os norte-americanos, dentro da proposta de desencadear uma nova era de crescimento econômico, consideram as questões ambientais relevantes. Eles estão preocupados, assim afirmam, com o aquecimento global e pretendem reduzir a emissão de gases poluentes.

Os chineses declaram, em relação à segurança ambiental, que a cooperação internacional tem aumentado e que a redução de impactos de desastres ambientais tem se intensificado. Objetivando promover a segurança e mantê-las em níveis considerados satisfatórios observam que atenderão à nova visão mundial acerca da segurança ambiental realizando as adaptações que se fizerem necessárias no setor. Russos não abordaram o tema em lide.

Como pôde também ser visto no primeiro capítulo deste trabalho – item “Segurança” – a ameaça ambiental tem merecido a atenção dos Estados, e alguns autores de reconhecida importância quanto à análise de conjunturas internacionais abordaram o tema, relacionando-o inclusive ao desenvolvimento econômico. Este tipo de ameaça serviu, é bom lembrar, para exposição da idéia de existência de um vínculo entre segurança nacional e a sobrevivência humana.

Norte-americanos e chineses esboçaram possuir ainda preocupação com mais um aspecto com potencial de desestabilizar as relações de segurança: a escassez energética. Os primeiros, ao discorrerem sobre o crescimento econômico como um fator capaz de aumentar os níveis de segurança, declaram a necessidade de expandir as fontes e tipos de energia fornecidos globalmente, bem como desenvolver tecnologias mais limpas e mais eficientes em termos

energéticos. A China aborda este tema afirmando que existe cooperação internacional na área de segurança energética.

Por meio de um breve relato inserido no primeiro capítulo desta dissertação o tema energia e sua respectiva escassez foi abordado quando da exposição de uma frase extraída do Relatório da CIA que atribuía o desequilíbrio entre oferta e demanda energética ao crescimento econômico global - particularmente o da China e da Índia -, e também quando se fez uma pequena discussão sobre sua maior fonte no mundo, o petróleo.

A leitura mais acurada dos documentos permite perceber também que muito do que é relatado visa a atingir objetivos não explicitamente declarados, a se contrapor a ameaças recônditas, e que muito das idéias expostas servem para dar base de sustentação a determinados tipos de comportamentos a serem encetados. Observa-se, neste aspecto, a preocupação que EUA e Rússia demonstram ter no que diz respeito à ameaça advinda do mundo islâmico.

Os EUA, por meio de seu documento de 2002, afirmam que quando do combate ao terrorismo darão apoio a governos islâmicos visando assegurar que as condições e ideologias que promovem o terrorismo não encontrem solo fértil em nação alguma. De outra forma, norteamericanos, no contexto da defesa da dignidade humana, afirmam que atuarão para que haja a tolerância religiosa no mundo.

Os russos, por sua vez, estabelecem como ameaça as atividades de sociedades e agrupamentos religiosos radicais, pois, assim como uma série de outras ameaças citadas, a deste tipo exige a cooperação internacional. Consideram como ameaça externa o exercício de atividades de agrupamentos radicais internacionais, mais especificamente o fortalecimento de posições de extremismo islâmico perto das fronteiras russas. Como ameaça interna considera ameaçador as atividades de movimentos separatistas e religioso-nacionalistas radicais na FR, e como ameaça trans-fronteiriça o exercício de atividades – apoiadas de fora da Rússia - de agrupamentos subversivos separatistas e a ação de extremistas nacionais ou religiosos cujo objetivo seja abalar o regime constitucional da Rússia ou criar ameaça à sua integridade territorial. Considera que a possibilidade de repetição da ameaça do extremismo islâmico ensejaria novas missões político-militares e suscitaria uma alteração do grupamento de forças e meios localizados na Área Estratégica Sul. O documento russo, ao expor esse tema deixa claro a preocupação existente com a presença do islã na região do Cáucaso.

A China, por sua vez, não cita em momento algum qualquer tipo de problema relacionado ao Islã e nem tampouco aborda alguma percepção de ameaça de fundo religioso.

De fato, o mundo islâmico vem sendo objeto de atenção e de significativos estudos, e “percepções de ameaças” que envolvem este mundo se ampliaram consideravelmente. No

primeiro capítulo deste trabalho afirmou-se que é preciso observar o comportamento muçulmano, em especial o desenvolvimento de sua forma mais extremista, e que o islã é visto como fonte de proliferação nuclear e terrorismo na Europa. Estabeleceu-se inclusive um inovador conceito que pretendeu, por meio de uma sigla, transcodificar a sensação de insegurança causada por atos praticados por muçumanos extremistas, o MESS (*Muslim Extremism Scare Security*).

Um antigo – e ainda atual – fator perturbador da ordem mundial com intensos reflexos na manutenção do *status quo* da segurança não foi esquecido pelos países: a integridade territorial. As já mencionadas ameaças trans-fronteiriças de exercício de atividades – apoiadas de fora da Rússia - de agrupamentos subversivos separatistas e a ação de extremistas nacionais ou religiosos cujo objetivo seja abalar o regime constitucional da Rússia (ou criar ameaça à sua integridade territorial), e a ameaça interna do exercício de movimentos separatistas e religiosos-nacionalistas radicais na FR permitem perceber a preocupação com a fragmentação das fronteiras da Rússia e com uma possível desestabilização do novo arcabouço geopolítico da Ásia e da Europa do leste. A Rússia declara enfaticamente que a comunidade internacional deve reconhecer de maneira incondicional a integridade territorial russa e respeitar o seu direito de lutar contra o terrorismo em todas as suas formas. Nessa correlação entre território e terrorismo a região do Cáucaso emerge facilmente. De fato, há várias passagens no texto que, ainda que de forma subliminar, ressalta a preocupação dos russos com o que ocorre nesta região. A questão territorial chinesa pode ser considerada mais uma vez a situação de Taiwan. Os EUA não abordam este tipo de questão.

Há ainda um tema hoje bastante presente nas Relações Internacionais em que o primeiro capítulo abordou, o desarmamento. É sabido a existência de conferências e encontros para tratar de assuntos desta natureza. O documento norte-americano ressalta a existência do tratado firmado entre os EUA e a Rússia: o Tratado de Moscou sobre Reduções Estratégicas.

A China, por sua vez, dedica um capítulo inteiro ao tema: “O Controle de Armas, o Desarmamento e a Não-Proliferação”. Afirma que progressos têm sido feitos nesta área e que a proliferação das ADM afetam a situação internacional da segurança, e que a Não-Proliferação é um tema em que se percebe que há consenso mundial. Relata ainda quatro ações que podem ser encetadas de modo a contribuir com a Conferência de Desarmamento da ONU: o desarmamento nuclear; o *Fissile Material Cut-off Treaty* (FMCT); o provimento de segurança para Estados que não possuem armas nucleares; e a prevenção de corrida armamentista no espaço. Aborda mais adiante e de maneira breve a Convenção de Armas Biológicas (BWC) e a preocupação de que suas deliberações sejam acatadas pela comunidade internacional.

O Poder Militar

Os três países reconhecem que as ameaças têm diferentes origens e que existem diversos meios de combatê-las. Mas especial atenção foi dada ao poder militar. Este foi um tema recorrente nos três documentos analisados. É consenso que, apesar de vivermos uma Nova Ordem Mundial, o poder militar ainda se constitui na mais forte expressão capaz de enfrentar outro poder militar, bem como enfrentar determinadas ameaças novas. Ele também é visto como aquele que servirá de esteio para a consolidação da grandeza almejada por cada um dentro do cenário internacional.

Um aspecto singular é exposto nos documentos russo e chinês. É o que diz respeito à redução do contingente militar. Russos afirmam que vêm reduzindo constantemente - desde 1992 - o número de militares, e seu efetivo é hoje mais de 50% menor se comparado com o início da década de 1990: de mais de dois milhões e meio de profissionais passou a ter cerca de um milhão. Os chineses mostram também que reduziram o efetivo do PLA, e essa redução foi de quase 50%, e a implementação de redução foi acompanhada da preocupação da melhoria das capacidades humanas neste setor. Os norte-americanos não comentam sobre quaisquer alterações em seu contingente.

Os EUA logo no início de seu texto ressaltam a importância de seu poder militar afirmando ser o país o hegemônico nas Relações Internacionais, dono de uma incomparável força militar e que fará uso deste poder e desta força na manutenção da estabilidade mundial. Da mesma forma que os EUA se preocupam com os novos tipos de ameaças e estabelecem estratégias específicas para se contrapor a elas, eles têm em mente também que em determinadas áreas, principalmente a militar, é obrigatório continuar o desenvolvimento de esforços a fim de aproveitar a expertise alcançada e, dessa forma, ter a sensação de segurança garantida no mais alto patamar possível. Neste aspecto eles almejam, entre outros, manter-se em vantagem na capacidade de projetar o poderio militar a grandes distâncias, no desenvolvimento de armas de precisão e na capacidade de desenvolver pesquisa espacial e de inteligência.

O documento russo em seu início estabelece que a importância da força militar no mundo pós-bipolar não diminuiu. Acrescenta que no início do século XXI evidenciaram-se processos de aumento de sua importância com a finalidade de assegurar interesses políticos e econômicos no mundo. O poder militar será ainda o responsável por colocar de novo a Rússia no topo das Relações Internacionais. Assim a existência de Forças Armadas fortes e modernas tem um significado geopolítico: o seu fortalecimento se constituirá em uma prevenção contra um possível desmoronamento do sistema de RI baseado nos princípios do direito internacional.

Da mesma forma, o documento chinês relata em suas primeiras páginas que o fator militar desempenha um grande papel em relação à manutenção da segurança, e acrescenta que a RAM vem ganhando importância neste cenário.

Um ponto comum existente nos documentos analisados trata da necessidade de transformação das forças militares. Os EUA declaram que, em apoio às ações preemptivas, deverão continuar a operar mudanças em suas forças militares, visando assegurar a capacidade de conduzir operações rápidas e precisas. A OTAN deve, segundo o documento norte-americano, tornar flexíveis suas estruturas de comando de modo a atender às novas demandas operacionais e às exigências a elas associadas. Deve também treinar, integrar e testar novas configurações de forças, e transformá-las e modernizá-las visando manter a capacidade de trabalhar e lutar conjuntamente.

O documento russo afirma que a Rússia realizou uma série de transformações de cunho político-militar e que as novas relações com os EUA e com países industrializados exerceram influência na reconfiguração de suas Forças Armadas.

A China também demonstra querer adequar suas forças, pois, segundo o documento, muitos países estão realizando ajustes na sua segurança, em suas estratégias militares, transformando suas Forças Armadas por meio do desenvolvimento de armas e equipamentos militares *high-tech*, e reformulando suas doutrinas. O documento chinês mostra que o papel do poder militar está assumindo grande proeminência, e, por isso, é preciso aprofundar reformas de suas Forças Armadas. Foi possível perceber também a preocupação quanto às reformas quando há a afirmação de que o PLA deverá se aperfeiçoar de modo a ser capaz de assimilar as transformações da guerra moderna. É preciso ainda, segundo o documento chinês, modernizar sua defesa nacional e caminhar na direção do desenvolvimento militar aderindo à política de coordenação militar.

De outra forma, norte-americanos e russos abordaram sobre suas Forças Armadas e sobre seu poder militar sem tocar em aspectos particulares ligados às suas forças componentes. Os chineses, no entanto, foram mais específicos. Especial atenção foi dada ao PLA. Ele é a principal força estratégica chinesa e a segurança nacional do país está fortemente baseada nele. O PLA deverá continuar com o desenvolvimento do processo de reforma, modernização e inovação, e desenvolver teorias militares com um espírito inovador, e conduzir operações sob condições de informatização e sob o conceito de tropas menores, melhores, mais integradas e mais eficientes. A Marinha chinesa também foi objeto de consideração. De acordo com o princípio de “menor, mas mais eficientes tropas”, ela teve reduzida sua cadeia de comando e reorganizou suas forças de combate criando uma força de combate anfíbia. Há ainda a intenção

de desenvolvimento de navios de combate e de aviões que realizem atividades especiais. Em relação à sua Força Aérea, ela está sendo gradualmente transformada. De uma posição de defesa aérea territorial existe a concepção de aumentar seu espectro de atuação para ser capaz de efetuar ações defensivas e ofensivas. Não há, no entanto, qualquer exposição sobre seu desenvolvimento técnico-científico-militar espacial, que sabidamente ocorre e é gerenciado pelo PLA, conforme abordado no item anterior.

Em diversos outros pontos dos três documentos as forças militares são lembradas e vistas como um meio de solucionar problemas afetos à segurança. No documento confeccionado pelos norte-americanos isso se dá de forma mais intensa quase ao seu final, no capítulo que trata da necessidade de transformação das instituições de segurança nacional. Segundo o documento dos EUA, o século XXI se configura em um tempo de reafirmar o papel essencial do poderio militar norte-americano, e que a grande prioridade de seus militares é defender o país. É exposto até como, e de que forma, isso se dará: deve-se assegurar aliados e amigos; dissuadir competições militares futuras; conter as ameaças contra interesses dos EUA, de seus aliados e de seus amigos; e derrotar de forma decisiva qualquer adversário caso a contenção venha a falhar. Afirmam ainda que suas forças com o seu poderio sem paralelo asseguram a paz em regiões estratégicas e que deve haver uma concentração nos múltiplos modos do inimigo realizar um ataque, e não especificamente onde e quando uma batalha pode ocorrer. Mais adiante é exposto que face à incerteza e à necessidade de enfrentar os desafios da segurança os EUA necessitarão ter mais bases e postos avançados na Europa Ocidental e no Nordeste da Ásia, e que isso é um símbolo do compromisso norte-americano com aliados e amigos.

Os russos mostram a necessidade de propiciar melhoria das capacidades de suas Forças Armadas a fim de torná-las capazes de proporcionar, de forma adequada, a óbvia função de segurança, e a de exercer também um papel geopolítico de significância, bem como torná-las responsável pela elevação de sua posição nas relações entre Estados. Afirmam que é preciso possuir Forças Armadas modernas e eficientes, e que a consecução desta meta é uma das condições para que sua integração no sistema de Relações Internacionais ocorra. Expõe ainda que é preciso que haja o entendimento que o emprego da força militar é hoje muito mais freqüente, servindo inclusive para assegurar interesses econômicos e o combate ao terrorismo.

O terrorismo, com a ampliação de seu espectro e, em decorrência, a necessidade de combatê-lo, aumentou a área de atuação das Forças Armadas russas. A Rússia mostra claramente que se preocupa com o desenvolvimento de forças militares estrangeiras, principalmente as que se estabelecem e são posicionadas perto de suas fronteiras. Elas são

percebidas como ameaças externas. Já a formação de grupos e formações armadas com o objetivo de infiltração e atuação no território russo é considerada uma ameaça trans-fronteiriça. A segurança, afirma o documento, não poderá ser plenamente alcançada somente por meios políticos. O emprego de forças militares estará sempre presente, haja vista a mudança das formas e métodos político-militares, e a existência de um novo tipo de oposição militar e de combate.

O documento russo, com sua abordagem militar bem mais expressiva que a dos demais, dedica ainda um capítulo inteiro ao estudo e ao estabelecimento das missões das Forças Armadas. Elas estariam divididas em quatro grandes grupos: as que visam a obstaculização das ameaças militares e político-militares à segurança ou aos interesses da Rússia; as que devem garantir os interesses econômicos e políticos da FR; as realizadas por suas forças em tempo de paz; e as que envolvem o emprego de forças militares em guerras. Dentro de cada grupo citado há uma série de tarefas que são vistas como necessárias a se empreender. Há também a descrição de sete prioridades da construção das Forças Armadas da Rússia.

Assim como os russos, os chineses relatam que o desenvolvimento de atividades militares perto das fronteiras também é visto como um fator perturbador da segurança. O aumento das atividades militares do Japão e a criação de seu sistema de defesa anti-mísseis, a ameaça nuclear da Coreia do Norte e o apoio dos EUA à Taiwan são para os chineses exemplos de fatores perturbadores e causadores de instabilidade. No capítulo II do texto chinês é mostrada claramente a relação existente entre a segurança e o poder militar quando se afirma que a principal tarefa em termos de segurança a ser implementada é a modernização do seu sistema de defesa e de suas Forças Armadas. É de responsabilidade das FFAA também agirem naquilo que é considerado o maior problema geopolítico da China, a intenção de separação de Taiwan. O governo continua fiel aos princípios de “reunião pacífica” e “um país, dois sistemas”, e impedirá qualquer interferência internacional, bem como o estabelecimento de qualquer aliança militar estrangeira com Taiwan.

O espaço que o poder militar ocupa nos três documentos permite inferir que a possibilidade de participação em guerras é uma realidade latente. De fato, os EUA abordam em seu texto que a luta contra o terrorismo se dá nos moldes de uma guerra. Essa afirmação, apesar de conter certa dose de exagero, contribui para o entendimento - consensual - de que hoje a guerra, suas formas de ocorrência, bem como seus objetivos são muito mais abrangentes e diversificados, conforme declaram norte-americanos. Ocorre maior preocupação com a forma de realização de ataque do que onde e quando ela poderá ocorrer.

O texto russo trata da guerra por diversas vezes e em variados aspectos. Há a indicação do receio de sofrer ataque militar do exterior e isso é caracterizado como uma ameaça externa. Além disso, o texto sustenta que a guerra é um acontecimento que preocupa o governo russo, pois dedica um capítulo inteiro sobre o caráter das guerras e dos conflitos armados modernos. Nele são relatadas várias características do novo conflito armado, tais como a importância da tomada de iniciativa estratégica e a que estabelece que a vitória se dá quando há a implantação dos objetivos políticos durante o conflito armado. Há ainda uma série de outras, entre elas, aquela que estabelece as capacidades que os russos deverão possuir, em relação às suas Forças Armadas, para fazer frente às diferentes modalidades de guerra.

Os chineses afirmam que convivemos hoje com combates de natureza assimétrica, não-contínua e não-linear, e que o PLA deve se preparar para enfrentar conflitos locais e desenvolver novas estratégias, além de ser capaz de aumentar a sua eficiência e seu potencial de fazer guerras.

O Conflito no Século XXI

Antes de analisar as abordagens sobre conflitos contidas nas estratégias de segurança é conveniente dizer inicialmente que EUA, Rússia e China externaram preocupação com a paz no âmbito das Relações Internacionais, e que no século XX, com a criação da ONU, a solução de conflitos e o estabelecimento da paz passou a ser objeto de discussão entre seus Estados-membros.

Foi possível observar em relação a este tema diferenças entre os documentos analisados. Os norte-americanos foram mais enfáticos e diretos ao afirmarem que defenderão a paz lutando contra terroristas e tiranos; que preservarão a paz construindo boas relações com as grandes potências; que ampliarão a paz incentivando sociedades livres e abertas em todos os continentes; e que no novo mundo no qual ingressamos o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação.

Os russos demonstraram possuir preocupação com as forças de paz da ONU e estabeleceram como uma das missões de suas Forças Armadas a realização de Operações de Paz, sob mandato da ONU ou da CEI. Mas não somente a de manutenção, também a de imposição da paz.

Os chineses afirmam que o PLA continuará participando de forças mantenedoras da paz sob a égide da ONU. É relatado que a primeira vez que a China participou de operações deste tipo foi em 1990, e desde este ano já foram enviados, segundo o documento, mais de três mil

observadores militares a treze operações, e a sua participação não se dá somente em países asiáticos, mas inclui também os situados em outros continentes. O documento norte-americano, apesar de procurar ser abrangente, não aborda as operações de paz, apesar de sabidamente terem participado de várias delas.

Em relação aos conflitos propriamente dito, a Estratégia de Segurança dos EUA trata em um dos seus capítulos da necessidade de se trabalhar conjuntamente para neutralizar os de natureza regionais onde quer que eles ocorram no globo terrestre, pensamento que, em parte, difere da Rússia e China, preocupados muito mais com o seu entorno geográfico próximo, ou pouco distante. No documento norte-americano especial atenção foi dada ao Oriente Médio pela existência do embate israelense-palestino, sendo que os EUA se declaram a favor da criação do Estado Palestino na região. Na Ásia os seus olhares se voltam para o conflito ente Índia e Paquistão desejando a sua resolução. Em relação ao continente americano há a valorização da Cúpula das Américas, da OEA, e da Conferência Ministerial da Defesa das Américas. A África, segundo o documento, representa uma ameaça quanto à preservação dos valores afetos à dignidade humana, onde as maiorias das guerras são travadas com base em diferença étnicas e religiosas, e há a afirmação de que a liberdade política e econômica é a rota mais segura para o seu progresso.

Os russos, assim como a chineses, e diferentemente do que diz respeito aos norte-americanos, estão inseridos em um contexto geopolítico instável, onde conflitos regionais próximos não são raros. O documento russo ressalta a importância dos conflitos regionais, e acredita que, apesar de ocorrerem em território restrito, fazem uso e empregam forças e meios localizados fora desse território. A eles, da mesma forma que ao terrorismo, deverá ser dada especial atenção. Conflitos envolvendo os países componentes da CEI se revestem em especial atenção e o planejamento militar russo deve ser até mesmo revisto, se necessário, visando a aplacar instabilidades étnicas – envolvendo principalmente etnias russas – e políticas na região. A Rússia vai mais além e considera ameaça também a entrada de tropas estrangeiras nos territórios dos países limítrofes sem o consentimento da FR e do Conselho de Segurança da ONU.

O documento chinês mostra que os conflitos locais são fruto, principalmente, de desavenças geopolíticas, étnicas e religiosas que interagem com contradições políticas e econômicas e que esta combinação resulta em guerras locais e em conflitos armados de maior abrangência. Verifica-se que o entorno da China, tal qual o da Rússia, tem merecido especial atenção por parte dos chineses. Eles trabalham objetivando minimizar a ocorrência de conflitos próximos às suas fronteiras e assim aumentar a sua sensação de segurança.

Ainda segundo o documento chinês há instituições regionais que contribuem para o fortalecimento das relações entre os países e, dessa forma, minimizam a ocorrência de conflitos e incrementam a sensação de segurança. Inseridos neste contexto a SCO tem proporcionado cooperação na promoção da paz e da estabilidade, e a ASEAN vem promovendo uma relação de confiança mútua. De outra forma, uma relação é especialmente preocupante para os chineses, a que se dá com Taiwan. A simples existência do movimento *Taiwan Independence* é avaliado como sendo por demais perturbador, e a venda de armas pelos EUA à ilha taiwanesa tem sido considerado um fator de desestabilização da região.

O conflito armado possui mais considerações nos textos estudados. Este tipo de conflito hoje não tem mais a mesma conformação de antes. Em relação a isso os EUA fazem algumas observações. Relatam, quando abordam a ameaça do terrorismo, que deverá ser travada uma guerra em muitas frentes, e contra um inimigo intangível. Os EUA acreditam também, nunca é pouco frisar, que deve haver uma maior concentração no modo com o qual o adversário poderá vir a atacar do que em onde e quando a guerra pode ocorrer.

Os russos listam uma série de peculiaridades percebidas nos combates realizados entre o final do século XX e o início do XXI: não foi identificado um tipo generalizado de conflito armado; os conflitos foram em sua maioria assimétricos e ocorreram em território restrito; cresceu de importância a iniciativa inicial e o uso de armamentos de alta precisão e de longo alcance. É exposto também um quadro comparativo entre as características vigentes nos conflitos do século XX e as que se consolidarão até o ano de 2030. O documento russo afirma também que o conflito hoje é mais abrangente e visa, além do território, a economia do país e toda a sua infra-estrutura, e sua população civil.

Os chineses mostram, de forma mais enfática do que norte-americanos e russos, a predominância de conflitos assimétricos no cenário internacional, e que novas tecnologias devem ser apropriadas e usadas em campos de batalha. Além disso, relatam que a RAM deve ser desenvolvida com características chinesas, e que o PLA deverá se adequar ao novo estilo de se fazer a guerra.

O Desenvolvimento Econômico e a Segurança

Grande parte das nações são preocupadas com o seu desenvolvimento econômico e com relação a EUA, Rússia e China isso não é diferente, pois se acredita que economias em expansão possam, de certa forma, inibir o desencadeamento de atos que possam afetar a

segurança. Ademais, o ataque à economia de *outrem* é um fator gerador de insegurança no país atacado.

Os EUA declaram que apóiam a participação da Rússia e da China na OMC, e que para a promoção do crescimento econômico global levam em conta as questões ambientais, além das trabalhistas e das relacionadas à segurança energética. Afirmam que a preocupação com o desenvolvimento econômico não se restringe a si próprios, eles querem desencadear uma era de crescimento global por meio da liberdade de mercado e do livre-comércio. A prosperidade junto com a liberdade contribui para o estabelecimento de economias fortes e otimiza a segurança nacional. Os EUA afirmam querer contribuir até mesmo para a consecução de uma meta um pouco fantasiosa nessa área: duplicar o tamanho das economias mais pobres do mundo no prazo de uma década (a partir de 2002). Em que pese o valor questionável dessa afirmativa, ela serve para perceber o quanto os norte-americanos acreditam que o desenvolvimento econômico pode contribuir para o alcance de um nível maior de segurança mundial. Foi ainda estipulado, e relatado no documento estudado, medidas a serem postas em prática que facilitariam o alcance dessa proposta de duplicação, dentre elas, abrir sociedades ao comércio e investimentos e fornecer recursos a fim de proporcionar ajuda aos países que enfrentarão o desafio de reformas internas, pois esses desafios são as verdadeiras engrenagens do crescimento econômico.

Por sua vez, o documento russo afirma que interesses econômicos tornaram-se complexos e têm adquirido cada vez mais importância na política externa dos países, e que hoje o emprego da força militar para assegurar interesses econômicos é muito mais frequente. Estabelece também como sendo uma ameaça interna russa o planejamento, a preparação e a realização de ações que possam vir a afetar a economia nacional russa, e que hoje o conflito armado, tomado em determinados cenários típicos, visa atingir a economia inimiga e toda sua respectiva infraestrutura. Há ainda a descrição de que a garantia dos interesses econômicos da Rússia é uma das missões de suas Forças Armadas, e que isso inclui a criação das condições de segurança para o exercício da atividade econômica russa e a realização de operações com o emprego das FFAA em regiões de interesse econômico do país.

O *China's National Defense* afirma que determinados conflitos de natureza local ocorrem onde há contradições econômicas, e que há esforços conjuntos sendo realizados visando minimizar essas contradições. Dessa forma, a APEC tem tido um importante papel na promoção do desenvolvimento econômico comum e a SCO, além do trato de assuntos relacionados à segurança, também tem se mostrado um relevante agente promotor de cooperação nesta área. A ASEAN, da mesma forma, pode ser considerada responsável por

parte do incremento do desenvolvimento das economias regionais asiáticas. Por fim, afirma-se que a China, visando manter sua segurança nacional em níveis satisfatórios, deve ser capaz de salvaguardar seus interesses e de seu povo quando da prática do desenvolvimento econômico nacional e praticar sua política de coordenação militar em consonância com este desenvolvimento.

Tecnologia e RAM

Tecnologia e RAM são assuntos tratados nos três documentos. Elas andam lado-a-lado dando conformidade às novas ações a serem implementadas para combater ameaças e proporcionar maior sensação de segurança. Apesar de todos abordarem transformações tecnológicas e científicas no tocante a assuntos militares e de comportamento no campo de batalha, os russos, e mais ainda, os chineses, abordam mais exaustivamente o tema. A China, em diversas passagens cita literalmente a RAM, o que não ocorre nos outros dois textos.

Segundo o documento norte-americano as ameaças mais preocupantes são as advindas do uso de tecnologias catastróficas existentes nas mãos de poucos. A existência dos *rogue states* também é visto como preocupante à medida que estão determinados a adquirir tecnologias militares avançadas para patrocinar ataques terroristas.

A tecnologia é vista ainda como uma ótima oportunidade para transformar a OTAN e provê-la de capacidades de dominar agressores em potencial e diminuir vulnerabilidades. Outra questão abordada fala da necessidade de aproveitar ao máximo a ciência e a tecnologia para o estabelecimento de capacidades em áreas tais como o sensoriamento remoto avançado; ataques a longas distâncias; e alterações nas manobras e nas forças expedicionárias. Conclui que isso irá preservar a capacidade norte-americana de se opor-se aos inimigos. Há, no entanto, uma colocação crítica em relação à China devido ao fato de buscar obter capacidades militares avançadas.

O documento russo declara que foi estabelecido como prioridade o desenvolvimento de armamentos, equipamentos militares e o aperfeiçoamento da ciência e do ensino militar, e, visando realizar reforma do complexo científico-militar, foram traçados objetivos para o desenvolvimento avançado da teoria de construção, da técnica militar e da preparação e aplicação das FFAA. Além disso, afirma-se que está em andamento a realização do programa de introdução de novos sistemas de análise complexa de situação e de previsão, bem como a busca do aperfeiçoamento do complexo científico-militar das Forças Armadas. Ademais, o governo russo criou o comitê estatal de encomenda para Defesa com o objetivo de centralizar

os pedidos e fornecimento de armamentos e material bélico para o Ministério da Defesa, e foi ressaltado no documento a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do conhecimento profissional e habilidades de pessoal.

O documento chinês é muito focado em tecnologia, e isso está presente em vários aspectos da segurança considerados importantes. Afirma que o PLA deverá trabalhar para melhorar suas capacidades de combate tirando vantagens da ciência e de novas tecnologias; que armas *high-tech* deverão substituir armas obsoletas e que homens deverão ser treinados e estarem aptos a lidar com novas armas e com novos métodos. Os chineses asseveram que o poder militar fará uso intensivo da ciência e da tecnologia, e que a RAM, principal campo de aplicação de novas tecnologias na guerra, está ganhando importância. Assim, com vistas a manter a segurança nacional em níveis satisfatórios, estabeleceu-se realizar um acompanhamento da RAM no cenário internacional.

O documento chinês tem até mesmo um capítulo inteiro dedicado a discutir as RAM naquilo que lhe interessa. Ele tem por título “RAM com características chinesas”. Não deixa de abordar que essa Revolução se dá também com a mudança do perfil do soldado: é preciso ter menos homens, mas mais capacitados, e ter, menor, mas mais eficientes tropas. Corroborando com tal idéia foi implementado um projeto para prover o PLA de um contingente de oficiais capazes de formar Forças Armadas informatizadas, e, em consequência disso, mais de 70% da oficialidade do PLA possuem sólida formação acadêmica. Para o desenvolvimento da RAM, computadores e equipamentos da tecnologia da informação estão sendo gradualmente introduzidos em operações militares de rotina. O PLA está acelerando a modernização de armas e equipamentos, dando prioridade para o desenvolvimento de novas tecnologias. Mais adiante no capítulo intitulado “Ciência, Tecnologia e Indústria Nacional de Defesa”, é mostrado que, de acordo com o objetivo de implementar a RAM com características chinesas, a ciência, a tecnologia e a indústria devem proporcionar a aceleração de pesquisas e produção de novas armas.

O Terrorismo

O terrorismo é, além da maior percepção de ameaça dos EUA, uma ocorrência que também causa preocupação à Rússia e à China. Os norte-americanos em especial estão travando, segundo afirmam, uma guerra contra o terrorismo de alcance global, e contra uma forma premeditada de violência politicamente motivada perpetrada contra inocentes, sendo que a inteligência - e seus atos pertinentes - é a principal ferramenta de defesa a ser empregada.

Afirma-se também que os EUA são hoje menos ameaçados por Estados conquistadores do que por Estados-falidos, e menos por esquadras e exércitos do que por tecnologias catastróficas passíveis de uso por terroristas. Mais adiante é mostrado a necessidade de fortalecer as alianças para derrotar o novo terrorismo global e impedir ataques contra o país e amigos. Apesar de considerar a formação de alianças importante, o agir sozinho é uma opção a ser avaliada.

Ainda em relação ao terrorismo há uma série de ações descritas passíveis de serem implementadas objetivando desorganizar o seu financiamento. Entendem os norte-americanos que qualquer um que preste ajuda aos praticantes de atos terroristas serão também considerados como tais. Neste ponto deixam claro a possibilidade do emprego preventivo e preemptivo de suas forças ao afirmar que a defesa do país se dar-se-á dentro ou fora de seu território, identificando e destruindo a ameaça antes que ela chegue às suas fronteiras. De outra forma, ressalta a importância de prestar apoio a governos do mundo islâmico a fim de evitar a proliferação do terrorismo.

O documento russo define o terrorismo como uma ameaça trans-fronteiriça, deixa claro também que a luta contra o terror tem que existir e deve ser tratada com especial atenção, e inclui esta luta até mesmo como item relevante para o cumprimento de uma das missões de suas Forças Armadas. A implementação deste combate é uma de suas prioridades. A existência de alianças também é vista como sendo algo importante, e sendo assim, os russos prestarão apoio aos EUA no combate ao terrorismo internacional, mas relatam que ele deve ser baseado nas normas do direito internacional e no respeito mútuo de interesses nacionais. A Rússia estabelece ainda que não há divisão entre terrorismo externo ou interno, e que este tipo de ameaça teve sua natureza transformada de estritamente política para político-militar implicando em uma ampliação da área de responsabilidade de suas Forças Armadas.

O documento da China relata que a ameaça representada pelo terrorismo, além do separatismo e extremismo, é considerada grave e que é difícil atacar e eliminar as causas, sendo obrigatório travar uma longa luta contra ele, e ainda, que os chineses têm procurado manter diálogo com os EUA nesta área. Inserido no contexto da cooperação internacional, o PLA deverá servir como um dos meios a ser usado no combate ao terrorismo, e exercícios bilaterais estão sendo realizados com o Paquistão com este mesmo objetivo.

As Armas de Destruição em Massa

Os três documentos abordam as ADM considerando-as uma significativa ameaça. O norte-americano afirma que este tipo de arma se configura em uma real possibilidade de emprego,

diferentemente do que acontecia até o fim da Guerra Fria quando eram consideradas armas a serem usadas somente em última instância, e que os *rogue states* estão determinados a adquirir armas nucleares, biológicas e químicas a fim de poder praticar atos de terror mais eficazes. É mostrado que este tipo de ameaça vem crescendo e alargando seu espectro de alcance, obrigando ao estabelecimento de estratégias de combate. Uma delas é a realização da já mencionada contra-proliferação (as ameaças originárias da utilização de ADM devem ser contidas e defendidas antes que sejam desencadeadas), e uma outra diz respeito à administração eficaz das conseqüências geradas pelo seu uso, desestimulando e dissuadindo a sua posse. Afirma-se que é certo a possibilidade de seu emprego, pois *rogue states* e terroristas não usam meios convencionais de ataque, preferem as ADM, armas facilmente escondidas, clandestinamente transportadas e lançadas sem aviso prévio.

O documento russo também considera a proliferação das ADM uma ameaça a ser enfrentada, mas que exige a cooperação internacional visando ao seu combate. No subitem “A Avaliação da Ameaça” está claramente exposto que o desenvolvimento de Armas de Destruição em Massa por organizações, países e movimentos se configura em uma ameaça externa, e que não somente a arma em si pode ser percebida como uma fonte ameaçadora, mas também a proliferação de equipamentos, tecnologias e componentes pertinentes. Mais especificamente, os russos consideram a pesquisa científica e a realização de testes, bem como decisões políticas sobre a intensificação de uso de armas nucleares como sendo um fator capaz de abalar a estabilidade global e regional.

No documento chinês, em seu último capítulo, afirma-se que as ADM e a sua proliferação afeta a situação internacional de segurança e que a Resolução 1540 do Conselho de Segurança da ONU, que visa impedir o seu uso e acesso, deve ser efetivamente implementada no cenário mundial. É exposto também que é preciso apoiar a Conferência do Desarmamento da ONU para que, entre outras coisas, instaure-se o desarmamento nuclear. Há também a preocupação de que a Convenção de Armas Biológicas (BWC) tenha suas deliberações acatadas, o que contribuiria para a redução do potencial de emprego desse tipo de arma. A China mostra que tem participado da CWC e contribuído para a universalização do TNP, e atenção tem sido dada para o estabelecimento das chamadas Zonas Livres de Ameaça Nuclear na Ásia Central.

Foi possível observar nos três documentos preocupações específicas concernentes às armas nucleares, havendo abordagens quanto à sua utilização de modo ofensivo, bem como afirmações em relação à sua redução e quanto ao perigo de seu emprego. Os EUA demonstram apreensão com a posse deste tipo de armamento por parte do Irã e da Coreia do Norte, e consideram a existência de uma corrida armamentista nuclear uma ameaça crescente a todas as

nações. O Tratado de Moscou sobre Reduções Estratégicas celebrado entre a Rússia e os EUA é outro exemplo da preocupação quanto à existência de armas nucleares. É mostrado haver uma fonte de atrito no relacionamento com a Índia devido ao desenvolvimento do programa nuclear indiano.

Os russos afirmam que o seu planejamento militar deve considerar a possibilidade de emprego de armamentos nucleares como um instrumento militar, e o abaixamento do limiar de aplicação deste tipo de armamento exigirá da Rússia a reestruturação do sistema de comando de suas tropas e uma reavaliação dos princípios de neutralização de ameaças. Mais ainda, uma das missões das Forças Armadas russas em relação às ameaças militares e político-militares é a utilização das Forças Nucleares Estratégicas, bem como de meios que garantam seu funcionamento e emprego. Em outra missão estabelecida, a realização de operações em tempo de paz, está descrito que deve-se manter em estado de prontidão e emprego o potencial de dissuasão nuclear.

Por fim, os chineses, ao abordarem a Segunda Força de Artilharia do PLA, afirmam que ela é responsável por dissuadir inimigos de usar armas nucleares contra a China e efetuar contra-ataques nucleares.

A Cooperação

Os EUA discutem o tema em seu documento em um capítulo, o sétimo: “Desenvolver agendas de ações cooperativas com os outros principais centros de poder global”. OTAN e a UE são consideradas as grandes parceiras nesta empreitada, sendo que a primeira declarou inclusive que também se sentiu atingida pelo ataque desferido em 11 de setembro de 2001.

O documento dos EUA contém recomendações à OTAN objetivando proporcionar maior efetividade quanto à sua atuação, como expandir sua filiação às nações dispostas a dividir o compromisso de defesa, assegurar que as forças militares filiadas contribuam quando do estabelecimento de uma coalizão de guerra e envidar esforços para que suas forças de combate sejam de fato multinacionais. Com relação à Ásia é esperado que o Japão continue a exercer o papel de líder em questões regionais, que haja um estreitamento de laços com a Coreia do Sul no sentido de manter vigilância sobre a parte norte da península coreana, e que se amplie a aliança cooperativa com a Austrália. Além disso, deseja-se que as forças mantidas na região se adaptem ao ambiente estratégico típico, e que haja uma interação com a ASEAN e com o fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico. O documento ressalta que no século XXI os russos não são mais vistos como adversários políticos e militares, e exemplos dessa nova

relação são especificados: a existência do Tratado de Moscou sobre Reduções Estratégicas; o apoio à entrada da Rússia na OMC; e a criação do Conselho Rússia-OTAN. Afirma-se também que, apesar de haver entre as duas nações entendimentos diferentes sobre valores de democracia, de livre mercado, e haver um histórico duvidoso russo no que se refere à proliferação das ADM, as oportunidades de cooperação no século XXI são muito maiores.

Os EUA enfatizam a necessidade de manter uma agenda de cooperação com Rússia e com a China. Relatam que a cooperação com a China na região da Ásia-Pacífico se reveste de grande significado no tocante à manutenção da sua estabilidade, e que já existem entendimentos bilaterais na guerra contra o terrorismo e na promoção da estabilidade da península coreana. Há, no entanto, um importante ponto de discordância com os chineses, o que diz respeito à Taiwan, pois os EUA apóiam o direito de auto-defesa da ilha.

O documento russo afirma que a ONU e o seu Conselho de Segurança são vistos como importantes na manutenção da segurança internacional. No que tange ao Conselho Rússia-OTAN afirma que ele será importante à medida que permita aperfeiçoar o sistema de comunicações e de consultas em situações de crise, além de criar procedimentos para a formação de contingentes militares conjuntos em regiões de conflito onde haja interesse do Conselho. Em outro ponto a Rússia estabelece que o combate às ameaças hoje mais presentes exige a cooperação de estruturas de forças e a formação de alianças, e que a cooperação política e econômica com os EUA, bem como a desmontagem da herança da Guerra Fria, são fatos considerados de relevância no combate às novas ameaças. Ainda em relação aos norte-americanos, os russos consideram que a cooperação bilateral pode servir também para combater a proliferação de ADM e seus equipamentos de transporte, a instabilidade étnica, os religiosos radicais e suas atividades, bem como o narcotráfico e o crime organizado. Outra parceira de relevante significado realizada na área de segurança relatada foi a que foi firmada pelos russos com os países da CEI, a Organização do Acordo de Segurança Coletiva dos países da Comunidade de Estados Independentes.

A China demonstra, por meio de seu documento, que a cooperação na área de segurança é vista como algo que deva ser buscado, pois, assim como na Estratégia de Segurança dos EUA, existe um capítulo inteiro dedicado à discussão do tema, o nono – “Cooperação Internacional em Segurança”. Neste capítulo há uma série de importantes informações. Consta que a China tem mantido diálogo com a Rússia e que, inclusive, houve um encontro em 2004 para discutir o terrorismo, e com os EUA os chineses têm discutido sobre não-proliferação, contra-terrorismo e cooperação militar bilateral em segurança. Com outros países, principalmente asiáticos já foram estabelecidos diálogos. Na região da Ásia-Pacífico a China persegue a

criação de mecanismos de cooperação no que tange, entre outras, a área de segurança. Neste aspecto a SCO, com a participação da Rússia, tem se mostrado uma organização de relevância. A ASEAN é também considerada importante por participar juntamente com a SCO no esforço de cooperação em campos de segurança não-tradicionais. Mais ainda, em 2003 a China, o Japão e a Coreia do Sul firmaram uma Declaração de Cooperação Tripartite a fim de promover o desarmamento nuclear na região. Também em 2003 e em 2004 foram enviadas delegações militares a mais de 60 países, inclusive para a Rússia e para o Japão, bem como realizados exercícios conjuntos com os EUA e alguns países asiáticos. O PLA é, também nesta área, citado como um importante elemento a desempenhar significativas ações. Ele deverá ser responsável, conforme já mostrado quando da realização de comparações pertinentes a outros temas, por realizar cooperação militar para conter o terrorismo internacional, tomar parte das forças mantenedoras de paz da ONU e participar de exercícios bilaterais e multilaterais em áreas de segurança não-tradicionais.

Por fim, de forma objetiva e conclusiva, foi possível observar que as ações de securitização, muitas das quais de natureza militar, buscam manter a sensação de segurança em níveis satisfatórios, e servem, na verdade, como uma excelente ferramenta para a consecução de uma grande estratégia similar aos três: proporcionar uma maior e respeitável inserção no cenário internacional.

Considerações Finais

O alvorecer do século XXI foi considerado emblemático para a realização de um estudo acerca de atitudes estatais vinculados à estratégia, à segurança e às novas ameaças à medida que ele evidencia um período de mudanças relacionado a estes conceitos. Além disso, estes três temas deixaram de ser monopólios das duas superpotências que existiam até o fim da Guerra Fria e passaram para o domínio multinacional, suscitando o debate e o interesse internacional sobre eles.

Na análise realizada sobre a estratégia foi relevante notar sua história de relação com a guerra e sua extrapolação do meio militar. Quanto à segurança, o conceito marcante foi a sua abrangência, que considera hoje, inclusive, o indivíduo como uma unidade passível de análise. Quanto às novas ameaças e suas percepções observou-se o aumento de seu espectro: há mais ameaças porque há mais “antigos problemas” sendo considerados como tais. Neste século é até mesmo difícil estabelecer uma linha divisória clara entre o que pode ser considerado como ameaça e o que seja um problema de qualquer ordem que requeira o engendramento de ações para que seja solucionado.

Os três temas se relacionam de forma consistente quando do estudo e implementação de ações que objetivam o combate às ameaças. Neste instante, foi possível observar a necessidade de realizar análises referentes às diferentes formas de praticar atos pertinentes: as estratégias. Foi preciso também definir em que grau a sensação de segurança é afetada a fim de encetar ações e fazer uso de meios na medida mais apropriada, e foi necessário ainda ter discernimento adequado para estabelecer o que pode ser considerado como ameaça. Esta última necessidade não é fácil realizar pois requer uma análise multidisciplinar e exige um conhecimento prévio das vulnerabilidades existentes.

Especificamente quanto aos meios a serem usados foi possível notar que exércitos, além das missões tradicionais e consagradas, possuem outras, como por exemplo, as consideradas Operações Militares de Não-Guerra. Isso fez aumentar a importância de emprego do poder militar, que, no entanto, não deixou de ser pensado em sua forma tradicional de atuação. Ademais, diante de uma ampliação e uma nova reconfiguração de responsabilidades, ele passou a integrar – sem perder o seu *status* securitizacional – um elenco de atores, governamentais e não-governamentais, responsáveis pela segurança.

O poder militar tem como associação mais direta e imediata a guerra, e, no século XX o “fazer” a guerra continua presente e sob novos matizes. Segundo Pesce¹⁵⁴, neste século talvez não se possa mais falar em tempo de guerra e tempo de paz. A distinção entre ambos os momentos praticamente não mais existe. Pode-se afirmar que, ou existe um ponto do planeta em que a guerra se faz presente, ou ela acarreta algum tipo de consequência em algum outro ponto motivado pelo simples fato de existir.

A guerra, na verdade, teve o seu sentido cognitivo expandido. Há também mais guerras porque há mais tipos de guerras acontecendo. De outra forma, Pesce afirma que o perigo representado pela existência de armas de destruição em massa eliminou a distinção entre combatentes e não-combatentes, bem como a distinção entre zonas de combate e de retaguarda.¹⁵⁵

Além do poder militar e guerra, em todo o desenvolvimento do trabalho procurou-se realizar análises que clarificassem o entendimento das Estratégias de Segurança Nacional dos EUA, Rússia e China e que, além disso, dessem sustentação a hipótese de os documentos pertinentes a cada um desses países terem sido confeccionados com o intuito de propiciar um incremento da sensação de segurança, e ainda, que serviram também para expressar e dar consistência a um desejo - por cada um deles - de buscar maior inserção no cenário mundial. Foi possível observar que o combate às novas ameaças foi o mote que serviu de alicerce para que esta maior inserção se desse, e para que norte-americanos, russos e chineses declarassem suas percepções e intenções político-militares relacionadas com a sensação securitizacional.

Objetivou-se explicar que, apesar de existir diferenças no que foi exposto pelas três nações, o século XXI é por todas elas entendido como um período a suscitar um novo posicionamento estatal e que, devido principalmente à ameaça à sobrevivência do Estado e até mesmo do indivíduo, é preciso encetar novas iniciativas e proceder de forma não usual a fim de manterem-se existindo e exercendo todas as prerrogativas inerentes ao poder estatal.

Ademais, o estabelecimento de uma estratégia formal seguida de suas ações decorrentes foi visto pelos países como um mecanismo capaz de mitigar a preocupação relacionada com os dois tipos de sobrevivência citados. Assim, a efetivação, senão da totalidade, mas de parte das estratégias tornadas públicas, teria a capacidade de causar um aumento na sensação de segurança.

Em que pese os três documentos datarem deste século, a percepção de que a atitude política deveria ser mudada se deu um pouco antes: ao fim do século XX. Neste período, o término da

¹⁵⁴ Eduardo Ítalo PESCE, *Estados Soberanos e Defesa Nacional*, p. 141.

¹⁵⁵ *Ibidem*.

Guerra Fria e o surgimento de uma nova ordem mundial provocou um reordenamento das relações e das interações estatais – e não estatais também – com reflexos em diversas áreas. Dentro deste contexto, novas ameaças foram percebidas e, a partir daí, estratégias inovadoras, bem como medidas de segurança diferentes das até então existentes deveriam, no entender de norte-americanos, russos e chineses, serem adotadas. Estratégia, segurança e novas ameaças e suas percepções se configuraram, portanto, em temas pertinentes de análise e foram, por isso, abordados no capítulo I. A discussão realizada em torno deles proporcionou a absorção de importantes conhecimentos que fomentaram o entendimento dos documentos principais estudados.

Foi possível observar que a caracterização da sensação de segurança, como algo a ser buscado e atingido, está contido nas estratégias nacionais dos três países e trata-se de um objetivo comum, e a hipótese de maior inserção nas RI é também objetivo comum. Este último pode ser comprovado na medida em que muita das ações de cunho estratégico visando aumentar a sensação de segurança estabelecidas pelos três países transcendem aos seus contornos geográficos estatais, e aspectos geopolíticos regionais, e até mesmo globais abordados reforçaram a idéia de mundialização de seus interesses.

De outra forma, a disseminação e a publicidade das intenções a serem colocadas em prática na área de segurança denotam, e as estratégias documentais analisadas é um exemplo evidente, uma tendência de efetuar uma expansão do domínio das discussões pertinentes à segurança. Um dos objetivos desta expansão objetiva o fortalecimento das respectivas posições nas Relações Internacionais e, na medida em que os documentos sejam capazes de transmitir credibilidade quanto à realização do que neles está escrito, se estará transformando as relações políticas, militares e econômicas entre as nações, e neste novo cenário que vem tomando forma, EUA, Rússia e China se propuseram em não assumir papel de coadjuvante, mas sim de protagonista.

A publicação do *The National Security of the United States of América/2002*, da Nova Doutrina Nacional de Segurança e Defesa da Rússia/2004 e do *China's National Defense in 2004* corrobora a intenção em assumir papel de protagonista, e os interesses estratégicos declarados, bem como a forma vislumbrada para alcançá-los puderam ser elucidados pela comparação de alguns temas expostos no capítulo III.

A fim de proporcionar um entendimento, de forma conclusiva e mais objetiva do estudo realizado, foi montada uma tabela – conforme a seguir – seguida de uma análise de parte de seu conteúdo. Ela relaciona os temas e indica se foram analisados, ou não, pelos países. Os

treze primeiros são os que foram abordados na parte inicial da exposição (item 3.2) e os demais são os que mereceram destaque com uma análise mais aprofundada.

TEMAS ABORDADOS	EUA	RÚSSIA	CHINA
1) Motivação	X	X	X
2) Ameaças	X	X	X
3) Preempção	X	X	—
4) Direitos Humanos	X	X	—
5) Relações Bilaterais	X	X	X
6) Capacitação Profissional	X	X	X
7) Democracia	X	X	—
8) Crimes Transnacionais (tráfico de drogas)	X	X	X
9) Ameaça Ambiental	X	—	X
10) Ameaça Energética	X	—	X
11) Ameaça Religiosa (o Islã)	X	X	—
12) Integridade Territorial	—	X	X
13) Desarmamento	X	—	X
14) Poder Militar	X	X	X
15) Conflito no século XXI	X	X	X
16) Desenvolvimento Econômico e a Segurança	X	X	X
17) Tecnologia e RAM	X	X	X
18) Terrorismo	X	X	X
19) Armas de Destruição em Massa	X	X	X
20) Cooperação	X	X	X

Como é possível observar, os temas listados foram, em sua maioria, abordados pelos três países. Havia em cada um dos documentos exposições singulares e, principalmente, desprovidas de afinidade com o fulcro da discussão realizada, e que foram, por isso, desconsideradas. Procurou-se trazer para análise assuntos que tivessem significância e que juntos pudessem proporcionar um expressivo conhecimento acerca do que norte-americanos, russos e chineses, usando a necessidade de efetuar combate às novas ameaças como argumento justificativo, estão fazendo ou planejando fazer no que concerne aos objetivos de obter maior

inserção internacional e aumentar a sensação de segurança. Além disso, não de forma coincidente, estes temas, embora não estejam em sua totalidade relacionados diretamente com a segurança, estão hoje muito presentes no cenário político-militar-econômico mundial.

A motivação de confecção dos documentos mostrada no capítulo III, primeiro tema da tabela (1), poderia se confundir com os seus objetivos, mas há diferença. A motivação apresentada pretendeu tornar claro algo que não está escrito, algo recôndito, mas que verdadeiro e perceptível por meio de uma leitura acurada dos três textos: os EUA e a sua busca de proteção contra o novo tipo de terrorismo, a Rússia querendo ocupar a vacância deixada pela ex-URSS e a China desejando exercer um papel internacional proporcional ao tamanho de sua população e ao crescimento de sua economia.

A comparação dos temas numerados de dois a dez, ainda que realizada de maneira não tão profunda, permitiu corroborar a idéia de que novas ameaças existem e que são, de fato, percebidas como tais, e que estratégias a serem implementadas, visando o alcance e/ou manutenção da sensação de segurança em patamares considerados satisfatórios, devem levar em conta outros aspectos anteriormente não pertencentes ao universo securitizacional.

A menção às ameaças religiosas (11), especificamente as referentes ao islã, não surpreendeu, haja vista desde o final do século XX ser possível notar uma maior presença de questões islâmicas em âmbito mundial. A partir do ressurgimento islâmico pós-revolução iraniana (1979) seus discípulos renovaram o caráter e a qualidade próprios de sua civilização e os seus valores comparáveis com o ocidente, e a constante interação ocidente-islã estimulou em cada lado uma nova percepção de sua própria identidade e das diferenças existentes. Além disso, o crescimento populacional muçulmano gerou uma grande quantidade de desempregados e descontentes que se tornaram recrutas das causas islâmicas fundamentalistas. Causas estas que são, em grande parte, perpetradas por meio de atos terroristas.

A ameaça religiosa fundamentalista islâmica serve para mostrar que a segurança dificilmente é afetada de forma singular, existe, em muitos casos, um entrelaçamento “ameaçador” a provocar medidas contrárias de combate. O islã traz em seu bojo o Terrorismo (18) e as ADMs (19), e seu combate se relaciona ainda com o Poder Militar (14) e os Conflitos do século XXI (15). Ele é, de fato, preocupante. Foi possível inclusive designar um termo que traduz, em parte, o sentimento existente ante suas investidas ameaçadoras no cenário internacional, o MESS (*Muslim Extremism Scare Security*).

Outro aspecto que permeia os conceitos de estratégia, segurança, novas ameaças e os documentos que contém as estratégias de segurança nacional dos três países é a integridade territorial, e todos os Estados têm o claro entendimento da importância de sua manutenção.

Esta preocupação é antiga na história e continua presente no século XXI. Com relação a russos, chineses e norte-americanos, os dois primeiros mostraram-se mais apreensivos. Chechênos e taiwaneses são, respectivamente, as principais origens de tal apreensão. Na Rússia, além do caso chechêno (considerado um problema interno), a existência da Doutrina do Exterior Próximo e da Doutrina Primakov são exemplos da importância de construção de um entorno geográfico europeu e asiático pró-russo. Esta construção foi, e ainda é vista, como um fator de segurança estratégica para o país. A China, apesar de possuir outros entraves concernentes ao seu território – Tibet, por exemplo – ressalta por diversas vezes em seu documento a preocupação de não ter Taiwan sob a égide de um mesmo governo chinês. O caso norte-americano é diferente e tem outro viés. A preocupação territorial não tem origem em suas fronteiras políticas, mas é fruto da possibilidade de sofrer ataques – terroristas, em sua maioria – que acarretem destruição físico-territorial.

Por fim, algumas abordagens presentes nos três documentos foram marcantes e mereceram destaque, e o emprego do poder militar foi o mais evidenciado. Alguns aspectos a ele relacionados já foram expostos acima, mas é importante realizar mais uma breve análise, desta vez de natureza inter-conexa. Em todos os temas – constantes da tabela – em que foram realizadas análises um pouco mais profundas percebeu-se, em graus variados, a presença da expressão militar. Desarmamento (13), Conflito no século XXI (15), Desenvolvimento Econômico e a Segurança (16), Tecnologia e RAM (17), Terrorismo (18), Armas de Destruição em Massa (19) e Cooperação (20) em que pese conterem alusões pertinentes ao título evidenciado, contém também menções referentes ao emprego do poder militar. De fato, à sua existência e ao seu emprego é ainda hoje dada significativa importância, e ele continua a balizar muita das ações que visam à preservação e/ou alcance da segurança.

REFERÊNCIAS

- BEAUFRE, André. **An Introduction to Strategy**. New York: Frederick A. Praeger, 1965.
- BLOCH, Marc. **Apologie pour l'histoire ou métier d'historien**. Paris: Colin, 1943.
- BLOCH, Marc. Comparaison. **Revue de Synthèse Historique LXIX**. Paris, 1930.
- BOBBITT, Philip. **A Guerra e a Paz na História Moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- BONANATE, Luigi. **A Guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Olé. **Regions and Power: the structure of international security**. Cambridge. Cambridge University Press, 2003.
- CAMINHA, J. C. G. **Delineamentos da Estratégia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982.
- CARR, Edward H. **The twenty years crisis 1919-1939**. Londres: Macmillan Press, 1981.
- CARDOSO, Ciro F; BRIGNOLI, Héctor P. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- CASTELLS. Manuel. **Fim do Milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTRO, Jorge. Kosovo e o novo sistema de segurança internacional. **Revista Política Externa**, São Paulo, v. 8, n. 3, 1999.
- CHINA. **China's National Defense in 2004**. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/docs/chinawp2004.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2006.
- CLAUSEWITZ, C. **On War**. Hertfordshire: Wordswort Editions, 1997.
- COHEN, Eliot A. History and Hyperpower. **Foreign Affairs**, New York, v. 83, n. 4, 2004.
- COSTA, Luiz Sérgio da Silveira. Política, Estratégia, Defesa e Segurança: usos e abusos. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, 2.Trimestre, 2003.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Traité de Stratégie**. Paris: Econômica, 2006.
- CREVELD, Martin Van. **Command in War**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Military Operations Other Than War**. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/doctrine/jrm/mootw.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2007.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **The National Security of the United States of América** – 1991. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/docs/918015-nss..htm>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **The National Security of the United States of América** – 2002. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2006.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. O Relatório da CIA: como será o mundo em 2020. **Central Intelligence Agency**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FERGUSON, Niall. O Naufrágio da Globalização. **Política Externa**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2005.

FULLER, J. F. C. **A Conduta da Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

HERZ, M.; HOFFMAN, A. R. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HERZ, J. H. Idealist internationalism and the security dilemma. **World Politics**, Washington, v.1, n. 2, 1950.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOFFMAN, Bruce. **Inside Terrorism**. New York: Columbia University Press, 1998.

HUNTINGTON. Samuel P. **O Choque de Civilizações – e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JAGUARIBE, Hélio. **Um Estudo Crítico da História**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 2. v.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

KOCKA, Jürgen. **History and Theory**. Connecticut: Wesleyan University Press, 2003.

KULA, Witold. **Problemas y métodos de la história económica**. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2001.

LIDDELL HART, Basil Henry. **As Grandes Guerras da História**. São Paulo: IBRASA, 1982.

LUPO, Salvatore. **História da Máfia: das origens aos nossos dias**. São Paulo: UNESP, 2002.

MAO TSE-TUNG. **On Guerrilla Warfare**. Baltimore: The Nautical e Aviation Publishing Company of America, 1992.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Estratégias Militares Dominantes**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: EdUnB/Ipri, 2003.

NETO, Silvio Aderne. Do ideológico ao catastrófico, a emergência do terrorismo na agenda internacional. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, 4. Trimestre, 2006.

PATMAN, Robert. **Security in a Post-Cold War World**. New York: St. Martin's Press, 1999.

PERRY, William J. Preparing for the Next Attack. **Foreign Affairs**, New York, v. 80, n. 6, 2001.

PESCE, Eduardo Ítalo. Estados Soberanos e Defesa Nacional. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, 1. Trimestre, 2004.

PUTIN, Vladimir. **Wrap: Russia's Putin talks U.S. missile defense, NATO, Iran in Munich**. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2007/02/mil-070210-rianovosti01.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

PRIMAKOV, Evgueni. **Au Goeur du Pouvoir: mémoires politiques**. Paris : Editions des Syrtes, 2002.

RAMONET, Ignácio. **Guerras do Século XXI: novos temores e novas ameaças**. Petrópolis: Vozes, 2003.

REIS, Reginaldo G. G. Os Fatores Geopolíticos – a variável demografia. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, 3. Trimestre, 2005.

REIS, Reginaldo G. G. Os Fatores Geopolíticos – a variável recursos: o Petróleo. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, 2. Trimestre, 2006.

RICE, Condoleeza. Por um Equilíbrio de Forças que favoreça a Liberdade. *Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos*, vol. 7, n. 4, 2002. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/1202/ijpp/ijpp1202.pdf>. Acesso em: 20 out. 2006.

RUMSFELD, Donald H. Transformando as Forças Armadas. **Revista Política Externa**. São Paulo, v. 11, n. 2, 2002.

RÚSSIA. Ministério da Defesa. **A Nova Doutrina Nacional de Segurança e Defesa/2004**. Moscou, 2004.

SAINT-PIERRRE, Héctor L. A necessidade política e a conveniência estratégica de definir terrorismo. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Campinas, v. 10, n. 2, p. 129-162, 2003.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVEIRA, Fernando Malburg. Confrontos na Federação Russa – o conflito caucasiano. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, 3. Trimestre, 2005.

STÜMER, M. **Orientierungskrise in Politik und Gesellschaft? Perspektiven der Demokratie na der Schwelle zum 21. Jahrhundert**. Hamburgo: Bergedorf, 1993.

SUN TZU. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. O Mundo, uma guerra depois: as relações internacionais depois da guerra do Iraque-II. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, 1. Trimestre, 2004.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. **Da Guerra Total à guerra sem limites - 2007**. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2658&Itemid=96>. Acesso em: 15 ago. 2007.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C (org.). **Enciclopédia das Guerras e Revoluções do Século XX**: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. **Repensando a Guerra e a Paz no século XXI**: a nova estratégia da Rússia. Disponível em: <<http://www.galizacig.com/index.html>>. Acesso em: 05 dez. 2007.

THEML, Neide; BUSTAMANTE, Regina. História Comparada: olhares plurais. **Estudos Iberoamericanos**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 7-22, 2003.

TOFFLER, Alvin. **Powershift**: as mudanças do poder. Rio de Janeiro: Record, 1990.

TUCIDIDES. **History of the Peloponnesian War**. New York: Penguin Books, 1972.

VIDIGAL. Armando F. A Missão das Forças Armadas para o Século XXI. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, 4. Trimestre, 2004.

VIDIGAL. Armando F. As Relações Internacionais sob a perspectiva da segurança. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, 1. Trimestre, 2006.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

XIANSUI, Wang, LIANG, Qiao. **A Guerra Além dos Limites**: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização. Beijin: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999. Tradução de Eduardo Hartz de Oliveira.